

An abstract painting with a central figure. The figure has a yellow head and a white face with large, expressive eyes. The background is a mix of blue, yellow, and white. There are several smaller portraits or faces integrated into the composition. A red box at the top contains the text 'CIÊNCIA & AMBIENTE'.

CIÊNCIA

AMBIENTE

OLHARES
SOBRE O BRASIL

19



- 3 EDITORIAL
- 5 PRÓXIMA EDIÇÃO
- BRASIL – PONTO DE VISTA**
- 9 O BRASIL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Fernando Henrique Cardoso
- BRASIL – O OLHAR DO OUTRO**
- 13 COMO ERA GOSTOSO O MEU BRASIL
o olhar da França sobre o Brasil do século XVI
Sandra Pesavento
- 21 FRANÇA E BRASIL
cruzando olhares no século XX
Zília Mara Scarpari
- 37 CONFISSÕES EUROCÊNTRICAS
uma aventura exótica no coração do Novo Mundo
Cornélia Eckert e Ana Luíza Carvalho da Rocha
- 47 O OLHAR DO OUTRO
Miriam Lifchitz Moreira Leite
- 53 VIAJANTES PELO RIO GRANDE DO SUL
o olhar do outro
Luiz Antonio de Assis Brasil
- 61 NÁUFRAGOS NO RIO GRANDE
Jean Marcel Carvalho França
- BRASIL – A CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS**
- 73 PRIMEIROS PASSOS DA MODERNIDADE
Portugal século XV
Marília Junqueira Caldas
- 87 HISTÓRIA DO BRASIL-COLÔNIA
do pau-brasil ao açúcar, da mandioca às crises de subsistência
Helen Osório
- 95 SERTÃO, FRONTEIRA E REGIÃO NO PENSAMENTO BRASILEIRO
Lúcia Lippi Oliveira
- 113 NOTAS SOBRE FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICAS
AMBIENTAIS NO BRASIL
Antonio Carlos Robert Moraes
- BRASIL – MEMÓRIA**
- 123 ENTREVISTA
José Goldemberg
- 135 INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO
- 136 INSTRUCCIONES PARA PUBLICACIÓN



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Jorge Sarkis

EDITOR

Delmar Antonio Bressan

EDITORES CONVIDADOS

Antonio Carlos Robert Moraes

Ronaldo Mota

CONSELHO EDITORIAL

Delmar Antonio Bressan

Miguel Antão Durló

Ronai Pires da Rocha

Ronaldo Mota

Severo Ilha Neto

ANÁLISE E REVISÃO DE TEXTO

Zília Mara Scarpari

CAPA E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Valter Noal Filho

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Juan Pablo Amoretti

EDITORIAÇÃO DE TEXTO

Simone Portella Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Editora Pallotti/Santa Maria

Ciência & Ambiente/Universidade Federal de Santa Maria.
UFSM/FATEC - Vol. 1, n.1(jul. 1990)- - Santa Maria :

Semestral
CDD:605 CDU:6(05)

Ficha elaborada por Marlene M. Elbert, CRB 10/951

Revista Ciência & Ambiente

Departamento de Ciências Florestais – Centro de Ciências Rurais
Universidade Federal de Santa Maria
Campus Universitário – Camobi
97105-900 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil
Fones: (55)2208444 e (55)2208402 - Fax: (55)2262166

Como podemos significar o pronome nós em tempos de neo-tribalismo? Segundo alguns gurus de ocasião, a aventura da modernidade e as utopias de uma identidade universal fraturaram-se em laços de vinculações comunitárias ou tribais.

Nós, nessa perspectiva, seria um pronome apenas possível no âmbito da vida pequena e descuidada em que partilhamos idiossincrasias. “Passou o tempo da política”. Resta perguntar: com qual passo o mal-moderno mede o tempo em que o nós parece encurtar-se?

E por aqui, ao tempo desses quinhentos, como pronunciamos nós? Quais são as estratégias demarcacionais que estamos dispostos a reconhecer? Será que não conseguimos mais reconhecer o que pode nos limitar e constranger ao largo de nossas diferenças?

Ou nos resta apenas a opção de sermos partidos em pedaços cada vez menores e irregulares, com a boa desculpa das singularidades? Aqui devemos nos perguntar como poderíamos ter qualquer singularidade sem as identidades, os pertencimentos e as territorialidades que nos tornam humanos. Ser humano depende da nossa inscrição na prática de uma virtude, a da racionalidade. Que essa virtude seja vista como uma substância é apenas um dos tantos equívocos que nos escapa.

O território humano está no âmbito dessa força normativa que nos constrange.

As possibilidades de dizermos nós, diante da complexidade do mundo, certamente dependem de se compreender melhor a natureza das particularidades, de um lado, e de outro, daquilo que permite que se fale, com sentido, em humanidade. É com esse compasso e com esse intervalo que se desenha o espaço de um país, cuja identidade não está acabada. O passado, ao contrário do que se pensa, não está atrás de nós, e sim na nossa frente, à espera dos novos sentidos que podemos lhe conferir.



Pensando a Ciência Florestal

*é o tema da próxima edição de **Ciência & Ambiente.***

A floresta e a ciência

que se constrói em seu entorno

– elementos que motivaram a fundação da revista – serão objeto de análise no seu 20º número. As origens européias deste campo do conhecimento e, na outra ponta, as tendências de desenvolvimento científico, bem como as novas (ou nem tanto) tecnologias que deverão indicar os rumos para as atividades florestais, são alguns dos assuntos a serem examinados pelos estudiosos com a minúcia possível. No fim das contas, a questão que paira sobre os interessados no tema é a seguinte: terá ou não o Brasil, nas próximas décadas (ou séculos), a capacidade de constituir, com o auxílio indispensável da ciência, um vigoroso setor florestal como lograram alcançar certos países europeus, notadamente a Austria e a Alemanha, superando o extrativismo puro e simples?

Ilustração

**Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rey D. Manuel,
1º de maio de 1500.**

Fernando Henrique Cardoso

O Brasil e o Desenvolvimento Sustentável

O apelo simbólico do V Centenário do Descobrimento tem inspirado reflexões diversas sobre as origens, a trajetória e os rumos da Nação brasileira. Ao celebrar cinco séculos de processo histórico, temos a oportunidade única de reexaminar as contradições existentes em nossa sociedade e buscar as estratégias para superá-las.

Entre estas, destaco aqui a aparente dicotomia entre desenvolvimento e uso sustentável dos recursos naturais, tema que certamente seguirá ocupando lugar de destaque na agenda política do próximo século. Toma-se cada vez mais claro para mim que somente a concepção do desenvolvimento como um processo permanente de integração entre o ambiente, a tecnologia e o homem poderá conduzir à construção da sociedade sustentável que desejamos.

Dotado de recursos naturais relativamente abundantes – florestas, diversidade biológica, água doce – e de uma estrutura econômico-social complexa, com grande capacidade produtiva e crescente organização da cidadania, o Brasil enfrenta enormes desafios na busca de um modelo de sustentabilidade que corresponda tanto às suas necessidades internas específicas quanto às exigências comuns da sociedade global.

No plano social, além da profunda questão ética que encerra, a superação da po-

breza e das desigualdades regionais é condição essencial também para aliviar a pressão sobre os recursos naturais provocada pelas migrações e pela grande concentração populacional nas cidades.

Na esfera científico-tecnológica, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias limpas deve contribuir para o aperfeiçoamento da matriz energética, dos processos industriais e das práticas agrícolas em direção à sustentabilidade. Para isso, é necessário fortalecer a política de ciência e tecnologia que incorpora objetivos ambientais e ampliar os investimentos – públicos e privados – em pesquisa, educação e capacitação profissional.

No âmbito dos padrões de consumo, a expansão da cultura da reciclagem e do reaproveitamento de materiais deve ser persegui-

da para evitar o desperdício e a geração de resíduos prejudiciais ao ambiente e à saúde, mas também pelas consideráveis oportunidades econômicas que pode abrir para o Brasil.

No plano específico da gestão dos recursos naturais, a conservação precisa conviver com o manejo sustentável, para que os frutos da exploração responsável do meio ambiente revertam em benefício das populações locais e dos brasileiros em geral. Por sua vez, os projetos de infra-estrutura e integração física do território, tão necessários ao nosso

Somente a concepção do desenvolvimento como um processo permanente de integração entre o ambiente, a tecnologia e o homem poderá conduzir à construção da sociedade sustentável que desejamos.

desenvolvimento, buscam respeitar os limites naturais dos ecossistemas e preservá-los de impactos danosos irreversíveis.

Esses e outros desafios vêm sendo identificados em conjunto pelos diversos atores sociais envolvidos com a temática ambiental no Brasil – governo, empresários, comunidade científica, organizações não-governamentais – no processo de elaboração da Agenda 21 brasileira. Compromisso assumido pelos países que participaram da Conferência do Rio, em 1992, a criação da Agenda 21 nacional representa, para o Brasil, uma experiência inovadora de planejamento participativo capaz de permitir, de forma gradual e negociada, o nascimento de um novo paradigma de desenvolvimento que incorpore às po-

líticas públicas e aos empreendimentos privados a noção de sustentabilidade social e ambiental.

Se, no plano internacional, o Brasil tem sido reconhecido como um *key player* no âmbito das múltiplas negociações ambientais de que participa, é preciso seguir consolidando, no plano interno, a prioridade da agenda ambiental dentro da estratégia geral do desenvolvimento brasileiro. Já se disse que cada geração escreve a história conforme percebe o presente. A consciência sobre a necessidade de integrar a dimensão ambiental a seu projeto de desenvolvimento é uma demonstração de que a sociedade brasileira, ao completar 500 anos, começa a escrever uma história de responsabilidade e compromisso com o futuro do planeta.

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e Presidente da República Federativa do Brasil. Texto publicado na *Folha do Meio Ambiente*, Brasília, DF.

Brasil O olhar do outro



Ilustração (Fragmento)

“A Dança dos Puris” de Johann Moritz Rugendas.

COMO ERA GOSTOSO
O MEU BRASIL
o olhar da França sobre o
Brasil do século XVI

Sandra Pesavento

Nosso jovem país completa 500 anos, meio milênio de existência, e o que nos afeta é ainda a pergunta ancestral: de onde viemos? quem somos? Nós, os brasileiros e esta Terra Brasilis como nos apresentamos, em termos de reconhecimento, para nós mesmos e para os outros? A questão, que remete à tão debatida problemática da identidade, nos faz pensar que esta comunidade simbólica de sentido é tanto um aparato mental de coesão social quanto condição atribuída. Ou seja, o que nós somos não é apenas uma representação auto-construída, como também fruto de uma designação “desde fora”. Dito ainda de forma mais simples, a concepção do “nós” identitário pressupõe a enunciação da diferença e a existência de uma alteridade. Nós existimos porque existem outros, diferentes, e a maneira como os outros nos vêem é também a nossa realidade.

Falemos, pois, deste olhar do outro, que enuncia a diferença por uma retórica da alteridade. Remontemos ao século XVI, centúria que se inicia com a descoberta da terra e que segue seu curso com a exploração, conquista e assentamento de colonização. Escolhamos uma destas construções de representação “desde fora”, um dos olhares viajantes que se voltaram sobre a nova terra descoberta. Tomemos os franceses, aqueles europeus sempre definidos nas fontes portuguesas como aventureiros, entrelopos, invasores, a disputar com os lusos a posse da terra, a amizade dos índios, o comércio do pau-brasil.

O olhar do viajante espelha, como diz Beluzzo¹, a condição de nos vermos pelos olhos dos outros, assim como nos possibilita a que entendamos melhor este outro.

Estabelece-se, assim, uma verdadeira “retórica da alteridade”², na qual se constroem relações de proximidade e distância e que tecem os significados: o outro é aquilo que eu não sou, estabelece aquilo em que eu sou mais ou em que sou diferente, tal como define a parcela na qual sou semelhante. A experiência da alteridade dada pelo defrontamento com o outro é capaz de construir representações do estranhamento, tal como as designações do exótico, do pitoresco, do maravilhoso, do terrível...

Mas os franceses, como nos viram? Como foram capazes de, diante da revelação da América e da constatação de finitude do mundo, como foram capazes de, olhando o outro, enfrentarem a defasagem de tempo e de espaço e revisarem os seus conceitos, sobretudo a respeito de si próprios?

A rigor, para a França, a descoberta da América e, sobretudo, do Brasil marca a possibilidade de uma viagem ao interior de si mesmo. À revisão dos espaços do mundo e ao defrontamento com a infinitude aparente das espécies humanas, o processo de representação identitária, pessoal e coletiva é posto em questão.

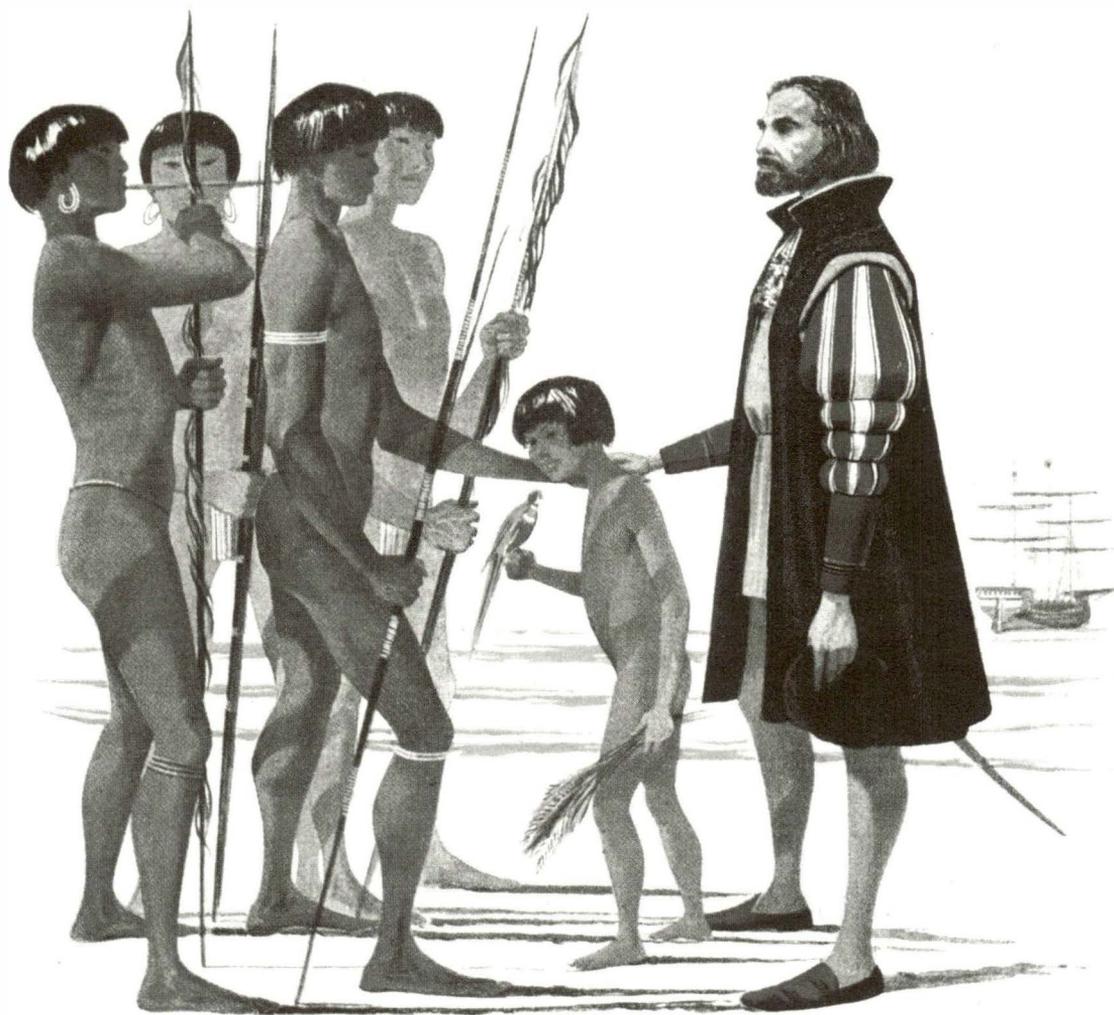
Este caminho de construção do outro para pensar a si próprio começa a ser dado pelos relatos dos viajantes que percorrem as novas terras descobertas. É um olhar que torna próximo o distante, trazendo o “não visto” e o não experimentado através da narrativa e da imagem, que contribuem para tornar “real” o imaginário sobre o Brasil, e, como foi dito, a própria visão do europeu sobre si próprio, “revendo-se” no outro.

No caso francês, este processo de significação tem início com a viagem do comerciante normando Binot Paulmier de Gonneville, que, saindo do porto de Honfleur em 1503, atingiu a costa brasileira em janeiro de 1504, na altura do rio São Francisco do Sul, em Santa Catarina, recebendo boa acolhida dos índios carijós.³ O relato de sua viagem é extremamente significativo, porque coloca os franceses ao lado dos portugueses, na investigação e exploração da nova terra descoberta, desde os primórdios do século XVI.

¹ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. O olhar dos viajantes. *Revista da USP*, O Brasil dos viajantes, São Paulo, EDUSP, n. 30, jul./ago. 1996. p. 10.

² Para usar a expressão de François Hartog (*Le miroir d'Hérodote*. Paris: Gallimard, 1991).

³ PERRONE-MOISÉS, Leyla. O Brasil “descoberto” pelos franceses. *Revista da USP*, op. cit., p. 86.



Paulmier de Gonneville e seu filho adotivo, o índio brasileiro Essomérico.

⁴ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil - 1502-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 51 *et seq.*

Os selvagens são definidos como “gente simples”, logo “cativados por festas e presentes” que os navegantes lhes dão.⁴ A curiosidade é mantida por ambas as partes, seja do lado dos homens da Europa renascentista que faziam as navegações de longo curso, seja pelos nativos, a se maravilharem com os hábitos e coisas desconhecidas que os brancos europeus portavam.

Não havendo registro de canibalismo ou nudez total, a visão de selvagens pacíficos e afáveis não perturba ou agride o viajante europeu, e só no litoral baiano, no prosseguimento da navegação, é que encontram índios ferozes.

Na volta à Europa, após o naufrágio próximo à costa normanda, no qual se perderam os desenhos feitos sobre os habitantes da terra por um dos tripulantes, os sobreviventes chegaram a Honfleur em 1505, onde o capitão deixou relação documentada de sua viagem.⁵ O texto de Gonneville não circulou em sua época, e é somente pela recuperação atual de tal texto que se pode fazer uma leitura desses primeiros contatos, indicando a “impresão batismal” do “bom selvagem”.

Os contatos da França com o Brasil, forçando a recuperação do olhar do outro sobre a terra e seus habitantes, têm prosseguimento com a “festa brasileira”, realizada em Rouen em 1550, para recepcionar o rei Henrique II e a rainha Catarina de Médicis.

Mais uma vez, a Normandia comparece nessas relações ultramarinas, agora com um acontecimento festivo no qual é encenada a “realidade” da terra brasileira, com uma teatralização onde comparecem índios tupinambás ao lado dos normandos, todos nus. As representações imagéticas dessa festa, expressa em gravuras, iluminuras e baixos-relevos esculpidos, tanto em madeira de carvalho, preservados no Museu de Rouen, como no friso em pedra da igreja de Dieppe, assim como nos textos que se referem ao evento⁶, dão as premissas para a fixação de um estereótipo: selvagens nus, cordiais, afáveis, prestativos.

O espetáculo dos índios sempre dispostos a dançar e a auxiliar os franceses no abate do pau-brasil permite à França renascentista repensar temporalidades e culturas. Uma sociedade primitiva se oferece como a imagem do “eu sou você ontem” e força a pensar na idéia de uma “idade de ouro” da humanidade.

Os índios nus, que, como referira o entusiasmado Caminha, não tapavam as suas “vergonhas”, fazem lembrar um estado de natureza e inocência que remete ao Paraíso antes da Queda. O imaginário medieval do Paraíso Terrestre mistura-se à possibilidade de ver emergir o passado no presente, mas, em momento algum, esta analogia se estabelece no discurso sobre o Brasil diante de um primitivo que leva a repensar as temporalidades.

Há que ter em conta que, tanto nas viagens de Gonneville quanto na festa brasílica de Rouen, há o envio de indígenas a “serem vistos”. A França quer observar tais seres distintos de zonas distantes e, ao mesmo tempo, tão próximos de um passado original idealizado.

Um passo adiante nesse mesmo século XVI se dá com a instalação da França Antártica, colônia fundada em Cabo Frio, no Rio de Janeiro, em 1555, sob a inspiração do almirante Gaspar de Coligny, chefe do partido protestante francês, e efetivada pela ação do comandante Nicolas Durand de Villegaignon.

Se, nessa empreitada, os franceses foram auxiliados pelos tupinambás, seus aliados, tiveram, desde logo, de enfrentar a oposição dos portugueses, auxiliados pelos índios tupiniquins. Fortalece-se com isso a imagem de que há índios maus (os tu-

⁵ Obras citadas de Leyla Perro-ne-Moisés.

⁶ BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 2. ed. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 1999. p. 26-35.

piniquins, aliados dos portugueses) e os índios bons (os tupinambás, aliados dos franceses).

Mas o grande impulsionador do imaginário francês sobre o Brasil foi André Thevet, franciscano simpatizante com o protestantismo, que desembarcou com Villegaignon em 1555 e que deixou de sua viagem os dois primeiros livros ilustrados sobre o Brasil: *As singularidades da França Antártica*, publicado em 1557, e *Cosmografia universal*, de 1575.⁷ Vindo a tornar-se cosmógrafo do Rei e capelão de Catarina de Médicis, sua obra teve grande difusão, tornando conhecida uma certa imagem do Brasil.

A visão de Thevet vem acrescentar o ingrediente do exótico na *Terra Brasilis*. Não são somente os homens que são diferentes, com hábitos estranhos: também a flora e a fauna apresentam formas inusitadas que enriquecem o conhecimento sobre a diversidade das espécies.

Como esclarece Beluzzo⁸, o exótico, o estranho, o extraordinário despertam a curiosidade, a admiração, exigem a descrição minuciosa e a preocupação de um espírito de observação, típico do Renascimento, mas a descrição assume os contornos do ‘inexplicável’. Do tucano ao bicho preguiça e deste ao peixe-voador, passando pelo abacaxi e pelo cauíim, tudo o que é descrito evoca a Natureza e o Criador que a tutela. Logo, não é exatamente o pensamento científico que ordena seu olhar viajante, mas, antes, o filosófico-religioso. Não se indaga a causa, admira-se o efeito maravilhoso e estranho de algo que está acima da compreensão humana. Mesmo assim, esta outra terra e estas outras gentes são observadas e classificadas segundo as referências conhecidas, que estabelecem as analogias, aproximações e contrastes.

Assim, os índios em geral serão considerados mais puros ou ingênuos, porque mais próprios do estado de natureza e, na sua conformação, são comparados com os povos conhecidos. Desta forma é que Caminha comenta sobre uma certa superioridade das mulheres indígenas sobre as européias, ou que Gonneville compara os selvagens com os egípcios ou os boêmios (!).⁹

Por vezes, a inocência indígena é associada à ignorância, o que leva Thevet a considerá-los “pobres criaturas”¹⁰, que se davam ao grande trabalho de cortar as madeiras, embrenhando-se nos matos, e a carregá-las até o litoral para entregá-las aos franceses em troca de bugigangas.

Se escapa a Thevet que, no escambo praticado, eram intercambiados bens igualmente valiosos para as duas culturas – o pau brasil, de um lado, e as tais bugigangas, caras aos tupinambás, de outro –, resta a constatação de que todas as considerações eram feitas a partir do olhar do outro, autocentrado nos seus códigos de valores. Assim, os caracteres incomuns, exóticos, monstruosos ou maravilhosos só o eram porque tomados em relação a cânones precisos.

⁷ BELUZZO, Ana Maria de Morais. *O Brasil dos Viajantes*. Op. cit., p. 36.

⁸ Idem, p. 37.

⁹ PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas*, p. 104.

¹⁰ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1978. p. 144.

Mais difusão ainda teria a obra de Jean de Léry, *História de uma viagem feita à Terra do Brasil*, publicada em 1578. Integrando um grupo de calvinistas que, em 1557, veio ao Brasil para reforço colonizador à experiência da França Antártica, Jean de Léry passou um ano na terra, em contato com os tupinambás. No seu regresso à Europa, escreveu a obra que iria superar os relatos anteriores.

Primeiramente, há um deslocamento da visão religiosa que, criadora da natureza e dos homens, escapava à compreensão humana em seus desígnios e lógicas, tal como se apresentava no relato de Thevet.

Léry inaugura um olhar impregnado de humanismo e que trabalha com as diferenças de cultura. Neste sentido, aprofunda a construção da alteridade brasileira diante do olhar europeu, mas resguarda o esquema de referências básicas da identidade europeia matriz.

Assim, a positividade da imagem do índio – sua força, bravura – é dada pela sua representação figurativa que o aproxima dos cânones de um desenho clássico. As formas dos tupinambás são apolíneas, verdadeiras exibições de uma anatomia idealizada. A aparência saudável é destacada por Thevet e Léry, mas é ostensivamente revelada por este último ao leitor através da exibição de gravuras detalhadas. As mulheres, com longos cabelos soltos, assemelham-se às representações da figura feminina clássica. O desenho é, sobretudo, renascentista, e até daria a pensar que elas fossem loiras...¹¹

Thevet celebra o bom selvagem, mas o vê como ignorante, preguiçoso e propenso à luxúria. Já o texto de Jean de Léry, antes de condenar seus hábitos, procura explicá-los e entender a especificidade de seus costumes. Com isto, inaugura uma universalidade do olhar que possibilita uma reflexão sobre a diferença.

Se a forma dos seres selvagens do Brasil é estabelecida à imagem e semelhança das proporções clássicas ideais, seus costumes também se referem, mas por distanciamento, ao padrão de conduta estabelecido.

Eles são diferentes, estes outros da *Terra Brasilis*, mas, por serem estranhos, não devem ser condenados, *a priori*. O saldo geral é de uma terra linda, sedutora e onde a questão que mais discussão iria gerar está praticamente ausente: o canibalismo.

Ora, quando da publicação da obra de Jean de Léry, já se tinha conhecimento do relato da viagem de Hans Staden, publicada em 1557, na Alemanha, onde este narrava, com detalhes, a sua experiência na “Terra dos Canibais”.¹²

Esse assunto de grande impacto estava apenas sugerido em uma das gravuras de Léry, onde se visualizam os índios guaranis, de arco, flecha e tacape, tendo em segundo plano, no chão, a cabeça decepada de um inimigo. Resto de festim ou simples resultado da guerra?

¹¹LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1972.

¹²STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens nus e ferozes devoradores de homens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

¹³BELUZZO, Ana Maria de Morais. *O Brasil dos viajantes*, p. 53.

De qualquer forma, Hans Staden torna conhecidos os hábitos da antropofagia, mas são as publicações de Théodore de Bry, na coleção “Voyages”, editada em Antuérpia, que difundem a visão dos canibais. Conforme Beluzzo¹³, Bry não é viajante, mas seria o gravador responsável pelas ilustrações e pela edição dos relatos de viagens realizadas na época a terras distantes, entre as quais as realizadas ao Brasil por Jean de Léry e Hans Staden. É alguém que não viu, mas que publica as obras dos que viram, lá estiveram e deixaram relatos.

Trata-se de trabalho gráfico que reinterpreta textos e imagens de outras obras que dão muita força à prática da antropofagia, tal o realismo das cenas, onde homens, mulheres e crianças devoraram os pedaços das vítimas. A força da exposição visual polemiza a imagem do Brasil e força a designação identitária: verdadeiros selvagens, bárbaros, cruéis?

Mas, ao mesmo tempo, as imagens são capazes de traduzir muita leveza, com a gravura que abre a coleção das grandes viagens, com a representação de três índias a dançar, ao centro de uma roda, abraçadas, a lembrar a composição clássica das três Graças...

Quem levaria mais longe esta reflexão sobre o outro seria Michel de Montaigne, nos seus *Ensaio*s, publicados em 1580. Montaigne introduz o relativismo no pensamento humanístico da época e antecipa a postura de que a construção do “eu” se viabiliza pela contemplação do “outro”. Mesmo não sendo um viajante, o filósofo põe em causa a diversidade humana em seus tipos, hábitos e costumes, tecendo considerações sobre a relatividade dos valores que classificam os povos e os hierarquizam, para intuir e se questionar sobre a existência de valores humanísticos universais¹⁴.

¹⁴TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Suas reflexões sobre os canibais se dão a partir do que chama “este outro mundo, que foi descoberto em nosso século no local onde Villegaignon tomou a terra que ele denominou França Antártica”¹⁵. Não é por acaso que Montaigne parte dos gregos em suas considerações sobre os bárbaros para daí chegar aos selvagens. Ao nomearem os outros povos como bárbaros, os gregos tinham a si próprios como parâmetros de civilização e de cultura. E, ao classificar os habitantes do Brasil como “selvagens ou bárbaros”, a Europa também se tomava como modelo, fazendo universais os seus valores específicos.

¹⁵MONTAIGNE, Michel de. *Essays*. I. Paris: Le Livre de Poche, 1972. p. 303.

Todavia, a França tinha muito que aprender com o Novo Mundo descoberto, e a população originária do Brasil estava a demonstrar que era possível viver de outro modo, com poucos recursos, sem artificialismos, e satisfazer-se com isso.

Relativizando os preconceitos eurocêntricos, Montaigne afirmava não haver nada de bárbaro ou de selvagem naqueles povos e que cada um chamava de bárbaro aquele que não tinha os mesmos costumes. Se os índios brasileiros eram antropófagos,

filosofava Montaigne, era porque fazia parte de sua cultura matar um prisioneiro por vingança e, ao mesmo tempo, praticar o canibalismo ritual como uma forma de incorporar as virtudes guerreiras do sacrificado. Apelando a exemplos bem recentes na sua época, Montaigne ponderava sobre o que seria mais bárbaro: comer um homem após ser morto ou despedaçá-lo vivo e torturá-lo?

Na mesma linha de pensamento, Montaigne recupera uma canção indígena, na qual se conclamavam os guerreiros a partilharem do canibalismo ritual, em versos nos quais se celebrava uma espécie de ciclo da vida, onde a carne de um – o sacrificado – se perpetuava na do vencedor, que do outro se alimentava.¹⁶

Mesmo a poligamia é relativizada por Montaigne, que recorre desta vez a exemplos bíblicos e da Antigüidade. Por que não pensar, sob um outro ângulo, que os ditos selvagens eram valentes guerreiros e tinham grande afeição por suas mulheres? Trata-se, sem dúvida, de um ponto de vista, mas que repunha a questão da relatividade das apreciações sobre os povos.

Em uma certa medida, a reflexão sobre o outro americano, e, em especial, apoiada no Brasil, tem dois efeitos, constituídos no século XVI. O primeiro deles é a construção de um imaginário centrado no exótico, no predomínio da natureza sobre a cultura e na acentuação da diversidade de costumes, com certo fascínio e apelo que, desde então, tem-se renovado através dos tempos, chegando a compor um estereótipo difundido.

Em uma outra medida, a visão francesa coloca em pauta a diversidade e introduz o relativismo, diante das diferenças culturais. Tal pensamento estimula, por sua vez, o desenvolvimento de um espírito crítico que, porém, repõe o debate sobre a identidade e a alteridade, o particular e o universal.

Refletindo sobre o Brasil, a França repensa a si própria, revisando as bases da própria cultura.

A relação entre nós e os outros é questão que é contemporânea e que se apresenta também a nós, 500 anos passados desde aquela “descoberta”, que nos leva a pensar, reiteradamente, em “redescobertas”.

¹⁶MONTAIGNE, Michel. Op. cit. p. 316.

FRANÇA E BRASIL cruzando olhares no século XX

Zília Mara Scarpari

“*Eu é um outro*”, já dizia Rimbaud, desestabilizando a certeza cartesiana. No século XX, três grandes autores franceses buscaram no Brasil o seu outro, ou simplesmente aqui encontraram a si mesmos. Blaise Cendrars, poeta futurista e irrequieto viajante, ligou-se a Oswald de Andrade, fez-se romancista antropófago e descobriu na Amazônia a “saudade utópica do desconhecido”, que talvez fosse a saudade inconsciente de si mesmo. O escritor católico Georges Bernanos, por sua vez, aqui se exilou durante a segunda grande guerra, e foi entrincheirado nos confins do sertão, de onde enviava à Europa as mensagens de resistente, que se deparou com sua verdadeira pátria. Enfim, quase nos anos cinquenta, em visita oficial à América do Sul, Albert Camus projeta a sua identidade ambígua no duplo olhar com que observa o Brasil: o olhar europeu que critica e isola o outro em seus limites, e o olhar mestiço que se reconhece no subdesenvolvimento.

I

¹ *Folha de São Paulo*, 10 de maio de 2000.

Raoni ao lado de Jacques Chirac na primeira página de um dos principais jornais do país¹, e o convite daquele Presidente para que o cacique participe em Versalhes de uma reunião das principais lideranças indígenas mundiais, configuram-se, fato e foto, no mínimo familiares para nós, brasileiros. Decorridos quinhentos anos e naturalmente guardadas as diferenças de visada, a França é o mesmo palco glamouroso acolhendo o diferente. Ainda o olhar europeu seduzido pelo exótico? Ou talvez, agora, uma velada forma de expiação de um sentimento de culpa acumulado através dos séculos?

De qualquer maneira, a referência é um convite à reflexão sobre nossa identidade – que se instaura a partir da descoberta que fazemos dos outros e na medida que tomamos consciência do olhar dos outros sobre nós.

Uma trajetória retrospectiva até nossas origens nos mostra primeiramente como objetos de cobiça das grandes potências do Velho Mundo, dentre as quais a França. Com efeito, a pirataria parece ter sido o móvel primeiro das conquistas na América. Mas, no caso francês, particularmente, a rapinagem eufemiza-se pelo espírito de aventura, enquanto a curiosidade intelectual virá abrandar a prepotência. É a essa conclusão a que chegamos ao relembrar o fim do sonho de colonização alimentado por Jacques Cartier: após o prazer do descobrimento e da conquista do Canadá, os invasores se retiram “à la française”, sem grande alarde, deixando órfãos os seus descendentes nos redutos do Quebec e o campo livre aos ingleses, para a posse das terras recém-exploradas. Da mesma forma, curta foi a história da França Antártica e Equinocial e frouxa a sua resistência ao domínio português. Tal postura pode estar de acordo com a tradicional definição do espírito gaulês como o de um indivíduo “nombrilista”, ou seja, aquele que só enxerga o próprio umbigo.² Entretanto, não será exatamente a exaustão deste olhar sobre si mesmo que explica a atração pelo outro, demonstrada desde os escritos de Montaigne, passando pelos relatos de aventureiros e religiosos do século XVI e XVII, pelos registros de viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX, até os diários de viagens e obras de grandes escritores ou os trechos líricos de antropólogos e sociólogos do século XX?

Por certo, a miopia cultural não é traço da mentalidade francesa. Ao contrário, não se pode negar o interesse intelectual como a qualidade maior do país que, desde Luís XIV, constitui ainda – apesar de crises ideológicas, políticas, econômicas, culturais – o centro das grandes idéias humanísticas. Foi essa a característica que veio a calhar quando, ansiosos por romper em todos os sentidos com nossa condição de colônia, desviamos de Portugal o olhar agora deslumbrado pela França, para, à sua

² Em francês, *nombriliste*, do substantivo *nombril*, que significa “umbigo.”

imagem e semelhança, recriarmos aqui uma *Belle Époque* tropical, prolongada até os dourados anos cinquenta.

Abortadas as experiências de expansão colonial no Brasil, a França desenvolverá assim outra forma de domínio, pelas idéias. Em troca, forneceremos a ela o imaginário da fauna e da flora de uma terra paradisíaca, que se oferece desde as tapeçarias dos Gobelins ao seu olhar seduzido, até as tramas de muitos de seus textos literários. No século XX, porém, os contextos estarão mudados e diferentes serão os pontos-de-vista.

II

Projetando de modo verossímil a história e, ao mesmo tempo, o imaginário dos povos, graças ao seu tecido simbólico, a literatura vem oferecer-se como campo fértil à análise da constituição da identidade brasileira. Nessa perspectiva, é inegável o esforço empreendido pelo Romantismo (que coincidiu com nossa independência política), ainda que tenha produzido um índio caricatural – nosso bom selvagem Peri³, nobre e valoroso como um cavaleiro da Idade Média – ou Iracema, a nossa virgem dos lábios de mel saída das páginas de Chateaubriand.⁴ E mesmo às vésperas da explosão modernista – que escarafunchou a cultura nacional e em cujo solo fincou, definitivamente, a nova estética –, a vanguarda tinha seus olhos fixados em Paris. Recalcados pelo complexo de povo latino e mestiço, marcado por culturas primitivas herdadas do índio e do negro, elegemos a cidade-luz como matriz.

O curioso, porém, é que indo ao encontro das novidades européias, os brasileiros depararam-se com uma paisagem familiar: as culturas primitivas, que estavam na mira dos franceses, importadas por Lévi-Bruhl. Antonio Cândido observa muito acertadamente:

*As ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, eram, no fundo, mais coerentes com a nossa herança cultural do que com a deles. O hábito em que estávamos do fetichismo negro, dos calungas, dos ex-votos, da poesia folclórica, nos predispunha a aceitar e assimilar processos artísticos que na Europa representavam ruptura profunda com o meio social e as tradições espirituais.*⁵

Oswald de Andrade simplifica: “O primitivismo que na França aparecia como exotismo, era para nós, no Brasil, primitivismo mesmo.”⁶ Reconhece pois, no seu *Manifesto Antropófago* de 1928, que “já tínhamos o comunismo” (muito antes da revolução bolchevista de 1917) e a “língua surrealista”, lembrando a organização social das comunidades primitivas e a lógica sintética e concretista dos idiomas indígenas. O que o fez concluir que “sem nós a Europa não teria sequer a sua declaração dos direitos do homem,” referindo-se à independência dos Estados Unidos,

³ *O Guarani*, de José de Alencar.

⁴ O romance indianista alencariano deve muito ao René de Chateaubriand de *Les Natchez*, *Atala*, *Voyage en Amérique*.

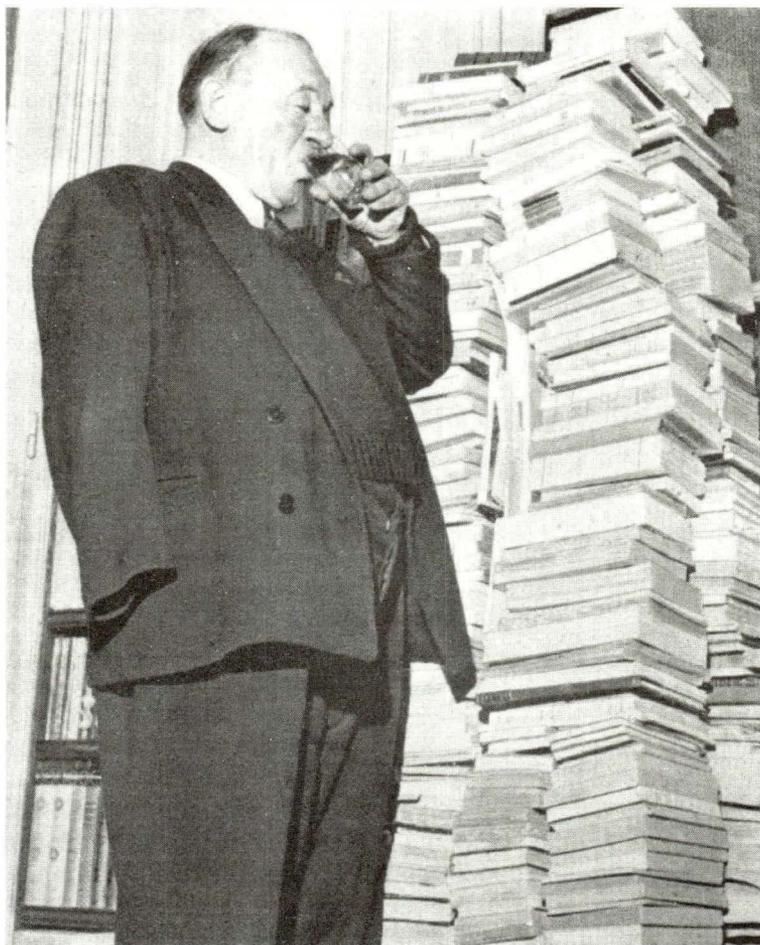
⁵ CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. p.121.

⁶ *Correio Paulistano*, São Paulo, 26 de junho de 1949.

⁷ ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. In: *Obras Completas. A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990. p. 47-52.

inspiradora da Revolução Francesa, enfatizando portanto a superioridade do Novo Mundo. Já tínhamos uma cultura de exportação. Restava-nos deglutir o melhor da cultura alienígena, conforme o ritual canibalesco, apropriando-nos do signo cultural alheio para inverte-lhe o significado. Daí a síntese filosófica da antropofagia oswaldiana: “Tupy or not tupy, that is the question.”⁷

E foi assim que os olhares se cruzaram. Em 1912, Oswald traz de Paris o futurismo na bagagem. E em fevereiro de 1924, Blaise Cendrars (1887-1961) desembarca no Brasil para uma visita de oito meses, patrocinada por Paulo Prado, viagem iniciática que o transformará em romancista e escritor antropófago. Da mesma forma que, de volta dos Estados Unidos em 1912, aportara na França como poeta e com a nova identidade: já não era o cidadão suíço Georges Frédéric Sauser; tornara-se Blaise Cendrars, autor dos versos de *Les Pâques*, depois o futurista de *La Prose du Transsibérien* (1913) e enfim poeta cidadão do mundo (*Du monde entier*, 1919).



Blaise Cendrars.

O anfitrião paulista lhe descortina São Paulo, Minas, Bahia. No Rio de Janeiro, Manuel Bandeira testemunha a sua primeira impressão de surpresa e reserva diante daquele escritor encontrado casualmente numa livraria, sem braço (perdido na guerra de 1914), a manga direita do paletó vazia, a dentadura enegrecida pelo excesso de fumo; “parecia tudo, menos um poeta.”⁸ Em contrapartida o entusiasmo do grupo paulista é esfuziante.

Blaise Cendrars estabeleceu com o Brasil uma forte e estreita relação afetiva e estética. Ao partir, deixa como legado aos brasileiros suas impressões de viagem em forma de breves poemas, suas *Feuilles de Route*⁹, dedicadas a seus “bons amigos de São Paulo”: “Paulo Prado, Mario Andrade, Serge Millet, Jasto de Almeida, Conto de Barros, Rubens de Moraes, Luis Aranhas, Oswald de Andrade, Yan; et aux Amis de Rio de Janeiro, Graza Aranha, Sergia Buargne de Hollanda, Prudente de Moraes, Guillermo de Almeida, Ronald de Carvalho, Americo Facó, sans oublier l’inimitable et cher Léopold de Freitas au Rio Grande do Sul” (sic).

Em contraponto, Oswald de Andrade lhe dedica os poemas de *Pau-Brasil*, publicados em Paris pela editora que Cendrars dirigia então (Au Sans Pareil, 1925): “A Blaise Cendrars, à l’occasion de la découverte du Brésil.”

Esse descobrimento do Brasil por Blaise Cendrars inicia-se também pelo registro histórico da aventura cabralina¹⁰. Do navio, a baía de Guanabara mostra-se como “uma terra arredondada envolta de vapores matizados” onde o Pão de Açúcar é “um cadáver estendido cuja silhueta se assemelha a Napoleão em seu leito de morte”.¹¹ O litoral paulista acolhe “o pequeno forte português risonho como uma capela de arrabalde romano cujos canhões são poltronas que convidam a sentar...”.¹² Mais ao sul, os galhos das gigantescas araucárias “se elevam à maneira de candélabros”.¹³ Assim, o descobridor europeu do século XX coteja, como em 1500, as coisas “daqui” com as coisas “de lá”. O poeta extasia-se diante da natureza tropical e, aprendiz de botânico, sua maior felicidade é não poder nomear as plantas, todas tão belas, que ele vê pela primeira vez.¹⁴ Nesse país afrodisíaco, ele registra as correspondências das mais inebriantes cores, formas, perfumes e sabores. Mas é a floresta que o intriga, penetrada pelo trem, de cujo interior ele a descobre fascinado: “a floresta que ali está e que me observa e me inquieta e me atrai / como a máscara de uma múmia.”¹⁵

Cendrars parte deixando aos brasileiros o seu último livro de poemas. Encerrava-se um ciclo para iniciar-se outro. Sob o signo mágico da floresta mascarada nascerá o romancista, que retornará para excursionar pela Amazônia. Ele voltaria em janeiro de 1926 e ainda em agosto de 1927, ficando aqui até fevereiro do ano seguinte. Dessa permanência resultará um livro de memórias, o último de uma tetralogia autobiográfica: *O loteamento do céu*.¹⁶

⁸ BANDEIRA Manuel. La poésie de Blaise Cendrars et les poètes brésiliens. *Journal Français du Brésil*. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1957, s.p.

⁹ CENDRARS, Blaise. Feuilles de Route. In: *Le Panama ou les aventures de mes sept oncles et autres poèmes*. Traduits et illustrés par John dos Passos. Edição bilingüe (francês/inglês). Paris: La Quinzaine Littéraire, 1994, p. 170-253.

¹⁰ Feuilles de Routes, p. 223.

¹¹ Idem, p. 225.

¹² Idem p. 235.

¹³ Idem p. 249.

¹⁴ Idem p. 249.

¹⁵ Idem p. 245.

¹⁶ Os outros são: *L’homme foudroyé* (1945), *La main coupée* (1946) e *Bourlinguer* (1948). *Le lotissement du ciel* data de 1949. CENDRARS, Blaise. *Le lotissement du ciel*. Paris: Denoël, 1996 (Folio, 2795). Outras obras de sua autoria que versam sobre o Brasil: *Une nuit dans la forêt* (1929), *Histoires vraies* (1937), *La vie dangereuse* (1938), *D’outremer à Indigo* (1940), *Trop, c’est trop* (1957). Traduziu *Floresta virgem*, de Ferreira de Castro, e prefaciou a tradução francesa de *Menino do Engenho*, de José Lins do Rego (*L’enfant de la plantation*, traduzido J. W. Reims, Editions Deux Rives).

Ao abrir o livro deparamo-nos com o autor tentando embarcar um tamanduá bandeira “de mais de dois metros de altura”, comprado de um negro zarolho que o regateava por 300.000 réis. “Bicho tão bonito...”, mas “tão incômodo”, que o autor é obrigado a deixar em Pernambuco. Todavia não se trata do único animal a bordo. Já estavam instalados numa cabine de luxo, abrigados de correntes de ar e da nociva companhia de outros bichos, 67 micos-leões-dourados e 250 saís-de-sete-cores dos quais apenas um chegará vivo em Paris. Aliás, não era a primeira vez que o autor levava do Brasil uma bagagem desse gênero... Quanto ao último texto, “a Torre Eiffel sideral”, passa-se numa propriedade rural do Estado de São Paulo, em que o autor efetivamente esteve, a fazenda do Morro Azul, cujo dono, Oswaldo Padroso (sic), um estranho positivista francófilo que vive à margem do progresso, cultivava duas grandes paixões: o amor platônico por Sarah Bernhardt e a astronomia – acreditando ter descoberto uma nova constelação batizada de “Torre Eiffel”, que ele tenta desesperadamente registrar junto às autoridades científicas... E assim se diluem, da primeira à última página, as fronteiras entre a verdade e a ficção, entre o siso e o riso, em três relatos fragmentários, calcados na simplicidade do elemento popular e no insólito que povoa o cotidiano.

A relação entre Oswald de Andrade e Blaise Cendrars representa a feliz conjunção da vanguarda européia, cosmopolita e universal, e do modernismo brasileiro, primitivo e particular. Se da Europa o primeiro importa os motivos do progresso material e do mundo urbano, a poética do prosaico, o simultaneísmo e o verso livre, o segundo parece ter encontrado no Brasil o que durante muito tempo procurou em si próprio, em périplos infundáveis: “a saudade utópica pelo desconhecido”.¹⁷

III

Fugindo à Segunda Guerra Mundial, Georges Bernanos (1888-1948), escritor de inspiração católica¹⁸, exila-se no Brasil por quase oito anos (1937-1945), de onde, novo Victor Hugo, produz febrilmente artigos polêmicos em defesa da França. Publicados aqui e clandestinamente na Europa, esses textos, reunidos sob os títulos *Enfants humiliés* (compostos de setembro a abril de 1940), *Lettre aux Anglais* (sete “cartas” datadas de dezembro de 1940 a novembro de 1941) e *Le Chemin de la Croix-des-Âmes* (1940-1945)¹⁹, comportam também o testemunho sincero e humilde de um homem que fez do Brasil a sua pátria de eleição.

Com mulher, seis filhos e poucos recursos, embrenha-se no interior de Minas Gerais (do Rio de Janeiro ruma para Vassouras, Itaipava, Juiz de Fora, Barbacena, Pirapora), para “digerir sua vergonha”²⁰ num sítio de nome premonitório e familiar a um

¹⁷A expressão é de Jorge SCHWARTZ. *Vanguarda e cosmopolitismo*. São Paulo: Perspectiva, 1983. O autor refere-se aos escritores dos países periféricos, que se voltam para o eixo cultural que é Paris, “em relação ao qual o resto (“a intelectualidade”) chega ao centro, num gesto de saudade utópica pelo desconhecido.” (p. 14). Aqui, entretanto, a frase cabe à intelectualidade européia.

¹⁸Como romancista, escreveu: *Sous le soleil de Satan* (1926), *L'imposture* (1927), *La joie* (1929), *La grande peur des bien-pensants* (1931), *Journal d'un curé de campagne* (1936). Também é autor de uma peça teatral, *Le dialogue des carmélites* (1948).

¹⁹BERNANOS, Georges. *Enfants humiliés*. In: *Essais et écrits de combats*, v.1. Paris: Gallimard, 1971 (Bibliothèque de la Pléiade). *Essais et écrits de combats*, v.2. Paris: Gallimard, 1995 (Pléiade).

²⁰“Deixei meu país porque não tendo nada a lhe oferecer então, nada quis receber dele (...) só desejava digerir minha vergonha em algum lugar perdido dessas terras sem limites...” *Lettre aux anglais*, p. 21-22.

cristão convicto e um escritor visionário: Cruz das Almas. Essa trajetória do litoral para o sertão assinala profunda mudança na perspectiva sobre o Brasil de quem “não veio nem como turista nem como homem de letras”.²¹ É bem verdade que

²¹ *Essais et écrits de combats*, v.2, p. 743.



Georges Bernanos.

chegando ao Rio de Janeiro Bernanos não resiste ao seu encantamento exótico. Mas, superando em curto prazo os mitos edênicos do imaginário francês – o mito solar do Rio e o mito noturno da poderosa floresta virgem da Amazônia – ele compreenderá²², ligado ao solo mineiro, a floresta antropomórfica do sertão, “floresta anã e disforme, torturada pela sede”²³, floresta mártir,

²² Para Bernanos, “compreender é amar”. *Essais et écrits de combats*, v.2, p. 767, 968.

²³ *Le Chemin de la Croix-des-Âmes*, p. 428.

*... cujo imenso rastejar cobre uma parte da terra, as árvores atarracadas, irresistíveis, com os membros retorcidos pela sede, agachadas sobre suas coxas tortas, agarradas com seus milhões de braços disformes aos cabos que quase nada mais têm de vegetal, os cipós gigantes, tão secos que soam como um tambor sob os dedos.*²⁴

²⁴ *Enfants humiliés*.

O olhar europeu com que a princípio via e isolava os caboclos na sua diferença, autorizando Bernanos a designá-los de “pobres coitados”, “primitivos vaqueiros brasileiros” etc., sofrerá com o tempo um retorno a si próprio. O olhar assim transformado pelo contato com o outro fará com que o autor escreva mais tarde, a respeito do homem do sertão:

Esta vitalidade de aleijado inspirava-me aversão até há poucos meses. Hoje tenho quase vergonha de escrever três páginas sobre o assunto; e minha própria literatura me repugna... Caneta na mão, tenho consciência de ter ultrapassado sua rude miséria, esforçando-me por descrevê-lo como qualquer desses vagabundos de letras que parasitam, por dinheiro, o doloroso mundo, realçando unicamente seus farrapos a fim de mostrá-lo completamente nu (...) Até me absteve por muito tempo de dizer uma palavra sequer sobre este

*país, pois, recém-chegado, sentia-me livre em relação a ele, espectador benévolo, simples testemunha. Sinto-me no direito de falar agora porque meu destino se encontra humildemente ligado ao seu, meu esforço ao seu esforço, minha pobreza à sua pobreza. Não o observo mais de fora, estou dentro e, para resumir tudo, minha mulher e meus filhos comem de seu pão.*²⁵

²⁵Enfants humiliés.

Portanto, Bernanos será capaz de uma revisão crítica dos estereótipos através dos quais o Brasil é reconhecido no exterior:

*Os conferencistas da Europa deram ao clima do país uma reputação de doçura amolecedora que ele está muito longe de merecer (...). Ouvindo esses impostores, acreditaríamos que os camponeses brasileiros, de um carnaval a outro, passam o tempo a se esquentar ao sol assobiando trechos de samba.*²⁶

²⁶Le Chemin de la Croix-des-Âmes, p. 494.

Infelizmente ainda hoje o Brasil não se viu livre desta imagem que ele próprio ajudou a exportar e que poderia estar na origem da triste definição que De Gaulle teria formulado, de que “este não era um país sério.” Bernanos, ao contrário, cujas raízes camponesas o irmanam ao caboclo, reabilita o brasileiro do estigma da preguiça e da indolência de que Macunaíma é símbolo:

Quando percorri pela primeira vez essas paisagens de colinas, do Rio à capital verdejante de Minas – e bem mais além ainda, até os confins do sertão, até a floresta anã, infinita – (...) procurava encontrar algo que se parecesse com as aldeias de meu país; e só encontrava, na maioria das vezes, casas solitárias, com os campos de milho desiguais invadidos pelo mato, suas bananeiras despedaçadas pelo vento, e os tufos de bambus tão orgulhosos e quase tão vão quanto as grandes metáforas claudelianas. Então vinham-me aos lábios, infelizmente, os “Dever-se-ia”, “Seria preciso”, “Ter-se-ia podido” da ignorância pretensiosa. Mas acabei por compreendê-los, ó camponeses tão diferentes dos nossos e todavia tão semelhantes (...). A terra de meu país é uma terra amiga do homem. A sua não é inimiga, mas os ignoram; vocês estão sós diante dela, sem aldeias, sem vizinhos, com suas pobres famílias. Primeiro é preciso domá-la, torná-la familiar (...). O estrangeiro compara-os aos seus irmãos da Europa, acena que vocês não a trabalham. Talvez vocês não a trabalhem tanto quanto eles, mas vocês morrem muito mais. Nossos camponeses oferecem seu suor, e vocês oferecem suas vidas (...). Assim, o ritmo de seu esforço não é o mesmo que o nosso, ou melhor, seu esforço guardou um

*ritmo que o nosso perdeu. Vocês podem sofrer e durar onde qualquer outro esgotaria em pouco tempo sua coragem.*²⁷

²⁷ Prefácio a *Lettre aux Anglais*, p. 10-11.

Apesar do amor à França e da angústia de vê-la abatida pelo inimigo, Bernanos confessa para o mundo que o Brasil nunca seria para ele um país de exílio, mas seu lar, sua casa... “Após Munique, escrevi que tinha vindo ao Brasil ‘digerir minha vergonha.’ Nele não digeri minha vergonha, nele reencontrei meu orgulho, e foi este povo que mo devolveu”.²⁸

²⁸ *Idem*, p. 3.

Bernanos foi assim um dos raros europeus a comungar realmente com a alteridade brasileira. Observador imparcial, analisou nossos movimentos de opinião pública e os achou bem superiores aos norte-americanos, que evoluíram do isolacionismo ao intervencionismo à medida que tomavam consciência da necessidade de escolher entre o risco de uma guerra e a certeza absoluta da maior derrocada econômica de todos os tempos. O Brasil, entretanto, “entrou na guerra com as mãos limpas e o coração puro”.²⁹ Visionário, profetizou para o país uma cristandade comprometida com a liberdade³⁰ e projetou nele a terra da esperança transfigurada pela fé católica.³¹ Nessa profecia, nossa experiência racial única seria a garantia de nosso futuro.³²

²⁹ *Idem*, p. 430.

³⁰ *Idem*, p. 429-430.

³¹ Prefácio a *Lettre aux Anglais e Brésil, terre de l'espérance*, em *Essais et écrits de combats*, v.2, p. 743.

³² *Le Chemin de la Croix-des-Âmes*, p. 690-691.

No entanto, longe das capitais e apesar da receptividade de seus artigos de combate pelos grandes jornais brasileiros, os escritos de Bernanos sobre nós mesmos não mereceram na época a devida atenção de intelectuais: todos os olhares preferiam voltar-se para a França e desviar-se dos confins do país. Assim, é a própria obra de Bernanos que nos informa sobre sua relação com a nossa intelectualidade. O grande amigo foi Virgílio de Mello Franco. Simpatizantes foram os poetas cristãos Jorge de Lima, Augusto Frederico Schmidt, Murilo Mendes, o crítico Tristão de Ataíde... E houve os que investiram contra suas posições, como Otto Maria Carpeaux.³³

³³ *Idem*, p. 608-613.

O caminho de Cruz das Almas, *via crucis* trilhada bravamente por Georges Bernanos em sua luta pela liberdade, o conduziu finalmente à agonia: finda a guerra, voltou para a França, onde não reencontrou sua pátria, que havia deixado na América. Foi então viver em Túnis. Três anos antes de sua morte tinha confidenciado a respeito do Brasil: “Estou ligado a esta terra para sempre, como um morto àquela que o recobre, e como morto aí espero a ressurreição”.³⁴

³⁴ *Idem*, p. 427.

IV

Filho de agricultor francês e de mãe espanhola instalados na Argélia – última colônia francesa do Maghreb a obter a independência –, Albert Camus (1913-1960) empreende em 1949 sua primeira visita oficial a um país estrangeiro, como escritor reco-

³⁵CAMUS, Albert. *Journaux de voyage*. Paris: Gallimard, 1978. p. 55-144. O diário relativo à viagem à América do Sul é precedido das anotações da viagem aos Estados Unidos, realizada por Camus em 1946, como jornalista consagrado mas ainda desconhecido como romancista, dramaturgo e filósofo.

³⁶Por ocasião de uma visita a um sanatório no Rio de Janeiro, Camus foi apresentado ao jovem médico psiquiatra que ali trabalhava e que lhe fez “a pergunta mais idiota de todas as que lhe haviam feito na América do Sul” (p. 142). É esse personagem que viajará casualmente com ele.

³⁷*Journaux de voyage*, p. 72.

³⁸Idem, p. 111.

³⁹Idem, p. 73.

⁴⁰Idem, p. 94 e 112.

Ilustração
Albert Camus.

nhecido. Um diário de viagem³⁵ minuciosamente anotado desde o dia 30 de junho, quando deixa a França a bordo de um navio (“Dia estafante... Em Marselha, calor tórrido e ao mesmo tempo um vento de cortar. Até a natureza é inimiga.”), e concluído em 31 de agosto, num avião que decola do Rio de Janeiro (“A viagem termina num esquife metálico entre um médico louco³⁶ e um diplomata, em direção a Paris”), revela nas entrelinhas a suspeita da reincidência da tuberculose que persegue e acabrunha tanto o jornalista progressista e solidário, quanto o indivíduo solitário e niilista, cujo livro de cabeceira do momento é sintomaticamente *Diário de um poeta*, de Alfred de Vigny. Durante a viagem chega mesmo a pensar em suicídio, naturalmente refutado pelo “homem absurdo”. Portanto, paralelamente ao itinerário percorrido, apresenta-se o da redescoberta da doença, que se transformará mais tarde na novela *La mer au plus près*. À parte essas circunstâncias pessoais, e mesmo ciente do que o esperava no exterior – formalidades, agenda intensa, múltiplas conferências no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Olinda, Bahia e Porto Alegre, o trajeto estendido até Montevidéu e Buenos Aires –, o fato é que o público heterogêneo, a qualidade desigual dos anfitriões, a decepção de certos encontros que se desviavam de seus propósitos, acabam por exasperar e abater o homem avesso a multidões e a protocolos sociais que era Albert Camus.

Como todo estrangeiro que desembarca no Rio de Janeiro, seus olhos são imediatamente sensíveis às belezas naturais da terra.³⁷ Mas o olhar europeu é particularmente suscetível aos contrastes violentos, por vezes grotescos, nesse país desajeitado e sem disciplina, porque jovem, enorme e plural. As imensas florestas virgens e solitárias próximas das cidades litorâneas impressionam o visitante.³⁸ O contraste mais chocante é, porém, o alinhamento dos palácios e dos edifícios modernos com as favelas, por vezes a cem metros do luxo, “espécie de cortiços agarrados ao flanco das colinas, sem água nem luz, onde vive uma população miserável, negra e branca. As mulheres vão buscar água ao pé do morro, onde fazem fila”. Enquanto esperam, continua o observador, “passam diante delas, em fila interminável, as feras niqueladas e silenciosas da indústria automobilística americana”. E conclui: “nunca luxo e miséria me pareceram misturados com tanta insolência”.³⁹

A confusão e a anarquia do trânsito, “não compensadas por nenhuma lei”, desafiam a sua compreensão: os motoristas brasileiros parecem-lhe loucos muito alegres, ou sádicos extremamente frios, acotovelando-se para ver quem chega primeiro, custe o que custar, nem que seja a vida dos transeuntes, em acidentes que presenciou e descreveu mais de uma vez.⁴⁰ Se lhe desagradava a superpopulação das metrópoles em seu crescimento desordenado, também não se contenta “nesta terra desmesurada que tem a



⁴¹ *Journaux de voyage*, p. 103.

⁴² *Idem*, p. 82.

⁴³ *Idem*, p. 123.

⁴⁴ *Idem*, p. 75-80.

tristeza dos grandes espaços” onde “a vida é muito rente ao chão e seria preciso anos para integrar-se neles”.⁴¹ E é com satisfação que reencontra a paisagem parisiense nas ruelas coloridas que se escondem das artérias movimentadas: “como se entre a praça da Concórdia, a Madeleine e a avenida da Ópera, a rua Saint-Honoré fosse proibida para automóveis. O mercado das Flores. Pequenos bares onde se toma cafezinho sentado em cadeiras minúsculas.”⁴²

A atenção dos que o recebem o sensibiliza: “Observo uma vez mais a impecável gentileza brasileira, um pouco cerimoniosa, talvez, mas que ainda assim é preferível ao desdém europeu”.⁴³ O refinamento e a barbárie, porém, são capazes de coabitar num mesmo indivíduo. As páginas consagradas ao retrato cruel de Augusto Frederico Schmidt (incógnito)⁴⁴ oferecem uma visão a um só tempo grotesca e sublime, que não espanta no contexto da realidade carnalizada do Brasil:

O poeta chega, enorme, indolente, os olhos pregados, a boca pendente. De tempos em tempos, inquietações, uma brusca agitação, depois revira-se na poltrona e arfa um pouco. Levanta-se, rodopia, retorna ainda à poltrona. Fala de Bernanos, Mauriac, Brisson, Halévy. Conhece todo mundo, aparentemente. (...) No automóvel, peço para não irmos a um restaurante de luxo. E o poeta emerge de seus 150 kilos e me diz, o dedo em riste: “Não há luxo no Brasil. Somos pobres, miseráveis”, dando em seguida tapinhas afetuosos no ombro do motorista uniformizado que conduz seu enorme Chrysler. Dito isso, o poeta suspira dolorosamente e volta ao seu nicho de carne, onde se põe a roer distraidamente um de seus complexos.

Depois de mandar parar o carro diante de uma farmácia – o poeta sofre de diabetes – “retorna, gemendo, e desaba na pobre almofada dentro de seu miserável automóvel”. À mesa, é o primeiro a ser servido e não espera os outros para começar a comer. “Fala de Michaux, Supervielle, Béguin, etc... e se interrompe para cuspir do alto, para dentro do prato, os espinhos e os restos de seu peixe.” Camus surpreende-se: “É a primeira vez que vejo fazer esta operação sem que o corpo se curve.” Enfim, depois de escutar pacientemente falsas explicações sobre as dificuldades administrativas do jornal *Le Figaro*, conclui: “Chamfort tem razão: quando se quer agradar aos outros, é preciso resignar-se a aprender muitas coisas que se sabe com gente que as ignora.”⁴⁵

⁴⁵ *Idem*, p. 79.

Paradoxalmente, irrita-se com a francofilia que percebe no Brasil e ridiculariza o Cristo abençoando a cidade, “um imenso e deplorável Cristo luminoso” (p. 72). Entretanto, não poderia estar movendo a ironia um solidário coração argelino?

Dois presentes emblemáticos vieram da França para a América: a estátua da Liberdade aos Estados Unidos e o Cristo Redentor ao Brasil, alegorias que acabam por sugerir um fosso imenso entre o Norte e o Sul. A primeira, iluminando o mundo, encarna um dos mitos fundadores da América anglo-saxônica, produto da cultura e do século das luzes. Na falta de uma alegoria equivalente para o sul, uma América selvagem e canibal, depois rica e vassala no século XVII, exótica e cristã no século XVIII, e em pleno século XIX, sem acesso à Revolução para garantir-lhe a liberdade (o povo apenas assistiu com perplexidade aos acontecimentos da República, levada a efeito por militares positivistas), a alternativa foi uma figura mística contemplando a mãe-natureza, símbolo de nossa permanência no estado natural, primitivo, aquém da cultura, reforçando portanto nossa qualidade de nação periférica.

É com pesar e simpatia que agora o olhar mestiço de Camus reconhece nas favelas do Rio a população da Argélia: mulheres que levam água em latas de zinco equilibradas na cabeça são “como as mulheres cabilas.”⁴⁶; passa então a enxergar “o lado árabe” da periferia proletária do Rio, identificada ao bairro argelino de Belcourt⁴⁷; vê na Bahia “uma imensa *casbah* fervilhante, miserável, suja e bela⁴⁸ e em São Paulo uma “Oran desmedida.”⁴⁹ Talvez por identificar também a natureza comum da alma oriental e da alma brasileira, o autor integrará mais tarde, no volume *L'exil et le royaume* a novela intitulada “La pierre qui pousse”, aclimatada num vilarejo que mistura as lembranças de Registro (São Paulo)⁵⁰, onde transforma a lenda recolhida por ocasião de festejos religiosos na cidade litorânea de Iguape, a respeito da rocha que tanto mais cresce quanto mais é lascada e cujas lascas operam milagres.⁵¹ O episódio real do pagador de promessas carregando imensa pedra na cabeça terá nova versão simbólica. Completando o ambiente místico, uma sessão de macumba presenciada no Rio⁵² funde-se com um candomblé baiano.⁵³ Nesse contexto híbrido, o narrador protagonista é um engenheiro francês que tem a voz e o interior de Camus, enquanto a caracterização física é emprestada de Oswald de Andrade, que realmente conduziu o visitante pelas estradas de São Paulo. O diário de Camus deixa assim à mostra como passava da notação de um fato bruto para a ficção elaborada. As metáforas e imagens preciosas eram guardadas como embriões em frases telegráficas para figurarem depois num discurso breve e lapidar.

Em suma, o que se desvela no diário camusiano é o olhar ambíguo de um *piéd noir*⁵⁴, nascido numa terra em que não se sente nem francês, nem tampouco árabe, mas que ele ama porque é efetivamente a sua. É o que fica evidente num raro momento de conforto, quando seu navio faz escala em Dakar: “Algumas horas somente, mas reencontro o odor da minha África, odor de

⁴⁶ *Journaux de voyage*, p. 73.

⁴⁷ *Idem*, p. 93-94.

⁴⁸ *Idem*, p. 102.

⁴⁹ *Idem*, p. 115.

⁵⁰ *Idem*, p. 121-127.

⁵¹ *Idem*, p. 125.

⁵² *Idem*, p. 83-90.

⁵³ *Idem*, p. 105-106.

⁵⁴ Nome que a França continental dava aos franceses nascidos nas colônias do norte da África (Marrocos, Argélia e Tunísia).

⁵⁵ *Journaux de voyage*, p. 63.

miséria e de abandono, odor virgem e também forte, cuja sedução conheço bem.”⁵⁵

Embora desconhecendo o Brasil, seu coração mestiço também acaba seduzido no trajeto Iguape-São Paulo:

*E eu observo uma vez mais, durante horas, esta natureza monótona e esses espaços imensos dos quais não podemos dizer que são belos, mas que aderem à alma de modo insistente. País onde as estações se confundem umas com as outras, onde a vegetação inextrincável torna-se disforme, onde as raças também estão a tal ponto amalgamadas que a alma perdeu seus limites. Um marulho pesado, a luz esverdeada das florestas, o verniz da poeira vermelha que recobre todas as coisas, o tempo a derreter-se, a lentidão da vida rural, a excitação breve e insensata das grandes cidades – é o país da indiferença e das transformações abruptas do sangue. Por mais que tenha realizado o arranha-céu, ele ainda não conseguiu vencer o espírito da floresta, aimensidão, a melancolia.*⁵⁶

⁵⁶ *Idem*, p. 128.

Camus afasta-se portanto da tradição francesa que consiste em admirar a cultura brasileira em razão de seu primitivismo.⁵ Tradição na qual se insere, aliás, Blaise Cendrars. Essa postura, que opõe a universalidade do pensamento europeu ao localismo de tradição popular, “diz respeito, mesmo inconscientemente, ao etnocentrismo que nega a xenofobia explícita, o que explica o encantamento francês pelo Nordeste ou pela Amazônia.”⁵⁷ Nesse momento, o olhar de Camus não é mais o olhar europeu, cola-se ao nosso, adivinhando na realidade a melancolia que nós conhecemos muito bem. Por outro lado, a tradição européia mais recente vê o Brasil de forma pitoresca, como um jovem país exótico em vias de modernização.⁵⁸ Combinando desta feita a melancolia própria das mestiçagens à visão extremamente lúcida do filósofo – traço do racionalismo europeu –, o autor nos apresenta uma alegoria que nada tem de pitoresco:

*O Brasil, com sua frágil armadura moderna chapeada neste imenso continente fervilhante de forças naturais e primitivas, faz-me pensar num edifício corroído por invisíveis cupins. Um dia o edifício desabarará e um pequenino povo formigante, negro, vermelho e amarelo se espalhará sobre o continente, mascarado e munido de lanças para a dança da vitória.*⁵⁹

⁵⁹ *Journaux de voyage*, p. 109.

Albert Camus vislumbrava, com a tristeza que também é nossa, aquilo que começava a se chamar Terceiro Mundo.

Durante o tempo em que esteve no país, somente “dois ou três” brasileiros o impressionaram: o poeta Murilo Mendes, seu

⁶⁰ *Idem*, p. 96 e 109.

⁶¹ *Idem*, p. 95.

⁶² BANDEIRA, Manuel. Andorinha andorinha. In: *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993. p. 693-694.

melhor anfitrião⁶⁰, e Manuel Bandeira. Foi este “homem frágil e extremamente fino”⁶¹ que lhe prestou a discreta e sincera homenagem póstuma que transcrevemos na íntegra⁶², para mostrar quão próximos estiveram um do outro, Bandeira e Camus, apesar do brevíssimo encontro:

De todos os grande escritores europeus que nos visitaram, e eu tive oportunidade de abordar, nenhum me impressionou tão agradavelmente como esse Albert Camus, que acaba de desaparecer num fortuito acidente de automóvel. Quando ele esteve aqui, ainda não era Prêmio Nobel, mas já havia escrito La Peste e o seu nome se tornara conhecido em todo o mundo. A maior láurea literária não podia aumentar-lhe a celebridade, que já era imensa: era dos tais que fazem mais honra ao prêmio do que o prêmio a eles.

Assim, ao se anunciar a sua conferência, a ser pronunciada no auditório do Ministério da Educação, a afluência do público foi enorme, e creio mesmo que só Anatole France despertou entre nós tamanha curiosidade. Até eu, que sou muito avesso a esses corretores, a esse espreitamento de tomar o cheiro dos famanazes em trânsito, saí-me dos meus cuidados e fui até o Ministério. Mas, diante do aspecto da sala, absolutamente à cunha, com gente sentada até junto à mesa, bati em retirada. A conseqüência foi que nunca vi Camus falar em público.

Vi, porém, coisa melhor. Conversei com ele em tête-à-tête, e eis como tive essa fortuna, que devo a Maria da Saudade Cortesão. Alguns amigos brasileiros do grande escritor, uns vinte, entre os quais Murilo Mendes, tiveram a boa idéia de lhe oferecer um almoço de despedida num restaurante português da Rua do Ouvidor, perto do cais. Ao fim do almoço, eu, que apenas havia apertado a mão de Camus ao lhe ser apresentado, sentia-me bastante derreado pela peixada e pelo verde da casa: mal podia trocar palavra com os meus vizinhos de mesa. Foi quando Maria da Saudade, que ocupara o lugar à direita do escritor, levantou-se e veio buscar-me para me fazer sentar ao lado de Camus, a fim de que ele e eu conversássemos um pouco. Obedeci com certa relutância, pois não esperava grande coisa do contato (a minha experiência com Spender, Lehman e outros sublimes fora desanimadora). Que dizer de saída a Camus? Eu estava arrasado. Foi o que disse: “Esses almoços em restaurante me cansam muito.” A simpatia de Camus foi total. – “A mim tam-

bém”, respondeu. E eu prossegui: – “O senhor deve estar exausto de tanta conferência, tanta homenagem.” E ele: – “Estou doente. Eu resisti à guerra, resisti à Resistência, não resisti à América do Sul!” Por aí fomos num papo sem nenhuma formalidade, falamos de nossa doença (porque Camus também foi dos marcados pela tuberculose na mocidade), falamos de muitas outras coisas e ele acabou dando-me o seu telefone privado em Paris para que eu o procurasse quando fosse à França. Durante todo o tempo que o ouvi, senti-me à vontade e encantado. Surpreso. Não havia naquele homem vestígio dessa personagem odiosa que é a celebridade itinerante. Não parecia um homem de letras. Era um homem da rua, um simples homem, dando a outro homem um pouco da sua substância espiritual, simplesmente humana. Senti vontade de ser seu amigo. Quando, um ano depois, estive em Paris, quis procurá-lo. Ele estava ausente. Agora o desastre... Deixo nessas pobres linhas a minha saudade do homem Camus, tão simples, tão simpático, tão despretenhoso na sua glória mundial.

Zília Mara Scarpari é doutora em Literatura Francesa e professora do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

10.01.1960

CONFISSÕES
EUROCÊNTRICAS
uma aventura exótica no
coração do Novo Mundo

*Cornélia Eckert
Ana Luiza Carvalho da Rocha*

*O eu não é apenas odioso:
não tem lugar entre um nós e um nada.*

C. Lévi-Strauss, Tristes Trópicos.

As experiências temporais vividas na América pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss estão registradas na sua obra Tristes Trópicos. Comentando em particular a viagem iniciática que fez ao Brasil, o autor nos convida a refletir sobre as cidades do Novo Mundo – que “vovem febrilmente uma doença crônica: eternamente jovens”, sem jamais serem saudáveis, porém, – e “certas cidades da Europa que adormecem suavemente na morte”. Ao se perseguir as diversas camadas da contemplação estética que encerram as confissões do pensamento levistraussiano sobre a paisagem das “cidades fetais” do Novo Mundo, em oposição às cidades mumificadas do Velho Mundo, pode-se retrair o percurso de seu travelling mental no encontro do outro, ou do si-mesmo.

É comum identificarmos academicamente a obra *Tristes Trópicos* como uma das mais belas “etnografias” que tratam das experiências temporais do antropólogo Claude Lévi-Strauss no encontro do outro, ou do si-mesmo, em que o Brasil que conhece e percorre lhe será o metacontexto estruturalista. Confissões, diário de campo, arqueologia das lembranças, viagem filosófica, ensaio etnológico, difícil precisar.

De fato, *Tristes Trópicos* é um ensaio subjetivo, em que o antropólogo se entrega a uma etnologia reveladora do eu, estilo de narrativa etnográfica que contrasta fortemente com as demais obras de C. Lévi-Strauss onde prepondera seu olhar científico face às instituições culturais em seu estado quase puro, o tão citado kantianismo sem sujeito transcendental, como o denominou Paul Ricoeur¹.

A atitude de aventura intelectual que preside a viagem ordinária entre os labirintos das cidades brasileiras, na América tropical, contraposta aos constrangimentos do olhar científico, será encontrada no diário de viagem de Lévi-Strauss em seus comentários sobre a cidade de São Paulo:

*Ao invés desses turistas europeus que ficam amuados por não poderem aumentar as suas panóplias de caçadores mais uma catedral do século XIII, alegro-me ter de me adaptar a um sistema sem dimensão temporal, para interpretar uma forma diferente de civilização. Mas caio no erro oposto: uma vez que essas cidades são jovens, e extraem dessa juventude a sua essência e justificação, tenho dificuldade em perdoar-lhes o facto de não continuarem a sê-lo.*²

Neste sentido, os comentários de Lévi-Strauss sobre a “cidade síntese do Brasil meridional”, Arapongas, no Estado do Paraná, em 1938, é exemplar:

*Talvez mais preciosa, a cidade se situa na confluência da natureza e do artifício. Congregação de animais que encerram dentro de seus limites sua história biológica e que ao mesmo tempo a modelam com todas as suas intenções de seres pensantes, por sua gênese e por sua forma a cidade depende simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É a um só tempo objeto da natureza e sujeito da cultura; indivíduo e grupo; vivida e sonhada; a coisa humana por excelência.*³

Comparando-se os relatos sobre o sertão do Brasil e as cidades situadas na costa litorânea, a narrativa biográfica e etnográfica de Lévi-Strauss se abre a contradições. Os Trópicos despontam, a um só tempo, tristes e exuberantes. Reconhece, o autor de

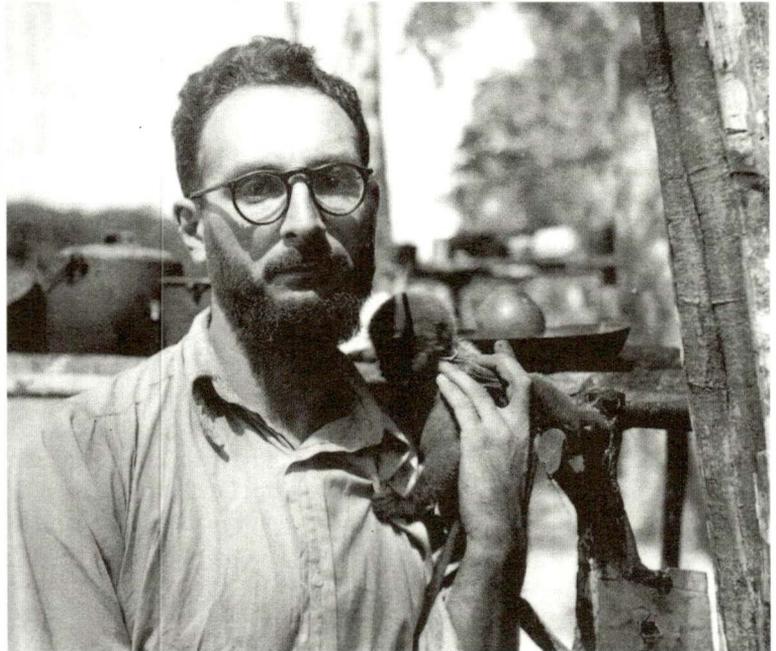
¹ RICOEUR, Paul *apud* ECKERT, Cornélia e ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. *Revista de Antropologia*. Volume 41, número 2, 1998, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p. 107 à 135.

² LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 89.

³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 116.

⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

*Anthropologie Structurale (Antropologia Estrutural)*⁴, que sob os Trópicos o tempo se enrola e desdobra-se sobre si mesmo, ora percorrendo o ritmo violento e agitado das grandes transformações urbanas em sua luta para domesticar a paisagem natural, fazendo-a dobrar-se à ação humana no tempo, ora aderindo ao ritmo calmo e lento, desafiando o mito europeu do Progresso, evocando as formas de vida dos Caduveo, dos Bororo, dos Nambiquara e dos Tupi-Guarani, dos seus estilos e de suas linguagens que preponderaram nas regiões mais longínquas da costa brasileira.



Auto-retrato de Claude Lévi-Strauss no Brasil em 1938.

Adentrando a região do Pantanal, diante do espetáculo exuberante da natureza e de seus povos, a contemplação estética do etnólogo avoluma-se em melancolia, na contraposição entre os “trópicos ermos” e os “trópicos lotados”, ou o “equilíbrio superficial entre culturas primitivas e a experiência efêmera da civilização sob os Trópicos”; seu pensamento europeu projeta o futuro dos acontecimentos na Europa da II Grande Guerra: “Com a América indígena, acalento o reflexo, fugaz mesmo ali, de uma era em que a espécie se encontrava na escala de seu universo e em que persistia uma relação adequada entre o exercício da liberdade e seus sinais”.⁵

⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998, p. 140.

A medida que adentra as diferentes regiões do Brasil, do litoral ao sertão, Lévi-Strauss revisita em “seu tapete voador” as suas lembranças européias, isto porque, nessa obra, que apenas

em parte nos remete ao Brasil, Lévi-Strauss, sobrepõe, em suas anotações de viagem, suas reminiscências pessoais eurocênticas, as que compartilha com o Velho Continente. Vai-se da Ásia do Sul à América do Sul, numa espiral de associações díspares de imagens-vestígios (a Europa faustiana, a Ásia miserável e superpovoada, o pulular microbiano da América) contra as quais luta insistentemente na tentativa de enquadrá-las pela via de um pensamento que se aventura nos meandros da coisa pensada.

Neste *travelling* mental, o narrador é conduzido do Brasil central à Ásia do Sul, lá onde de início “enxergava coisa, aqui noto apenas criaturas”, de tal forma interpõe-se a “densidade humana entre o observador e um objeto que se dissolve” que, ao fundador da antropologia estrutural, cabe reconhecer: “É preciso a experiência para senti-las”, uma vez que é a experiência que, “de chofre, restitui uma dimensão fundamental da vida humana”⁶ sob os Trópicos. Trata-se aí de reconhecer, na oposição entre as “cidades mumificadas do Velho Mundo” e as “cidades fetais do Novo”, que “o que chamamos exotismo traduz uma desigualdade de ritmo, significativa durante alguns séculos, e encobrindo um destino que poderia ser igual...”⁷ Entretanto, seu pensamento euclidiano reconhece que diante do insidioso espetáculo de caos e desordem que há sob os Trópicos, “a evolução animal se cumpre segundo fases mais lentas que as da vida urbana; se hoje eu contemplasse o mesmo local, talvez verificasse que o híbrido rebanho desapareceu: pisoteado por uma raça mais vigorosa e mais homogênea de arranha-céus implantados nessas margens que uma auto-estrada fossilizou com asfalto”.⁸

Na perspectiva da poética narrativa levistraussiana quase se pode afirmar que o autor desta frase reconhece que, aos olhos do europeu, a cidade sob os Trópicos torna-se um verdadeiro objeto temporal, “... um sistema sem dimensão temporal, para interpretar uma forma diferente de civilização”.⁹ Trata-se, pois, de compreender muito mais do que explicar as ações rítmicas das quais é resultante a paisagem humanizada tropical, onde o pluralismo de solicitações temporais jamais deixou instaurar, como no Velho Mundo, a *intimidade milenar* entre o homem e o solo, na linha do *que um espírito malicioso* já havia definido a América: “uma terra que passou da barbárie à decadência, sem conhecer a civilização”.¹⁰ Cidades e sítios naturais em Bengala ou em Goiás, territórios cuja desintegração da relação entre homem e cosmos é levada ao extremo limite, aos olhos deste europeu, traduzem-se como a densidade humana largada dentro de um nada, “gerado pela história, jogados de um lado para o outro pelas motivações mais elementares do medo, do sofrimento e da fome”.¹¹

Se o tempo da narração, em *Tristes Trópicos*, é pura onduação, o trabalho da tessitura da narrativa que Lévi-Strauss expõe, na performance de sua descrição etnográfica, à revelia do Cogito

⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998. p. 135.

⁷ Idem, p. 147.

⁸ Idem, p. 195.

⁹ Idem, p. 91.

¹⁰ Idem, p. 91.

¹¹ Idem, p. 134.

cartesiano do autor, espanta e interroga o seu próprio autor. Essa é, certamente, a riqueza da antropológica levistraussiana depositada nessa obra.

A tensão da obra, como nos romances de aventura, se consolida no constante embate do etnólogo com suas tradições e paradigmas, embate fundador da própria antropologia, agora projetado na descoberta do Novo pelo Velho Mundo. O autor consolida os vãos de seu pensamento, problematizando tempos e espaços relacionais, e tecendo os meandros de alteridades e de identidades, ainda que impregnado por uma visão eurocêntrica pautada no mito da História e do Progresso (de um tempo que se quer linear e contínuo), chegando, por vezes a reconhecer, no confronto com o “mundo perdido” das populações indígenas do Brasil central, que “a base de nossas especulações é tão precária, que o menor reconhecimento no terreno coloca o pesquisador num estado instável em que ele se sente dividido entre resignação mais humilde e as loucas ambições...”¹²

¹²LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998. p. 184.

Em *Tristes Trópicos*, a identidade do antropólogo desponta como um conceito relacional, atópico, sem que o autor, entretanto, preocupe-se em lhe dar um tratamento conceitual e teórico; o desvelamento do contexto semântico de sua obra é tarefa do leitor aguçado. Para interpretar as próprias palavras de C. Lévi-Strauss sobre a tristeza dos Trópicos, há que se lembrar de suas obras posteriores, pois para esse etnólogo toda identidade é uma ilusão, uma ilusão totêmica, cuja natureza deve ser estudada.

No entanto, a identidade desvendada na narrativa etnográfica sobre a vida humana que se consolida nos *Tristes Trópicos* é, principalmente, a figura do antropólogo e dos seus conceitos e teorias geradas no corpo de um eurocentrismo e que se revelam, até certo ponto, inoperantes para desvendar e compreender outros mundos. Um pensamento eurocêntrico – “que o Ocidente recue às fontes de sua dilaceração”¹³ – que o próprio autor da obra corajosamente não nega, nem denega e que, por isso mesmo, mais tarde, permanecerá como fonte de reflexão até o aparecimento do seu já clássico estudo sobre o *Pensamento Selvagem*.

¹³Idem, p. 387.

Em *Tristes Trópicos*, a perplexidade do autor se desvenda na sua constatação, nem sempre tranqüila, de que o pensamento antropológico genuíno é aquele que supera a oposição superior/inferior na construção do diálogo cultural:

*Na verdade, que mais aprendi com os mestres que escutei, com os filósofos que li, com as sociedades que visitei e com essa própria ciência da qual o Ocidente se orgulha, senão fragmentos de lições que, unidos uns aos outros, reconstituem a meditação do Sábio ao pé da árvore?*¹⁴

¹⁴Idem, p. 389.



A relação tensional e conflitual entre os dois mundos – o Velho e o Novo, a Ásia meridional e a América tropical, o Brasil central e o Brasil litorâneo –, na obra *Tristes Trópicos*, se afirma, portanto, como parte da tensão vivida por seu autor entre o universal e o relativo, conforme reconhece um de seus críticos¹⁵. Nas palavras do autor, antes de sua chegada à baía da Guanabara: “O que me cerca por todos os lados e me esmaga não é a diversidade inesgotável das coisas e dos seres, mas uma só e formidável entidade: o Novo Mundo”¹⁶.

A chave-mestra, portanto, do estilo narrativo de Lévi-Strauss, nessa obra, é a idéia do deslocamento, pela forma tensional do escritor-autor estranhar-se na tentativa de encontro à lógica do outro e familiarizar-se com o Estranho, onde proliferam reflexões diversas no sentido de atingir certas formas universais do pensamento e da moralidade, apregoando a universalidade da expressão da natureza humana. Nesse sentido, Lévi-Strauss, já nas páginas finais de *Tristes Trópicos*, comenta: “Nenhuma sociedade é perfeita. Por natureza, todas comportam uma impureza incompatível com as normas em proclamam, e que se traduz de modo concreto numa certa dose de injustiça, de insensibilidade, de crueldade. Como avaliar essa dose?”. A resposta a este dilema lhe vem clara e imediatamente: “A pesquisa etnográfica consegue pois, com ela, descobre-se então que nenhuma sociedade é fundamentalmente boa; mas nenhuma é inteiramente má”¹⁷.

São os múltiplos deslocamentos, do mundo do eu ao mundo de si, até atingir a ipseidade, e do mundo do eu ao mundo exterior, na viagem que realiza entre o Velho Mundo e Novo Mundo, que permitem a Lévi-Strauss reordenar, sob a forma complexa, *Tristes Trópicos*, as camadas diversas de tempo significantes no presente da escrita, numa série de imagens encadeadas da sua vida pensada, vivida, sonhada, como bem o exemplifica o “estado de graça” que o “espírito etnográfico” lhe provoca sob os efeitos do pôr-do-sol à medida que o descreve.¹⁸

Ao deixar-se pensar através da imagem material do deslocamento, finalmente, abandona o pensamento etnográfico ao seu próprio devaneio, traduzindo tal estado introspectivo as múltiplas negociações afetivas, teóricas e práticas que realizou para finalmente experimentar a aventura de construir-se como etnógrafo sob os Trópicos. Como admitirá mais tarde, em seu retorno ao velho continente europeu: “Onde melhor do que nesse sítio, que lhe apresenta seu microcosmo, o homem do Velho Mundo, reatando com sua história, poderia se interrogar”¹⁹.

Do intervalo entre a viagem, o trabalho de campo marcado “por privações e lassidão fastidiosa” e a escrita etnográfica passaram-se 15 anos. Mas a possibilidade de remontar o tempo e retrair a narrativa da viagem aos Trópicos seduz a ponto de o próprio autor refletir sobre sua transformação de filósofo a espe-

¹⁵ Segundo Geertz. “mediante o conhecimento de outras sociedades, podemos distanciar-nos da nossa própria e construir sobre a base de um ideal situado além do espaço e do tempo, uma ordem social racional, em que o homem possa viver”. GEERTZ, Clifford. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós Studio, 1989. p. 48 e 49.

¹⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998. p. 76.

¹⁷ Idem, p. 189.

¹⁸ Idem, p. 55.

¹⁹ Idem, p. 375.

Ilustração

Kunhatsin, uma das quatro mulheres de Taperahi, chefe da aldeia dos índios Tupi-Kawahib.

²⁰LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, EDUSP, 1974.

²¹O capítulo 31, intitulado Robinson, explicita esse movimento de ver-se como instrumento de observação. LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998.

²²LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998. p. 189.

cialista *em savoir-faires*, explicitando na escrita dessa obra o que maravilhosamente elucidou na introdução à obra de Marcel Mauss²⁰. Em *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss é confrontado ao acontecimento inter-subjetivo em que o cientista social torna-se, ele próprio, objeto de sua própria investigação.²¹ Em suas palavras, ele comenta: “No entanto, essa aventura iniciada no entusiasmo deixava-me uma impressão de vazio. Eu quisera ir até o ponto extremo da selvageria; não devia estar plenamente satisfeito entre aqueles graciosos indígenas que ninguém vira antes de mim, que talvez ninguém veria depois?”²²

Não é por acaso, portanto, que ao revisitar sua experiência dos tempos vividos nos Trópicos e ao iniciar e finalizar a escrita de suas memórias, contrariando seu propósito de compreender a América mais do que aprofundar o estudo da natureza humana, é da morte que esse autor fala, talvez não da sua própria morte, mas da morte do outro, esvaziado de suas lembranças e tradições pela Europa faustiana e que lhe remete à ausência de futuro da civilização ocidental da qual faz parte.

Ao final de *Tristes Trópicos*, o autor inicia um percurso alucinante de indagações sobre o seu lugar como etnógrafo num mundo cada vez mais ocidentalizado: “(...) de que serve agir, se o pensamento que guia a ação conduz à descoberta da ausência de sentido? Mas essa descoberta não é imediatamente acessível: tenho que pensá-la e não posso pensá-la de uma só feita”. Logo após conclui, ao inverso do que inicialmente previa o curso do seu pensamento: “Como a pedra que bate numa onda e encrespa sua superfície ao atravessá-la, para atingir o fundo é preciso, primeiro que eu me jogue na água”. No decurso desse pensamento de expiação, a constatação trágica: “Devo dedicar-me aos homens assim como devo dedicar-me ao conhecimento”.²³

Isso porque, lá onde Lévi-Strauss denuncia a ameaça irreversível do desaparecimento de culturas tradicionais do Brasil central, por exemplo, anuncia-se sua intolerância com a civilização urbana sob os Trópicos como forma indireta de autoflagelo da mente européia culposa do próprio processo civilizatório que desencadeou sobre outras culturas, desde a Modernidade. Nas palavras do autor: “(...) para nós, europeus e apegados à terra, a aventura ao coração do Novo Mundo significa antes de mais nada que ele não foi o nosso, que carregamos o crime de sua destruição e que, em seguida, não haverá outro igual: saibamos ao menos, reduzidos a nós mesmos por essa confrontação, expressá-la nos termos primeiros(...)”.²⁴ Polaridades opostas, Velho Mundo/Novo Mundo, que o pensamento alegórico levistraussiano alude como estruturas, nos termos de seus estudos sobre a América indígena e seus ancestrais, mas que, do ponto de vista da civilização urbana sob os Trópicos, não chegam a sua expressão antagonista mais pura, residindo nessa faceta o destino trágico e,

²³Idem, p. 390.

²⁴Idem, p. 372.

por isso mesmo triste, segundo expressão do autor, da vida humana sob os Trópicos.

Mas se, hoje, pode-se dizer que *Tristes Trópicos* é uma obra que não responde às expectativas de uma antropologia do mundo urbano contemporâneo, sua escritura significou, sem dúvida, a presença de uma descontinuidade não só no corpo das obras deste autor, mas também na própria trajetória da matriz disciplinar da Antropologia. Com Lévi-Strauss, após a publicação de *Tristes Trópicos*, não somente os povos “primitivos”, “diferentes” ou “exóticos” tornaram-se objetos privilegiados dos estudos antropológicos, mas provocaram uma reflexão diferida das diferenças que o antropólogo vivencia em sua própria sociedade. Integrados numa totalidade maior, “nós” e “eles”, tornamo-nos objetos de investigação; o movimento/deslocamento, anunciado em *Tristes Trópicos*, transformou a etnologia em uma disciplina moderna, na perspectiva do que Lévi-Strauss explicita, nos anos 70, quando alerta para os perigos de o antropólogo, no mundo contemporâneo, anular ou nuançar o ponto cego da Diferença no interior da conformação da Identidade do *próprio* do etnógrafo, o que significaria o perigo de esse incorrer num *etnocentrismo por anexação*.²⁵

Nessa perspectiva, a honestidade a qualquer preço que impregna a escritura etnográfica dos *Tristes Trópicos* situa essa obra do pensamento levi-straussiano como transgressora à crise que prendia a Antropologia aos cânones de um objeto de estudo específico e historicamente congelado na qualidade de povos exóticos tal qual inaugurados pelos postulados evolucionistas. Se o Ocidente produziu etnógrafos avalia o autor em *Tristes Trópicos*, “certamente, foi porque um remorso muito forte devia atormentá-lo, obrigando-o a confrontar sua imagem com a de sociedades diferentes na esperança de que refletissem as mesmas taras ou o ajudassem a explicar de que maneira as suas se desenvolveram no seu seio”, e complementando, mais adiante: “(...) o etnógrafo pode se desinteressar de sua civilização e pouco se envolver com seus erros na medida em que sua existência mesma é incompreensível, a não ser como uma tentativa de redimir: ele é o símbolo da expiação”.²⁶

Alargando a liberdade à ordem geral do mundo, ao refletir sobre a fome, o lixo, as imundícies, a miséria, a desordem, as secreções, as purulências, o ajuntamento, a promiscuidade e as ruínas da civilização urbana sob os Trópicos e sua ação devastadora para as regiões mais distantes do planeta Terra, Lévi-Strauss, na expressão magistral de contradição de uma lúcida “mente europeia”, propõe o olhar relacional sobre si e sobre o outro, numa (auto)crítica ao ato do mundo ocidental de destruição das culturas, em meio à perplexidade da presença da Diferença: “Era como se os especialistas do outro lado do Atlântico procurassem impor à América indígena essa ausência de profundidade que caracteriza a história contemporânea do Novo Mundo”.²⁷

²⁵Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Actes du Séminaire “L’Identité”*. Paris: Quadrige/PUF, 1983. (1^{re} édition: Grasset et Fasquelle, 1977). p. 330 a 332.

²⁶LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998.

²⁷Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Actes du Séminaire...* Op. cit.

Rastrear as estratégias de escrita em *Tristes Trópicos* pode remeter o leitor simplesmente à superfície da arte da narrativa etnográfica tecida a partir dos jogos relacionais através dos quais Lévi-Strauss constrói a própria impressão e o espanto do antropólogo no sentido de sua intenção inicial: explicar a totalidade que abarca a vida humana através de sua percepção entre o Velho e Novo mundo, entre ciclo longo (Europeu) e ciclo rápido (América, Ásia). Entretanto, adentrar-se às profundezas do pensamento levistraussiano expresso nessa obra exigiria mais de seu leitor, isto é, significaria sua disposição em rastrear a estética do “tempocentrismo histórico” que preside a configuração da intriga engendrada pela narrativa etnográfica do autor.²⁸

Ao término da leitura de *Tristes Trópicos* fica, portanto, no leitor, uma sensação incômoda: o Novo Mundo não é uma extensão pura e simples do Velho Mundo, ele possui sua lógica interna que o singulariza, e é diante dessa constatação banal que o pensamento eurocêntrico do autor se fragiliza. Nesse sentido, contrariando a arrogância do pensamento eurocêntrico, no Novo Mundo, o tempo *existe*²⁹, com toda a força do termo, e em sua forma vibratória, para além de um princípio de uniformidade a ele atribuído pela Europa das Vitórias, surpreende a tal ponto o etnólogo que ele próprio admite: sob os Trópicos trata-se antes de reconhecer uma “entropologia” e nem tanto uma antropologia³⁰.

Nesses termos, não há discordância entre o que aqui se está referindo e os comentários que propõe C. Geertz³¹ ao anunciar que Lévi-Strauss não quer que o leitor se espelhe no texto, quer que se espelhe nele e, assim procedendo, segundo a via interpretativista, tornar-se-ia muito difícil olhar através dele. No entanto, pode-se, indo-se além, ler *Tristes Trópicos* às avessas. Isto é, capturar na sua escritura e na trama que aí se desenrola, a revelação da árdua tarefa que muitos antropólogos franceses têm, até hoje, negligenciado, ou seja, o mergulho profundo nos tempos históricos internos de sua própria tradição cultural e nas reminiscências do processo de construção da identidade nacional francesa, fenômeno do qual decorre a insistência do pensamento levistraussiano, nessa obra, em construir a figura do outro na figura do árabe, do asiático ou do americano em vez do francês e do europeu.

Nesse sentido, há que se ler, hoje, *Tristes Trópicos* no sentido de descobrir a tristeza, não dos Trópicos, mas do pensamento moribundo de um Velho Mundo que agoniza e onde as promessas de um destino faustiano da época da Europa das Vitórias não se cumpriram. Isso nos remete aqui a lembrar as derradeiras palavras do autor que encerram *Tristes Trópicos*: “E se é por esse nós que enfim opto, embora se reduza a uma aparência, é porque, a não ser que ele me destrua – ato que suprimiria as condições de opção –, só tenho uma escolha possível entre essa aparência e nada”.

²⁸ “Um novo continente que ele priva de um tempo-história. Uma estranha forma de etnocentrismo ou de tempocentrismo – num antropólogo”, sugere Canevacci In: CANEVACCI, Massimo. São Paulo e Nova York ‘dentro’ de Lévi-Strauss. *A cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel, 1993. p. 85.

²⁹ BACHELARD, Gaston. *La dialéctique de la durée*. Paris: PUF, 1989.

³⁰ LÉVI-STRAUSS, Claude. Op. cit., 1998. p. 390.

³¹ GEERTZ, Clifford. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós Studio, 1989. p. 58.

Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha são doutoras em Antropologia e professoras do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Ao iniciar estudos sobre a história da mulher, em 1976, uma das preocupações da Sociologia, da Psicologia, da Antropologia e da Lingüística consistia em procurar a visibilidade da outra, essa mulher que desaparecia principalmente na História, subentendida de trás do masculino universal, o Homem. 1975, o ano universal da mulher na ONU, focalizara esta questão desencadeada pela nova onda de feminismo. Com a entrada das mulheres na Universidade, muitas delas adquiriram instrumentos e criaram métodos adequados para desenvolver estudos interdisciplinares sobre o tema, com reflexos no Trabalho, no Direito, na Saúde, nas Relações Interpessoais. Apesar de sua expansão, os núcleos espalhados pelo país permanecem à sombra das questões “menores”, disfarçados sob outros nomes ou ainda vistos como um “modismo” ultrapassado. O fato dessa “outra” constituir a maioria da população do globo nunca impediu que houvesse retrocessos em sua valorização como objeto de estudo, e igualmente em sua remuneração.

¹ SCHUETZ, Alfred. *The Stranger. The American Journal of Sociology*, XLIX (1944), 499-507.

Em meados da década de 70 um artigo de Alfred Schuetz me forneceu apoio teórico para estudar a visibilidade da mulher.¹ Até então, os trabalhos históricos brasileiros consideravam unicamente a existência de senhoras portuguesas brancas abastadas e de escravas africanas. O trabalho de pesquisa sistemática e crítica dos livros dos viajantes estrangeiros revelou toda uma escala social de brancas, negras e índias, como também pôs em cheque o que era ser brasileira, durante o século da formação da nacionalidade.

Esse ensaio de Psicologia Social de um autor austríaco, exilado nos Estados Unidos, escrito em 1944, aprofundou o que era “o de fora” ou “o estrangeiro”. Schuetz trata do padrão cultural, dos valores, instituições e sistemas de orientação da vida cotidiana, como hábitos, costumes, etiqueta e moda que caracterizam um grupo social, num dado momento. De fora do grupo tenta observar, descrever e classificar o mundo social da maneira mais clara possível, em termos bem organizados, de acordo com ideais científicos de coerência, consistência e consequência analítica. Os de dentro do grupo tratam dessas coisas simplesmente como possibilidades de ação, e não como objetos de pensamento. As coisas são como sempre foram e se aprendeu em casa, na escola e no trabalho.

Para o de fora, essas suposições básicas não existem. Precisa indagar sobre tudo o que parece indubitável para os membros do grupo. Como recém-chegado continua excluído das experiências passadas do grupo. É um homem sem história. Isso lhe dá tanto mais objetividade, quanto uma lealdade duvidosa. A objetividade vem de um sentimento de incoerência e inconsistência dos padrões culturais dos outros.

Essas reflexões permitiram uma aproximação crítica dos viajantes estrangeiros, que escreveram sobre o Brasil, entre 1803 e 1900. Como europeus e norte-americanos, eram capazes de observar as diferentes mulheres realmente encontradas e, ao contrário dos estudiosos brasileiros, analisar e interpretar seus encontros em comparação com seus padrões culturais de origem.

Com isso, foi possível resgatar mulheres viajantes francesas, inglesas, de língua alemã, espanholas, belgas com livros publicados, e discernir mulheres brancas, negras e índias com diferentes posições e atividades, das estudadas até então.

Afora a visibilidade e proporções menos deformadas da população, foi possível acompanhar o que era mulher brasileira, através de 170 viajantes que as mencionaram. Até 1808, brasileiras eram as mulheres indígenas. A partir de então, eram as diversas mestiças, sendo as brancas consideradas portuguesas, lembrando-se que muitas das africanas sequer eram vistas como mulheres (seres humanos). A partir da proibição do tráfico de

escravos, em 1850, muitos foram os viajantes que descreveram condições econômicas e raciais incompreensíveis a seus olhos.

Apesar das limitações e mal entendidos das interpretações de um território mal conhecido, os livros de viagem é que informaram o mundo sobre o Brasil e o próprio Brasil aos brasileiros. A vantagem do estudo de um século de literatura de viagem, passada pelo crivo crítico dos dados biobibliográficos dos autores, foi ter a possibilidade de aprofundar as reflexões dos mesmos sobre seus colegas, de acordo não só quanto a sua formação cultural, como também ao estágio científico a que se filiavam.

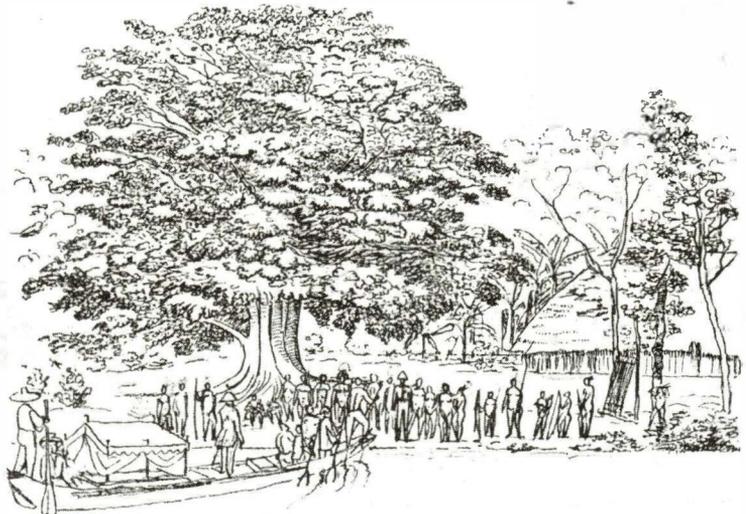
O caso da austríaca Ida Ryer Pfeiffer (1797-1858) é expressivo.² Dona de casa vienense, mãe de dois filhos, aos quarenta e cinco anos, realizou seus sonhos infantis de ver o mundo. Antes estudou sistematicamente e com obstinação os nomes dos rios e das montanhas e os meridianos e paralelos traçados. Depois de muitos cálculos e preparativos secretos, partiu em 1842 para quinze anos de peregrinações pelo mundo, intercalados por retornos a Viena, para descrever suas aventuras e preparar a viagem seguinte. Levava apenas um saco e uma bolsa mais carregada de cartas de recomendação que de dinheiro. A frugalidade e a resistência levaram a viajante mais longe que a coragem e a curiosidade. Suportava o frio e o calor com a mesma roupa preta comprida e fechada até o pescoço, cheia do pudor das mulheres de meia idade do século XIX. Andou de barco, piroga, mula, camelo, elefante, palanquim semanas a fio. Ao ser advertida dos obstáculos à viagem proposta, respondia que embora fosse mulher e idosa, não tinha preconceitos e superstições. Enfrentou bandidos e conspirações, febres, insetos, exaustão, temperaturas e umidade extremadas. Expressava os valores da vida cotidiana dos pequenos negociantes austríacos de meados do século XIX: um culto ao trabalho e à família, desprezo pela sensualidade, repugnância pela sexualidade, confiança no progresso e no cristianismo e horrorizava-se com a feiúra, a indecência e o fanatismo dos outros povos. Indignou-se com a sujeira dos índios da América mas sentiu-se acolhida amavelmente pelos Dayaks de Borneu que, sem exuberância nem curiosidade excessiva, forneceram-lhe amavelmente insetos para a sua criação. Quanto às mulheres que ficavam com os seios à mostra, apreciou o fato de que mantinham os olhos baixos e trabalhavam o dia inteiro. Acabou morrendo em consequência da febre de Madagascar, mas seus livros lhe conquistaram o título de membro honorário da Sociedade de Geografia de Paris, Berlim e da Sociedade de Zoologia de Berlim e Amsterdã.

Voltando ao exame do olhar do outro, é possível dizer que as comparações entre a vida cotidiana das mulheres encontradas nas viagens e as dificuldades da mulher pobre européia acabaram sendo mais reveladoras desta última, que daquelas.

² PFEIFFER, Ida. *Voyage d'une femme autour du monde*. Traduit de l'allemand avec l'autorisation de l'auteur par W. de Suckau. Paris: Librairie de I. Hachette, 1858.

Hercules Florence (1804-1879) – um dos desenhistas da expedição de George Heinrich Langsdorff, na *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1824 a 1829*, deixou entre seus desenhos tomados ao natural, um encontro do chefe de sua expedição com os Apicás.³ Para o encontro, o Barão envergou o fardamento de gala. Em nota, o tradutor do francês para o português do diário de Florence, o Visconde de Taunay, sugere que talvez já fosse um indício das perturbações mentais decorrentes da malária, que interromperiam as atividades do Barão. É possível contudo, que o senso de hierarquia do Barão exigisse dele a farda adequada para um encontro com o chefe da tribo. Este exemplo deixa bem claro o terreno pantanoso em que nos encontramos, ao tratar do olhar do outro.

³ FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1941.



Encontro do Sr. de Langsdorff com os Apicás registrado por Hercules Florence.

Langsdorff (1774-1852) médico, diplomata e naturalista, foi capaz de deixar em seu diário de 1824 estas observações:⁴

⁴ LANGSDORFF, George H. *Diários do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1824-1825)*. Tradução de Boris Komissaroff. Campinas, Rio de Janeiro: Associação Internacional de Estudos Langsdorff/Unicamp; Instituto Oswaldo Cruz, 1998, vol. I.

Muitas vezes admirei-me em ver o quanto se conseguiu fazer nas fazendas [do interior de Minas Gerais] com tão poucos escravos. Eu não conseguia entender, pois também procuro manter meu pessoal trabalhando com eficiência. Mas finalmente descobri o motivo: quando se pergunta o número de escravos, aqui consideram-se só os homens, ou seja, aqueles que trabalham na roça ou no campo. As mulheres são todas empregadas na casa e nos afazeres domésticos como, por exemplo, levar o milho para a moenda, cozinhar milho, a comida para os porcos, ocupar-se da comida, da roupa, fiar

e tecer algodão, espalhar o feijão, cozinhar doce, fazer farinha de milho, dar comida às galinhas.

Revelara então um viés machista da invisibilidade das mulheres, que viciou as estatísticas e em alguns casos continuam viciando números considerados oficiais.

O encontro de viajantes com índios também inspirou ao outro desenhista da Expedição Langsdorff – Moritz Rugendas (1802-1858) – na *Viagem Pitoresca através do Brasil*, um desenho muito divulgado acerca do “olhar do outro”.⁵ Nele aparecem os elementos mais marcantes dos primeiros encontros entre europeus e habitantes da América – a vegetação tropical e a nudez de homens, mulheres e crianças. A curiosidade de uns e outros manifesta-se pela aproximação, dos europeus vestidos, enchapelados e montados, dos homens, enquanto as mulheres arredias, ocultam-se e escondem os filhos por trás das árvores, de onde procuram espiar aqueles seres estranhos.

⁵ RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1949.



Encontro de viajantes europeus com índios brasileiros registrado por Moritz Rugendas.

Um caso excepcional é o livro de Ina von Binzer, que já teve três edições da tradução para o português.⁶ Essa escritora alemã, que vem para o Brasil como governanta de 1881 a 1884, explícita que a convivência na intimidade das famílias brasileiras, permite uma observação mais nítida da vida nesse país que aos outros europeus que mal se afastam das cidades marítimas. Nas trinta e sete cartas escritas à colega, ao lado do bom humor dos relatos de suas desditas educacionais, reflete sobre a sua formação e idéias européias em comparações agudas com os hábitos e paradoxos

⁶ Von BINZER. Ina. *Alegrias e Tristezas de uma Educadora Alemã no Brasil*. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. São Paulo: Anhembi, 1956.

incompreensíveis para o europeu meditando nos escravos como pessoas humanas, infelizes que “até depois de mortos eram enxotados do convívio dos outros mortais.” Ina von Binzer escreveu um dos primeiros livros sobre a história da família brasileira.

Já o encontro de Karl von den Steinen (1855-1929) com os índios Bacairi em 1887, é o encontro de um psiquiatra, que se tornou notável etnógrafo, com tribos ainda sem contato com os brancos.

... uma bela e longa canoa de cortiça seca dirigiu-se diretamente para a nossa miserável embarcação torta, barrada com cera, consertada com barro, lavada interiormente com água suja; – francamente, parecia que éramos nós que entrávamos numa zona de maior cultura, embora o nobre barqueiro usasse somente uma corda em torno da cintura, e embora ele trouxesse consigo, dentro da canoa, apenas um arco com as respectivas flechas, bem trabalhadas e enfeitadas com penas, ao lado duma cabaça cheia de mel. Havia contudo um visível contraste entre aquela figura elegante e asseada que vinha deslizando ao nosso encontro, e nós, emissários da civilização, esfarrapados ao lado da cortiça encharcada e podre, que nos servia de embarcação. Assim mesmo, o recém-chegado mostrava visivelmente, pela expressão de seu rosto, que ele também nos admirava.

E não se portou como um índio taciturno e melancólico cuja alma (como eu julgava, baseando-me no que aprendera na escola), refletisse o ambiente monótono e deprimente das florestas tropicais. Ria e conversava com Antônio, seu irmão de tribo, como si se tivesse criado numa região próspera da zona temperada.⁷

Embora Karl von den Steinen já seja considerado dos etnógrafos viajantes aquele que apresentou o habitante primitivo das selvas brasileiras como ele é, procurando compreender e explicar as causas de qualidades e falhas, ainda estava preso a um determinismo geográfico e a outros preconceitos científicos da época.

Com todos os resultados positivos que o estudo do olhar do outro pôde proporcionar para as Ciências Humanas, trata-se de uma questão da maior complexidade e que precisa ser examinada sob diversos ângulos.

⁷ Von den STEINEN, Karl. *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. Trad. de Egon Schaden. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal de Cultura, 1940. p. 76 e 77.

Miriam Lifchitz Moreira Leite é historiadora e professora aposentada da Universidade de São Paulo.

VIAJANTES PELO
RIO GRANDE DO SUL
o olhar do outro

Luiz Antonio de Assis Brasil

O sintagma lingüístico “olhar do outro” imediatamente nos lembra Sartre (... l'enfer, c'est les Autres); lembra também os estudos interculturais da alteridade, tão em moda, e é uma tentação enveredar pelo caminho filosófico – mas essa não é a proposta que nos move. Nossa atenção volta-se, aqui, para o olhar do flâneur, circunscrevendo-o aos estrangeiros quase-cientistas (ou de cientistas de fato) que visitaram (o verbo foi escolhido de propósito) o Rio Grande do Sul no século 19, observados pela perspectiva do escritor que lê outros escritores. De qualquer sorte, se é como diz Christoph Jamme, da Universidade de Lünenburg, que não dispomos, ainda, de uma teoria sobre a “experiência do estranho”, mais ficamos à vontade para uma aproximação algo leiga e, espero, mais agradável.

O território do Rio Grande foi um dos últimos povoados, nominados e reconhecidos pelo europeu. E mais: nascemos para o mundo culto no começo da curva descendente do Romantismo, e esse fato não poderia passar em branco. A intelectualidade européia já estava farta de deleitar-se em sua Idade Média, em seus castelos sobre penhascos, em suas donzelas enlouquecidas sob o clarão da lua, em seus pântanos e seus miasmas. Até mesmo o *Werther* já perdia seu mortal e ambíguo encanto, e ansiava-se por um novo viés de aproximação com o real. Os naturalistas, que viram reconhecido seu *status* acadêmico durante o Iluminismo, estavam ali, com seus bichos empalhados e suas rochas exóticas, prontos a atizar a imaginação dos curiosos. Não havia razão para buscar em épocas passadas os recursos da imaginação, quando tinham uma outra verdade, agora bem mais próxima e acessível, com imensos mistérios pedindo para serem decifrados.

O *Mundus Novus* – e as Américas Central e do Sul, em especial –, assim, veio a calhar; ainda possuía regiões inexploradas, e o pouco sabido insuflava o desejo de maior conhecimento. A Europa civilizava-se, e se o interesse não provinha mais do desejo por ouro e terras, materializava-se em cobiça cultural: era uma outra forma de apreensão, bem mais adequada aos tempos democráticos e comprometidos em causas elevadas, como a proibição do tráfico escravagista. Se o explorador do Quinhentos (e mesmo de séculos posteriores) dominava pela espada e pelo sangue, o conquistador novecentista poderia erigir-se à estatura de um Colombo, Cortez ou Cabeza de Vaca sem correr o risco de vida nos naufrágios – e, em especial, sem maltratar povos pacíficos. Montaigne já dera o tom, muito antes:

*Era um mundo [o Novo] na infância, e o submetemos ao açoite e a uma dura escravidão, mercê de nossa superioridade em armas. Não o conquistamos pela justiça e a bondade, nem o vencemos pela nossa magnanimidade.*¹

¹ MONTAIGNE, Michel de. Dos coches. In: *Ensaíos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção OS PENSADORES) p. 413.

Em sua época, o ensinamento não ressoou; no Romantismo, porém, foi revitalizado com toda a força. O lápis de desenho e a prancheta, ou ainda, o caderno e a caneta com seu tinteiro, eram instrumentos nobres numa época em que Beethoven, ao ser indagado se o “van” de seu nome indicava pertencer à aristocracia, respondeu possuir seu brasão nobiliárquico plasmado em seu próprio talento.

Nesse contexto de exploração *inocente*, Humboldt, esse fruto tardio da Revolução, que estava no Campo de Marte entre aquela multidão que comemorava o primeiro aniversário do *14 de Julho*, foi exemplo. Dotado de necessária fantasia e espírito sensível, e imbuído dos ideais de *Fraternidade-Liberdade-Igualdade*,

meteu-se numa longa viagem marítima, recolhendo documentos representativos da flora, da fauna e dos tipos humanos das Américas, numa espécie de folhetim de *faits-divers* apresentado em grande estilo literário, sabedoria estética e impecável rigor. Não foi o primeiro a fazer isso, mas foi o primeiro a atingir um grande e voraz público; teve o tirocínio de apresentar suas conclusões numa linguagem que se destinava tanto ao apreciador culto como ao homem do povo. Dele falou Charles Darwin: “*Sempre o admirei; agora o venero. Pois só ele dá uma idéia dos sentimentos que brotam ao se pisar pela primeira vez os Trópicos*”. Humboldt chegou a ser considerado um segundo Colombo, e não é por nada que sua estátua, em Berlim, frente à universidade que leva seu nome, tem a seguinte inscrição: *Al segundo descubridor de Cuba/ La Universidad de La Habana, 1939*. Já não eram os relatos duros e bárbaros como os de Pigafetta ou de Hans Staden, esses antigos, mas de uma verdadeira obra de arte, escrita com a razão e delicada emoção, alguém que falava a doce linguagem contemporânea, e que – ótimo! – tinha o aval acadêmico.

O mundo então conheceu maravilhas *domesticadas*; se as cartas de Américo Vespúcio diziam não possuir palavras para designar o mundo feérico que via, Humboldt as tinha, e em grau superior. Ademais, já se conhecia por atacado as novas terras além do Atlântico; agora era refinar o conhecimento, assim como o *gourmet* que sempre está à busca de novas receitas para saciar seu gosto exigente. Jovens – *et pour cause* –, em geral com algumas posses ou amizades influentes, com gosto pela natureza (não se esqueça que a *Sinfonia Pastoral* é desse tempo), consideravam que as Américas poderiam colocá-los no Panteon dos cientistas e, ao mesmo tempo, dos escritores. Claro: não tinham o conhecimento universal de Humboldt, mas seu vigor era incansável. Munidos de livros classificadores dos seres vivos, especialmente de Linnaeus, vinham para cá na expectativa de trazerem à luz novas plantas, novos animais e, se tivessem sorte, incluir seus nomes nas categorizações aceitas pela Academia.

O olhar desses homens era, ao mesmo tempo, científico, amador e aventureiro; nada como divertir-se e, ao mesmo tempo, ganhar fama e colaborar para a ciência. Na verdade, não estavam bem seguros do que queriam, o que explica seus interesses cambiantes, voltados ora para a botânica, para a geologia, para a vida animal, para a sociologia, ora para a crítica de costumes – mas queriam algo, tinham um desejo indefinido de consagrar seus nomes. Vinham com um modelo, que era o europeu – aliás, não conheciam outro. O parâmetro, assim definido, seria a segura medida, disponível a todo instante. Traziam vários cadernos em branco, para suas notas – os *notebooks* da época – pois tinham certeza de que seus apontamentos iriam virar livro impresso; faltava-lhes o ideal político

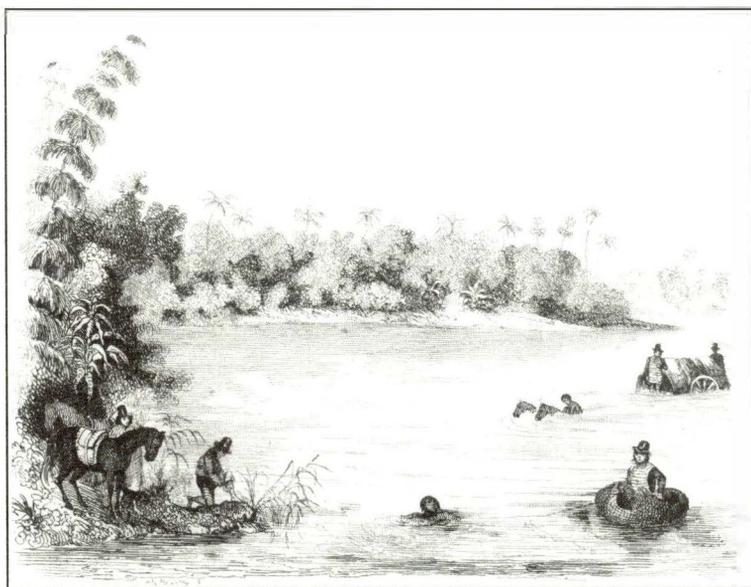
co-filosófico de Humboldt – mas alguns se atreveram a sinalizar novos tempos, em apontamentos periféricos; outros, contudo, manifestam inegável reação às doutrinas modernas que se alastravam pela Europa.

Não se esperem ideologias ou intrincadas conclusões teóricas; eram homens que mal sabiam disfarçar suas carências intelectuais sob um manto de notas que deixariam ao leitor, em tese, as reflexões universalistas. Nunca os enxergamos ir além de seus limites e, a bem dizer, seus textos podem parecer simplórios: por grande ventura, o destinatário desses livros era o consumidor dos novíssimos magazines, o passeante domingueiro dos boulevares, o possuidor de um obrigatório *Baedeker*, o que tinha em casa sua pequena coleção de artrópodes, este leitor que, pouco tempo depois, viria a extasiar-se com as obras de Júlio Verne ou, mais tarde, embasbacar-se com festas da Exposição Internacional. Havia, no ar, uma espécie de diletantismo rico e pernóstico, justificado sob a vaga denominação de “ciência”. O quadro era propício, pois. Restava, agora, alçar vôo.

As viagens, à época, embora já sem os piratas, os naufrágios e os canibais de outrora, eram bastante desconfortáveis. O mar sempre a jogar as embarcações, os campos e montanhas que não possuíam estradas, as vilas que não conheciam calçamento, as casas de chão batido. Lendo esses relatos, porém, fica-se com a impressão de que gostavam desses percalços, tal como acontece hoje com os participantes do rali Paris-Dakar. Comprazem-se em descrever a odisséia que era atravessar córregos e selva; adoravam passar frio e fome, e tinham um gosto muito especial em ficarem moídos depois de dias em lombo de cavalo. O luxo do exotismo superava as agruras e dava-lhes um chique todo especial. Já se sabe, portanto: estão a todo instante a resmungar como crianças mimadas, e cabe a nós sorrir e ir adiante: afinal, não vieram enganados quanto à realidade que encontrariam.

Não ignoramos que a generalidade dos estrangeiros que viajaram ao Rio Grande do Sul era inculta ou não possuía qualquer visão histórica. Dirigiram-se para cá por razões utilitárias tais como o comércio (portugueses em geral, que se estabeleciam nas cidades), a guerra (os soldados Brummer), a política (Tito Lívio Zambeccari). Outros, porém, podem ser catalogados na série dos *aventureiros-biólogos*, e ocuparão as linhas seguintes.

É importante que se registre o fato de que esses últimos não faziam viagens por exclusivo ao Rio Grande; a nossa Província era uma passagem, ou, como no caso de A. Baguet, a porta de entrada. Essa atitude é compreensível, se considerarmos a nossa pouca densidade demográfica e a imensa monotonia do pampa, sem maiores atrativos. Quanto às demais regiões, como a Serra ou o Planalto, eram inacessíveis mesmo para os autóctones.



Travessia de um rio em viagem pela América do Sul
de M. A. D'Orbigny, 1836.

² AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. Trad. Teodoro Cabral.

BONPLAND, Aimé. *Journal voyage de Sn. Borja a la cierra y a Porto Alegre* [sic]. Porto Alegre: Instituto de Biociências [da UFRGS], 1978. [Transcrição do original]

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1946. Trad. Dante de Laytano.

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Paraula/Edunisc, 1997. Trad. Maria Alves Müller.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins, 1987. Trad. Adroaldo Mesquita da Costa.

Dentro desse espírito, visitaram-nos na primeira metade do século 19 alguns intelectuais que, se não tiveram a nomeada de Humboldt, impressionam pelo número: Avé-Lallemant, Aimé Bonpland, Arsène Isabelle, A. Baguet e o mais notório de todos, Auguste de Saint-Hilaire.² Cada qual tinha seu modo próprio de encarar a realidade circundante: se Bonpland e Saint-Hilaire eram mais *científicos*, Baguet, Lallemant e Isabelle não disfarçavam seu amadorismo, mantendo-se na desculpável condição de turistas algo tocados pela ciência. Todos, ao voltarem a seus países de origem, publicaram obras que, entre nós, saíram no mercado editorial sob títulos triviais como *Viagem ao Rio Grande do Sul*, embora essas *viagens* possam ser apenas uma fatia da obra original. Não por acaso, quase todos são francófonos, o que se explica por algumas condicionantes históricas (nossas boas relações com a França pós-napoleônica) e do estado das ciências: era a França, junto com os Estados germânicos, os detentores do maior saber científico, ou pelo menos, eram as nações que encontravam melhores vias de comunicação com a *intelligentzia* cosmopolita e acadêmica.

Em comum a todos esses relatos encontramos um olhar fortemente eurocêntrico, isto é, procuravam aproximar-se de nós com uma indisfarçável curiosidade, mas temperada com a sólida consciência de que eram superiores, superioridade esta derivada do alcance espiritual e material de suas respectivas pátrias. Saint-Hilaire, por exemplo, não se conforma com a ausência de confor-

to nas casas batidas pelo Minuano, mesmo nas residências mais ricas, quando o mais humilde camponês da França acendia um fogo para aquecer-se.



Auguste de Saint-Hilaire.

São imediatamente acolhidos pela nata social, que nas cidades era constituída pelos comerciantes dedicados à importação-exportação e, nos campos, pelos grandes estancieiros. Quanto aos primeiros, nossos viajantes louvam-lhes o conhecimento da língua francesa (naturalmente), os hábitos refinados (exceto a falta de lareiras) e a curiosidade pelo estrangeiro (duas curiosidades concorrentes: a de quem via e de quem era visto). Todos se espantam de que haja concentrações urbanas como Porto Alegre e, em relação à capital da Província, admiram-se de sua deliciosa implantação às margens do Guaíba. Reclamam da quantidade de negros e arraia-miúda perambulando pelas ruas centrais, mas a imagem final é satisfatória.

Em geral ficavam bem hospedados – o qualificativo deve ser relativizado – e no ambiente rural eram-lhes destinados os *quartos dos hóspedes*, que nas estâncias ficavam num dos oitões das casas, com acesso exclusivamente pelo lado de fora (isto é: bem vindos, bem vindos, famílias à parte). O modo gaúcho de

receber era bem peculiar, pois os estancieiros não eram dados a efusões superficiais; se o hóspede estava bem instalado, com boa cama sem percevejos e com um cobertor para as invernias, nada mais precisava. (Pensando em nossa realidade contemporânea, parece que não mudamos muito). Os visitantes não deixavam de espantar-se de nossa frugalidade, refletida na indumentária; há quem faça o registro seguinte: se chegar a uma porteira e encontrar ali um homem em andrajos, quase um miserável, é bom ir tirando o chapéu e ir fazendo um cumprimento, pois é quase certo que ali está o dono daquelas imensidões de léguas de campo.

As mulheres do campo não lhes passaram despercebidas: invariavelmente louvam-lhes a beleza e os grossos anéis e colares de ouro, mas lamentam que seus pais, maridos e irmãos as mantenham nos fundos das casas, não permitindo que se juntem à conversa da sala. Arsène Isabelle, entretanto, diz que não é para se enganar com as nossas damas rurais; embora vivendo em meio às suas criações de gado e dedicadas a alguns rudes afazeres, não perdem jamais uma certa elegância natural e uma inegável sensibilidade. Já Baguet relata-nos que em São Gabriel – um meio urbano, portanto – as filhas do dono da casa fizeram-lhe uma sessão privada de piano e que uma delas, depois, não teve o menor acanhamento em dançar um erótico *paso* espanhol, acompanhada por castanholas. Saint-Hilaire também registra que nas cidades é dada grande liberdade às mulheres, podendo juntar-se às conversas e encantando com suas aptidões musicais e coreográficas. Esse tipo de conduta, naturalmente, era encontrada apenas no meio citadino; o mesmo Saint-Hilaire lamenta que na Campanha, as mulheres não passam de primeiras escravas da casa.

Quanto às classes subalternas, é interessantíssimo constatar que o olhar do estrangeiro imediatamente se confunde com o da classe dominante (afinal, os viajantes pertenciam à aristocracia, ainda que intelectual). Saint-Hilaire considerava os escravos das charqueadas como seres cheios de vícios e que precisavam ser tratados com muita energia – mas tinha uma visão mais benévola em relação aos escravos das estâncias pois na pseudo-democracia campestre, estes viviam mais próximos de seus senhores, possivelmente assimilando-lhes as boas qualidades.

A comida era um drama. Tanto nas cidades como no campo, a carne imperava, e as verduras eram desconhecidas. Quando muito alguns legumes, elaborados de forma grosseira.

De um modo uniforme, lamentam-se explicitamente de que o Brasil, sendo o país tão rico, esteja tão desalinhado do progresso mundial. Nas entrelinhas, que é a verdade dos textos, transparece uma reprovação ao estilo português de administrar, e Baguet é bem claro quando atribui nossos males à Pátria-mãe (e também à nossa preguiça, derivada talvez do clima...).

Tem seu encanto constatar a ingenuidade desses meteóricos viajantes, sempre acreditando no que lhes dizem (exceto, talvez, Saint-Hilaire, mais cético); nós, que nos conhecemos bem, sabemos o quanto foram vítimas de histórias fantasiosas. Isso não lhes tira uma capacidade espantosa de observação e, num espírito de Rousseau tardio, todos insistem em descrever simpaticamente a figura do gaúcho típico, elogiando sua capacidade de montar e de laçar, mostrando o quanto vivem esses rústicos num estado de liberdade bem próximo dos primórdios da Criação. Sempre há uma descrição de belas cavalgadas pelo pampa, e um outro estrangeiro lembrará com saudades dos cavaleiros gaúchos.

Percorre esses relatos um elogiável esforço de recuperação dos elementos da natureza; sempre há descrições de espécimes vegetais (mais do que as outras ciências, a botânica estava em alta, no Romantismo), e Aimé Bonpland, talvez o mais sério de todos, brindou-nos com desenhos razoáveis da flora rio-grandense. Foi, esse, um verdadeiro interessado, tanto que morou por muito tempo na vila de São Borja, e apenas por um acaso (estava ausente no momento) A. Baguet não se encontrou com ele, o que nos privou de um diálogo memorável que seria obviamente referido por ambos.

Algo importante, e que nos obriga a pensar, é a forma como desgostavam de nossa distribuição de terras, e Saint-Hilaire, nomeadamente, deplora a existência de latifúndios improdutivos e a pouca importância dada à agricultura. De um modo ou de outro, esse é um *leitmotiv* encontrável em maior ou menor grau em todos eles. Alguns aventuram-se a dar explicações, mas a maioria cala-se, debitando à fatalidade esse quadro desfavorável.

Ao fim de seus périplos, estavam carregados de espécimes geológicos, botânicos e animais, que esperavam – e nem todos o conseguiram – classificar melhor no retorno. O mais bem sucedido desses foi Saint-Hilaire, que chegou a dar informações detalhadas sobre mais de cem espécies de peixes, répteis, pássaros e insetos, constituindo uma coleção apreciadíssima na França. Por outro lado, foi um dos mais atilados observadores dos aspectos sociológicos da Província, tecendo curiosos comentários sobre o destino dos índios guaranis, outrora catequizados pelos sacerdotes jesuítas, e naquele tempo já dispersos.

De tudo o que vimos, nota-se que os viajantes ao Rio Grande do Sul, no período estudado, eram homens que detinham plena e cândida consciência de que eram superiores, seja no progresso científico, seja na evolução dos costumes; quanto a nós, consideram-nos um povo bem intencionado, generoso, elementar, dotado de uma bela e invejável natureza, e que entretanto possui desigualdades visíveis. Já a nossa História, bem – esta ainda se encontra no futuro.

Se alguém neste instante se lembrou do que diziam nossos professores do primeiro grau, não o foi por acaso.

Luiz Antonio de Assis Brasil
é escritor, doutor em Teoria da Literatura e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NÁUFRAGOS NO RIO GRANDE

Jean Marcel Carvalho França

Entre os relatos de visitantes que se ocuparam em descrever o Brasil nos primeiros séculos após o descobrimento, o dos marinheiros do navio britânico Wager logrou alcançar importância e popularidade inesperadas. O malfadado empreendimento marítimo de Sua Majestade, cujo objetivo era destruir o comércio espanhol no Pacífico e saquear portos no Chile e no Peru, ganhou dois testemunhos singulares: um assinado por John Bulkeley e John Cummins, líderes dos marujos que em seguida ao naufrágio buscaram abrigo na costa brasileira, e outro, aqui reproduzido em parte, atribuído ora a autor desconhecido, ora a um certo John Young, tanoeiro do Wager. Nele se percebe com clareza a narrativa que contribuiu, pouco a pouco, para conformar no imaginário europeu setecentista, a visão pouco edificante da América portuguesa.

O Brasil do período colonial, país de poucos letrados, teve de contar em larga medida com a colaboração de estrangeiros para registrar o seu passado. O gesto mesmo da descoberta foi, pode-se dizer, descrito por um visitante, Pero Vaz de Caminha. À inspirada Carta do escrivão da frota de Cabral seguiram-se, para mencionarmos somente os mais célebres, os relatos de Pero Lopes de Sousa, de Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, de Ulrich Schmidel, de Hans Staden, de André de Thevet, de Jean de Léry e de Anthony Knivet. Todos, com mais ou menos detalhes, mais ou menos simpatia, descreveram os contornos da terra e os hábitos de seus habitantes, os índios. Sobre esses, Nicolas Barré, que visitou o Brasil em 1556, tece um comentário que ilustra com maestria o quão exóticos eram tais seres para o civilizado europeu:

*Tudo me leva a crer que esses nativos são o povo mais bárbaro e estranho que existe sobre a terra. Eles vivem sem conhecimento de nenhum deus, sem inquietude de espírito, sem lei e sem nenhuma religião. Tal como os animais, estão à mercê dos seus instintos.*¹

¹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro colonial (1531-1800)*. Rio de Janeiro: Eduerj/José Olympio, 1999, p. 21.

Em 1604, a Coroa portuguesa, ciosa de seus domínios, baixou um decreto proibindo a vinda de estrangeiros ao Brasil, o que implicou numa drástica redução dos relatos sobre o país. Dos poucos que vieram a público, não mais do que meia dúzia descreveram a vida que levavam os colonos, os então denominados *portugueses e portuguesas da América*.

O quadro que esses poucos visitantes pintam dos híbridos que habitavam a *zona tórrida* do Novo Mundo não é dos mais simpáticos. O francês Pyrard de Laval, de passagem pela Baía em 1610, descreve-os como *degradados, falidos ou criminosos* e, não contente, diz que suas mulheres eram *muito mais afáveis e mais amigas dos estrangeiros do que os homens*, dando a entender que o recato e a continência não eram as virtudes mais cultivadas por essas damas.² O capitão inglês Edward Barlow, que visitou o Rio de Janeiro meio século mais tarde, não fez comentários sobre a qualidade dos colonos ou sobre a moralidade de suas mulheres, mas espantou-se com o fato de as famílias brancas terem escravos para realizarem todas as tarefas possíveis e imagináveis.

² LAVAL, Pyrard de. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Tradução de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Porto: Livraria Civilização Editora, 1944, vol. 2, p. 238.

Passaram-se décadas, e a imagem pouco edificante dos portugueses e portuguesas do Brasil persistiu. François Froger, um jovem engenheiro francês que esteve um mês ancorado na baía de Guanabara (1695), conta que os cariocas possuíam numerosos escravos e que isso os tornava *moles e efeminados, ao ponto de serem incapazes de apanhar um alfinete*. Nesse seu quase libelo, prossegue afirmando que o excesso era tão comum entre os habitantes que, *não somente os burgueses, mas também os religiosos, podiam manter relações com mulheres públicas sem serem vítimas de censura*. E arremata: *temo que eles nos façam*

³ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho, op. cit., p. 52.

*assistir em breve ao incêndio de uma nova Sodoma.*³ O aventureiro espanhol Francisco Coreal, três anos mais tarde, visitou Santos e constatou igual concupiscência e ignorância. Afirma ele que os santistas eram os homens mais incultos que encontrara nas Índias Ocidentais e que suas mulheres, em matéria de amor, eram mais astutas do que qualquer européia.

O século XVIII trouxe mais visitantes, mas não trouxe quaisquer melhorias para a imagem dos habitantes dos trópicos. A bem da verdade, a situação chega mesmo a piorar, pois comentários pouco elogiosos sobre os portugueses da América circulam pela Europa nas páginas de livros escritos por indivíduos célebres, como o almirante inglês James Cook, o astrônomo Louis de La Caille e o sábio Louis Antoine Bougainville. Essa má reputação, todavia, não ficou circunscrita às obras compostas por visitantes renomados e cultos, sempre mais suscetíveis às rudezas do Novo Mundo. Marinheiros, aventureiros e até mesmo alguns condenados, que passaram pelo país no período e deixaram registradas as suas impressões, não pouparam críticas ao *modus vivendi* local. É o caso do aventureiro George Semple Lisle, do soldado Samuel Holmes, dos condenados George Barrington e James Hardy Vaux e dos marinheiros do navio Wager, que buscaram abrigo na costa brasileira depois do naufrágio de sua embarcação.

As duas narrativas deixadas pelos líderes dos naufragos do Wager gozaram de uma relativa popularidade quando de sua publicação (1743 e 1751). Os autores, é certo, não passavam de simples marinheiros, servindo numa embarcação de segunda linha. O acidente em que se envolveram, porém, causou grande celeuma no interior da Royal Navy, despertou a atenção da opinião pública britânica e acabou por conferir aos relatos dos desafortunados uma importância e uma popularidade inesperadas.

A aventura desses marinheiros começou em 1739, quando o alto comando da marinha inglesa, prevendo um conflito próximo com a Espanha e calculando que esse país não poderia manter uma guerra sem o ouro e a prata do Novo Mundo, resolveu armar uma poderosa esquadra com o fim de assenhorar-se das colônias que Filipe V possuía na América. Para o comando dessa missão bélica foi nomeado o capitão George Anson, um oficial de carreira, com reconhecidos serviços prestados à Sua Majestade Britânica.

Por razões que aqui não interessam, essa expedição foi deixada de lado e o capitão Anson teve de contentar-se em conduzir uma frota de seis embarcações (*Centurion, Gloucester, Severn, Pearl, Wager e Tryal*) numa expedição pelos Mares do Sul. Essa malfadada empresa marítima, cujo objetivo era destruir o comércio espanhol no Pacífico e saquear uns quantos portos na costa do Chile e do Peru, correu mal desde o princípio. Para se ter uma idéia da desorganização que cercou os preparativos da viagem, basta dizer que o renomado capitão se viu obrigado a

fazer vela com uma tripulação composta em grande parte por inválidos, marinheiros doentes, idosos e condenados.

A frota zarpu da ilha de Santa Helena em setembro de 1740, ganhando o litoral de Santa Catarina em 17 de dezembro. Na passagem do Atlântico para o Pacífico, o Wager, navio velho e mal conservado, sofreu danos irreparáveis, perdeu contato com os demais vasos e, no dia 14 de março de 1741, naufragou nas imediações da Patagônia. Depois de uma série de conflitos e insubordinações, os sobreviventes dividiram-se em dois grupos: um pequeno número de marujos, sob o comando do capitão Cheap e do então guarda-marinha John Byron (avô do grande poeta inglês, Lorde Byron), dirigiu-se para norte, com a esperança de apossar-se de algum navio espanhol ou tomar algum porto chileno; um segundo grupo, liderado pelo artilheiro John Bulkeley e pelo carpinteiro John Cummins, embarcou no batelão que fora salvo do naufrágio e rumou para sul, com o propósito de atravessar o Estreito de Magalhães e abrigar-se no Brasil.

Em 28 de janeiro de 1742, ultrapassados um sem número de obstáculos, 30 dos 70 homens do grupo liderado por Bulkeley e Cummins entraram na baía rio-grandense. Os náufragos não foram muito bem acolhidos pelo governador, que não dispunha de víveres para alimentá-los e enfrentava uma revolta da guarnição. Impossibilitados, todavia, de partirem para o Rio de Janeiro, os ingleses acabaram por ficar na região cerca de dois meses. Desses sessenta dias de visita restaram, como referimos, dois testemunhos: um assinado pelos líderes dos marujos que rumaram para o Brasil, John Bulkeley e John Cummins, e outro atribuído ora a autor desconhecido, ora a um certo John Young, tanoeiro do Wager. É esse último relato que o leitor encontrará a seguir. Pelo curto fragmento que traduzimos⁴ – a obra traz ainda descrições do Rio de Janeiro e da Baía de Todos os Santos –, percebe-se porque a narrativa veio engrossar a longa e contínua série de esboços que, pouco a pouco, contribuíram para formar, no imaginário do europeu setecentista, a tal imagem pouco edificante da América Portuguesa.

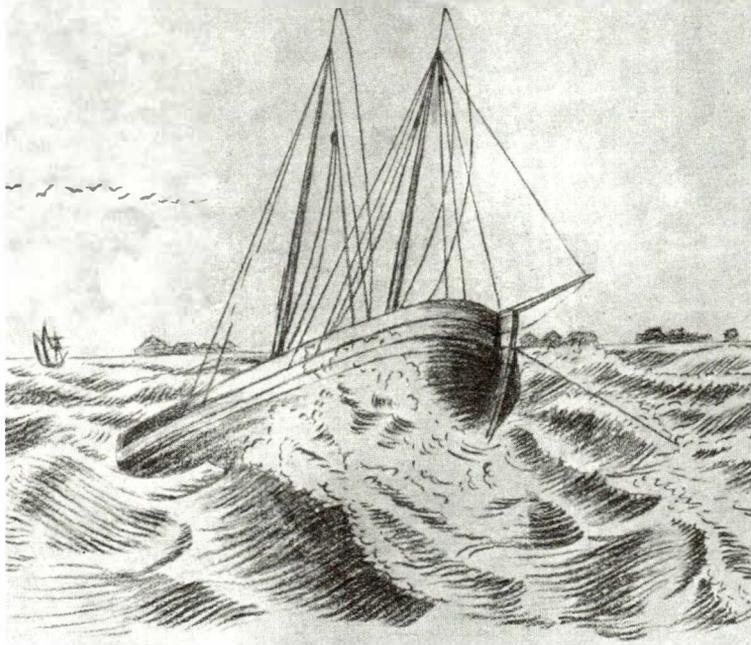
Navegamos 7 dias seguidos, sem podermos nos aproximar da terra. Desde o dia 26, não tínhamos mais nem focas, nem qualquer outra coisa para comer. No dia 27, constatamos que estávamos a 32° 40' de latitude sul, muito próximos, acreditávamos, do Rio Grande. De fato, no dia 28 de janeiro, às 6 horas da manhã, demos com a embocadura desse grande rio. Experimentamos ao avistá-lo a mais viva alegria, a alegria de homens que reencontravam a vida depois de estarem a 2 passos da morte.

Há, na embocadura desse rio, uma barra de areia muito perigosa e diversos baixios difíceis de ultrapassar. O senhor Bulkeley serviu-nos de piloto, conduzindo-nos habilmente até a entrada da cidade, onde lançamos âncora. Logo enviaram até o

⁴ A autoria do *An Affecting Narrative* é bastante incerta. Tanto a capa da primeira e única edição em língua inglesa – que serviu de base para esta tradução –, quanto o prefácio à edição francesa não revelam a identidade do autor. Paulo Berger, na sua *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros*, avança o nome de John Young. Berger certamente baseou-se nas indicações dadas pelo relato de Bulkeley e Cummins, no qual são reproduzidas as cartas que os náufragos trocaram com o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada. Nessas, é mencionado por diversas vezes o nome do tanoeiro do Wager. YOUNG, John. *An Affecting Narrative of the Unfortunate Voyage and Catastrophe of his Majesty's Ship Wager*. London: John Norwood, 1751.

nosso batelão um barco com um sargento e um soldado, incumbidos de conduzir um de nós à presença do governador. Deveríamos explicar quem éramos, de onde vínhamos e porque tínhamos arribado no Rio Grande. O sargento e o soldado subiram a bordo da nossa embarcação e não conseguiram esconder o espanto diante do que viram: um bando de homens descarnados, imundos e, certamente, hediondos. Os olhares que lançaram sobre nós exprimiam claramente o horror e a compaixão que o nosso estado lhes inspirava.

Tetos d'erva, paredes de pantano,
Nome de Vila e construção d'aldeia,
Quase coberta da volante areia
Dos combros que aqui crescem todo ano:
Brisas do vento leste e minuano,
De moscas, pulgas, bichos é bem cheia;
Não sei quem tanto inseto aqui semeia
Para causar às gentes nojo e dano!
De pé um diminuto batalhão,
De cavalo os dragões mais esforçados
De voluntários uma legião.
Dizem que há nos campos muitos gados;
Esta é do Rio Grande a habitação
Onde purgando estou os meus pecados.



Soneto recolhido por Guilhermino Cesar do livro *Mosaico e Silva*, s. d., de Camilo Castelo Branco sobre ilustração “Ca-trai-a na Barra do Rio Grande”, publicada em edição da Bibliotheca Rio-Grandense da cidade do Rio Grande, 1937.

Os senhores Beans, Pemberston, Bulkeley e Cummins dirigiram-se, então, para a terra com o fito de apresentaram-se ao governador. Ao desembarcarem, os ingleses foram muito gentilmente recebidos pelo comandante, pelos oficiais e pelos habitantes em geral. Os visitantes foram alojados numa das mais bonitas casas da cidade e tratados com extrema hospitalidade. Para os que ficaram a bordo, entre os quais eu me encontrava, foram enviados 4 nacos de carne de vaca e 2 sacos de pão. Há tempos não comíamos tão bem.

Depois do meio-dia, o governador retornou do campo. Sua Excelência acolheu muito bem os nossos enviados e os interrogou durante um bom tempo acerca das circunstâncias da nossa viagem. Ele perguntou ao senhor Bulkeley – que lhe fora apresentado como sendo o nosso piloto – se trazíamos a bordo um bom mapa da região. Ao saber que não, o governador mostrou-se surpreso com o fato de nos termos aventurado a transpor a barra sem tal auxílio. Bulkeley respondeu-lhe que a nossa embarcação manteve-se constantemente em águas pouco profundas, que trouxe a sonda sempre à mão e que a necessidade lhe dera força e habilidade para triunfar sobre todos os obstáculos. O governador quis que ele contasse, dia a dia, a rota que fizéramos depois de partirmos do Estreito.

Satisfeito com as respostas, Sua Excelência abraçou os 4 enviados ingleses, manifestando o seu contentamento por termos escapado de tantos perigos. Em seguida, prometeu que mandaria nos dar, para nosso refresco, os melhores víveres do lugar, e insistiu que os senhores Beans e Pemberston aceitassem hospedagem no seu palácio. Ele recomendou, ainda, ao seu comandante que não deixasse faltar nada aos outros oficiais e aos demais membros da tripulação, e informou aos ingleses que o *Severn* e o *Pearl*, 2 navios de nossa esquadra, estavam ancorados no Rio de Janeiro em péssimo estado. Segundo as informações disponíveis, as embarcações tinham se separado dos demais vasos (na mesma época em que alcançamos o Cabo Negro) e rumado para o Brasil com o propósito de arranjar alguns homens para completar a sua tripulação desfalcada. Esses homens, contudo, só poderiam vir da Inglaterra em fins de maio, início de junho, com a frota do Brasil. O governador, por fim, depois de assegurar aos ingleses que os embarcaria a todos no primeiro navio que tocasse o porto, renovou os votos de sua afeição por eles e despediu-se.

A curiosidade levou uma multidão à praia, ávida por ver o *Speedwell*, a embarcação na qual, por milagre, escapáramos do furor das águas. Homens, mulheres, crianças, todos se apressaram em subir a bordo. Quanto a nós, era com prazer que nos expúnhamos aos olhares curiosos dessa multidão barulhenta.

No dia seguinte, o governador, o comandante e o encarregado das armas honraram-nos com a sua visita. Eles espantaram-se com a pequenez do nosso navio e custaram a crer que 30 pessoas pudessem se acomodar ali. A surpresa foi ainda maior quando lhes dissemos que, a princípio, éramos mais de 60, mas que a rudeza da viagem e a falta de víveres reduziram a tripulação à metade. Os visitantes observaram que, do lado da popa, o avanço fora da coberta não tinha mais do que 4 polegadas de largura, e perguntaram-nos como o homem que ficava ao leme conseguia permanecer num espaço tão exíguo sem cair na água. Mostramo-lhes o que a necessidade nos havia inspirado para resolver o problema, e eles saíram convencidos de que as situações extremas dão ao engenho poder para superar os maiores obstáculos.

O governador, depois de tudo examinar, disse-nos obsequiosamente que os infortúnios descritos nos tornavam mais caros ao seu coração do que se tivéssemos chegado ao porto carregados de riquezas. Ele prometeu que cuidaria para que nada nos faltasse enquanto ali estivéssemos e garantiu que faria com que partíssemos para o Rio de Janeiro na primeira embarcação disponível. Sua Excelência adiantou ainda que, caso precisássemos de qualquer coisa, deveríamos nos dirigir ao comandante, que estava encarregado de fornecer tudo o que nos fosse necessário. O comportamento do governador inspirou-nos grande respeito e reconhecimento. Pensamos numa maneira, à altura de sua bondade, de expressar a nossa gratidão, contudo, mais não pudemos fazer do que executar em sua presença algumas manobras com a nossa embarcação e saudá-lo com três vivas ao vê-lo partir.

A abundância de víveres rapidamente repôs a força de nossos corpos e trouxe a calma aos nossos espíritos. Em pouco tempo, não éramos mais os mesmos homens. Desde o naufrágio do nosso navio, ocorrido há 9 meses, não experimentávamos uma situação tão cômoda. A boa vida deu ensejo a que recordássemos com frequência as nossas penosas aventuras. Entretínhamo-nos e chegávamos mesmo a experimentar um grande prazer com tal conversação – quando o perigo fica para trás, as impressões que temos dele mudam muito.

Estávamos já há 3 semanas no Rio Grande e ainda não tínhamos nos apercebido dos problemas que assolavam o lugar. Tomamos, então, conhecimento de que todos aqueles que pensávamos ser oficiais não passavam de gente da soldadesca, elevada ao comando em razão de uma violenta revolta da guarnição. Tal revolta devia-se ao mau tratamento dispensado aos soldados, os quais estavam há muito sem receber o soldo, sem comida e quase sem vestimentas. Eles cansaram de reclamar e não foram ouvidos. Após terem inutilmente tentado todas as vias do diálogo, entraram em desespero e viram-se obrigados a tomarem atitudes extremas. Os revoltosos estavam especialmente sentidos com o gover-

nador, pois, embora nada tivessem de pessoal contra ele, esperavam que se manifestasse contra a repressão que sofreram e não que a incentivasse.

O governador, informado da temível cabala, quis remediar as suas conseqüências. Ciente de que era demasiado arriscado recorrer à força, lançou mão de um expediente que serviu ao menos para deslocar a tempestade que ameaçava desabar sobre ele para cima de outros. Sua Excelência teve o cuidado de afirmar, em todas as ocasiões nas quais podia ser ouvido pelos soldados, que tinha muita pena do estado em que se encontravam e que desejava ajudá-los. Fez, ainda, circular, por meio de emissários de sua confiança, que muito lamentava ser acusado de não dar a devida atenção à sua guarnição e de privá-la do necessário para tirar vantagens pessoais. Era mais claro do que o dia, afirmava, que os responsáveis por esses comentários injuriosos tinham como único interesse ocultar as suas próprias rapinagens, que tal não poderia partir de gente honesta e que ele não descansaria enquanto não pusesse termo à miséria da guarnição. O comentário, manhosamente, insinuava que os verdadeiros culpados pela situação eram os oficiais.

Essa cantilena foi repetida entre os soldados tantas vezes e com tanta naturalidade, que estes acabaram por se convencer de que estavam errados e de que tinham, para com aquele que até então viam como inimigo, obrigações maiores. E como a multidão é sempre dada aos extremos, a raiva que nutriam pelo governador transformou-se em confiança, zelo e admiração, e a confiança que tinham nos oficiais, em ódio. Não contentes de dirigirem aos seus superiores comentários injuriosos, os soldados os depuseram e os substituíram por seus camaradas. Aqueles que se transformaram em oficiais adquiriram tão rapidamente os jeitos e maneiras da sua nova condição que, quando os encontramos, nem demos pela troca.

A princípio, a revolução referida pareceu não nos dizer respeito. E isso, por certo, seria verdadeiro se o lugar estivesse bem abastecido com víveres. A situação, contudo, era outra: os armazéns locais contavam com provisões somente para 6 semanas. Os soldados viram com inquietação o fato de terem de partilhar conosco o pouco pão existente. As reclamações chegaram ao ouvido do governador e ele, que não tinha a menor intenção de contrariar a tropa, ordenou que cortassem a nossa ração. Ficamos muitos dias sem pão e com provisões apenas para a sobrevivência. Quando nos dirigimos à presença de Sua Excelência para reclamar, mostraram-nos os armazéns vazios e tivemos de ir embora sem nada argumentar. Prometeram-nos, todavia, que receberíamos a mesma quantidade de ração dos soldados da guarnição até que um navio chegasse com mais provisões. Contentamo-nos com essa solução, pois não nos pareceu razoável exigir qualquer outra coisa.

O deplorável estado em que estávamos e o medo de que o prolongamento de nossa estadia piorasse ainda mais a situação fizeram com que pedíssemos para partir. Nosso tenente, que se encontrava hospedado na casa do governador, parecia ter se esquecido de nós depois do desembarque. Ele não veio uma única vez ao porto para trazer-nos notícias, e nada podíamos resolver sem a sua presença. O canhoneiro, sempre muito zeloso do serviço da companhia, dirigiu-se ao governador e comunicou-lhe que gostaríamos de sair daquele lugar tão carente de víveres e rumar para o Rio de Janeiro, onde poderíamos auxiliar os nossos camaradas do Severn e do Pearl. O senhor Beans, que conversara com o governador, respondeu-nos que só poderíamos partir quando algum navio alcançasse o porto, pois ele não nos deixaria tentar tal viagem numa embarcação tão fraca como a nossa. O senhor Bulkeley replicou que os riscos que corríamos ficando no Rio Grande eram ainda maiores, na medida em que, caso não chegasse o navio que esperávamos, morreríamos de fome. O senhor Beans deixou-nos, então, com a promessa de que tudo informaria ao governador.

Por 2 dias aguardamos a sua resposta, que não chegou. O senhor Bulkeley, notando que estávamos inquietos, resolveu tentar obter, a qualquer preço, um transporte para o Rio de Janeiro. Ele dirigiu-se uma vez mais ao tenente, o senhor Beans, e pediu-lhe que se empenhasse em conseguir para nós um passaporte e dois cavalos, pois tencionava, na companhia de mais dois camaradas, dirigir-se para Santa Catarina e aí tentar um transporte para o Rio de Janeiro. Desta maneira, argumentou o senhor Bulkeley, poderemos socorrer os navios de Sua Majestade que lá se encontram e buscar mais facilmente os meios para retirar os nossos camaradas deste lugar. (...) O senhor Beans respondeu que o caminho por terra era impraticável e que, caso o plano fosse viável, não custaria menos do que 50 libras esterlinas (...).

Estávamos já no dia 3 de março e, ainda que o vento soprasse favoravelmente há três semanas, nenhum navio entrava no porto. As provisões escasseavam e o senhor Bulkeley, que estava como nós impaciente para deixar este lugar tão carente de víveres, dirigiu-se ao governador e pediu-lhe um guia e autorização para partir – pedidos aos quais Sua Excelência prontamente atendeu. O senhor Pemberston, que se achava presente, disse que se juntaria à expedição para fazer a viagem por terra. O governador insistiu para que ele desistisse, exagerando as dificuldades do caminho. O generoso oficial, porém, manteve-se firme na sua resolução, alegando que era seu dever juntar-se à sua companhia, embarcada no navio Severn. O governador pôs-se de acordo com tudo e assegurou a todos que, malgrado a penúria dos armazéns, ele partilharia conosco até o seu último vintém, tamanha era a sua estima pela nação inglesa.

Ficou, então, acertado que os bravos aventureiros partiriam imediatamente. Bulkeley percorreu a vizinhança com o intuito de encontrar 5 ou 6 homens que, mediante pagamento, pudessem acompanhar a expedição até Santa Catarina. Durante sua ausência, recebemos a notícia de que 4 navios tinham ancorado em Santa Catarina e que viriam para o Rio Grande. A novidade, que levou ao cancelamento da viagem projetada, por sorte chegou antes da partida de nossos camaradas.

Os navios anunciados alcançaram o Rio Grande no dia 19 e informaram-nos de que o Severn e o Pearl tinham partido para Barbados. As embarcações portuguesas vinham carregadas de provisões e traziam a bordo o governador de Santa Catarina, o qual recebera ordens da coroa para vir pessoalmente ao Rio Grande anunciar a anistia concedida pelo Rei aos participantes da última revolta. A missão foi executada com muita solenidade e aparato. No dia seguinte, às 6 horas da manhã, toda a guarnição entrou em forma diante do governador de Santa Catarina. Este começou por elogiar as grandes qualidades do seu amo, o Rei de Portugal, particularmente a sua clemência e bondade; em seguida, leu em voz alta a anistia. Ao fim da leitura, os soldados manifestaram com vários vivas o seu contentamento. O governador aproveitou, então, para anunciar que trazia consigo somente um terço do pagamento, que o restante estava a caminho e que, se quisessem receber aquele montante, efetuaria o pagamento ali mesmo. Diante de tais palavras, os soldados puseram-se a gritar: Tudo ou nada. O tumulto foi grande: uns ameaçavam passar para o lado da Espanha, outros diziam em alto e bom tom que não obedeceriam ordem alguma enquanto não recebessem. O comandante, respeitado pela guarnição por ser ele também um oficial postiço, tratou de apaziguar os ânimos, pronunciando-se com muita ponderação. A tropa acalmou-se e respondeu-lhe o seguinte: O senhor é o nosso comandante. Cabe ao senhor decidir o que devemos fazer. Qualquer que seja a sua decisão, nós o apoiaremos, mesmo que isso nos custe a vida.

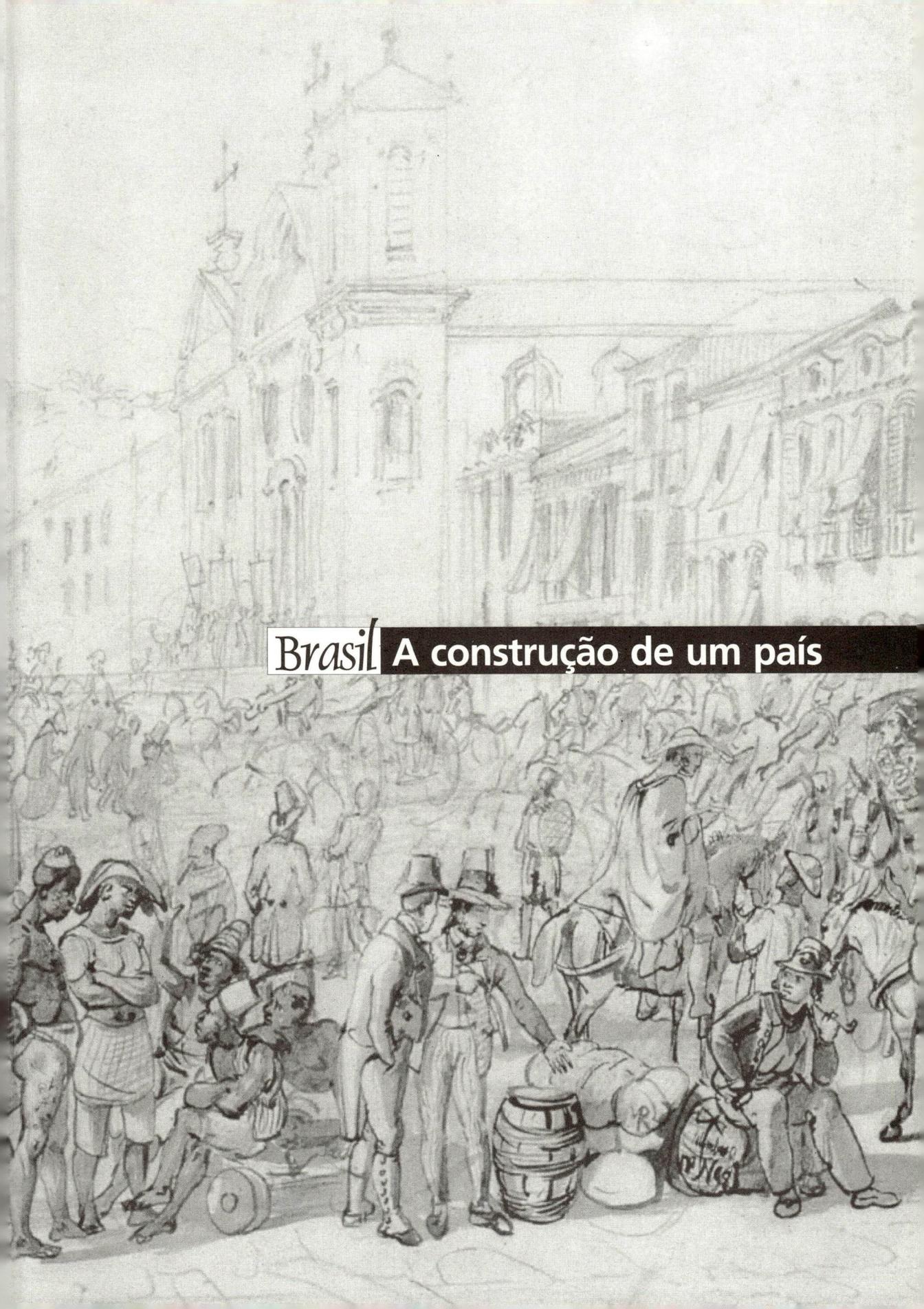
O comandante, que sabia o real valor de tais asserções e não tinha a menor intenção de perder-se para agradar a esses fanfarrões – cujo apoio não é nem constante, nem de grande utilidade –, declarou que gratamente aceitaria o perdão que o Rei lhe concedia. Em seguida, ele entregou o comando, pegou um mosquete e pôs-se em forma com a tropa. A mesma atitude tiveram os outros oficiais postiços, e a hierarquia rapidamente foi restabelecida (...).

Soubemos que um dos navios recém-chegados deveria partir no dia 27. Corremos, então, até a casa do senhor Beans para que ele nos permitisse aproveitar essa oportunidade. (...) O embarque que tanto desejávamos teve lugar no dia 28 de março de 1742.

Bibliografia Consultada

- CARVALHO, J. *Uma Viagem aos Mares do Sul nos anos de 1740-1741*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1836.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Tomo 88, vol. 142, 1921. pp. 58-63.
- TAUNAY, Afonso de Escragnoille. Os Náufragos do Wager. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Tomo 92, vol. 146, 1922.
- BULKELEY, John e CUMMINS, John. *A Voyage to the South Seas, in the years 1740-1741*. London: Jacob Robinson, 1743.

Jean Marcel Carvalho França é doutor em Literatura Comparada e professor da Universidade Estadual Paulista.



Brasil A construção de um país

Ilustração (Fragmento)

"Rua Direita no Rio de Janeiro" de Johann Moritz Rugendas.

PRIMEIROS PASSOS DA MODERNIDADE Portugal século XV

Marília Junqueira Caldas

Agrupar e ordenar alguns dos eventos do século XV da era Cristã, tendo como foco Portugal, um dos principais, senão o principal protagonista da grande crise de consciência que marcou aquele período da civilização ocidental, é a idéia central deste ensaio. Por poucos anos, Colombo chegou à América antes dos portugueses. Como o sistema ptolomaico já tomava por verdadeira a esfericidade da Terra, pode parecer aos nossos olhos que tanto uma viagem quanto outra foram desprovidas de diferenças conceituais. Elas, no entanto, diferiram em praticamente tudo. Se a de Colombo era bem fundamentada do ponto de vista do conhecimento vigente entre os estudiosos, a dos portugueses vinha de uma ruptura completa com a visão do mundo estabelecida. Por outro lado, se a de Colombo pode ser caracterizada como uma aventura individual, a de Cabral foi fruto da precisa organização de um país extremamente desenvolvido – Portugal de D. João I e D. João II – que havia identificado uma saída para seus problemas: a Ciência e a Tecnologia.

Anos Difíceis em Portugal

Toda a Europa na segunda metade do século XIV enfrentava uma grande crise, que incluía o sistema econômico feudal, o equilíbrio religioso-social, e o (inexistente) sistema sanitário, ou seja, tratava-se da sobrevivência mesmo de homens e mulheres frente às fomes e às doenças. Em Portugal, entre 1340 e 1480, foram registradas 15 epidemias graves de peste (uma a cada dez anos, em média) que faziam número avassalador de vítimas, entre elas pessoas às vezes de importância fundamental para o país, como foi o caso da rainha D. Filipa de Lancastre, esposa de D. João I.

A situação era agravada pelo estado de beligerância constante. No mesmo período, foram travadas guerras sangrentas contra Castela, seu vizinho mais próximo. Apenas no reinado de D. Fernando (1367-1383), por três vezes guerrearam portugueses e castelhanos, entre tréguas não cumpridas e acordos desfavoráveis, como o de Santarém em 1373, assinado em situação delicadíssima, com Castela dominando todo o Norte do País, e chegando a Lisboa. Castela chega novamente a Lisboa em 1381, e ainda em 1384 (talvez a chamado da rainha viúva D. Leonor Telles, a Lucrecia Bórgia portuguesa¹). D. Fernando havia feito acordos laterais com Aragão e Inglaterra, mas a paz definitiva com Castela viria só em 1411, já sob a direção de D. João I. Além das lutas externas com Castela, lutas internas castigam a nação, como no episódio da sucessão de D. Fernando. Neste caso, o desfecho é feliz, e Portugal inaugura a era das revoluções burguesas na Europa. A revolta da burguesia mercante, ligada ao mar e ao comércio, coloca no trono D. João, o Mestre de Aviz², em 1385.

As descrições de D. João I parecem contraditórias. Na definição de alguns historiadores³ é um homem de bom senso, não genial, mas que sabe cercar-se de grandes competências. Por outro lado, esta visão parece desmentida pelos grandes feitos de seu governo, iniciando pela sua própria eleição. Certamente sua corte foi formada por grandes figuras, tanto políticas (como Nun' Alvares Pereira) quanto científicas (como o astrólogo Abraão Cresques), incluindo sua excepcional esposa Filipa de Lancastre ("preceptora de toda a corte", segundo António Sérgio). O casal teve filhos que não poderiam deixar de ser conhecidos em toda a Europa por seus dotes extraordinários: Duarte, autor de dois textos, um sobre cavalaria e outro sobre conduta moral⁴; Pedro, cientista e estadista, autor também de um texto sobre conduta moral⁵; Henrique, o Navegador, diretor do projeto científico e tecnológico de Portugal por mais de 40 anos; e Fernando, cavaleiro e mártir por Portugal em Tânger. D. João foi sucedido em 1433 por D. Duarte I, que levou adiante os projetos do pai, com colaboração constante e registrada dos irmãos, até

¹ HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas* (Arrhas por foro d'Hespanha). Lisboa: Aillaud, Alves, Bastos e Cia, 1858.

² Filho bastardo de Pedro I, e portanto meio-irmão de D. Fernando, mas criado de forma totalmente diferente; em particular, ligado à burguesia mercante, e desvinculado da nobreza.

³ SÉRGIO, António (póstuma). *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1972.

⁴ "Arte de Cavalgar em Toda Sela" e "Leal Conselheiro".

⁵ "Virtuosa Benfeitoria".

sua morte em 1438 (diz-se por desgosto com a sorte do irmão Fernando, prisioneiro em Tânger). Seu filho Afonso era menor, e a regência foi entregue a D. Pedro, novamente por decisão da burguesia. Infelizmente para Portugal, as lutas internas reviveram com a ascensão ao poder de Afonso V, com resultado dos mais tristes: a morte de D. Pedro, uma das grandes figuras do desenvolvimento de Portugal. O reinado de Afonso é considerado de ruim a péssimo, mas seu filho e sucessor, D. João II, é o último grande rei dessa geração de administradores notáveis. Ao retomar e completar o trabalho do tio-avô Henrique, D. João II deixa Portugal pronto para o papel de grande potência ultramarina do século seguinte. Ao mesmo tempo, havia sido completada a transformação da visão de mundo medieval, que propicia o surgimento da ciência moderna.

Essa transformação é que nos interessa aqui, pois hoje não se duvida mais que ela foi devida a um trabalho contínuo de pesquisa científica e tecnológica, que vai desde aproximadamente 1410 até 1500. Em leitura reversa, parece que os dirigentes portugueses sabiam, e só assim se explica a coragem portuguesa nessa fase crítica, que sua salvação viria do Oceano e não de qualquer outra aliança com nações européias. Assim em 1370, em meio aos desvarios do reinado de D. Fernando, é criada a Companhia das Naus para garantir, com seguros marítimos, a marinha mercante (Figura 1). Na Corte de João e Filipa, os príncipes são formados com a presença de astrólogos e cartógrafos renomados, sem barreiras religiosas. Em 1422 adota-se em Portugal a Era Cristã (em contraposição à contagem na Era de César adotada até então). Em 1415 Portugal toma Ceuta dos árabes, em 1425 inicia a povoação da Madeira, em 1434 navios portugueses sob o comando de Gil Eanes dobram o Cabo do Bojador, ao qual retornaremos mais adiante por ser um dos marcos maiores nessa saga. Em 1480, quando a Imprensa chega a Portugal, os seus navios já haviam transposto o Equador, e iniciado o mapeamento do hemisfério Sul.

O Pensamento Científico Renascentista

Como conseqüência do fanatismo religioso que se instalou em Portugal no século XVI, milhares de livros e documentos foram queimados em autos-da-fé. Assim, restam muito poucos documentos relativos à jornada a que nos propomos, que é de fato seguir os passos da ruptura com o pensamento aristotélico favorecido pela Igreja Católica ou, de forma mais geral, a ruptura com a autoridade “dos antigos”. Esta dificuldade de rastrear o pensamento português renascentista está na raiz de um equívoco que durou séculos: o de se imaginar que as Grandes Navegações poderiam ter sido conseguidas sem filosofia própria, base teórica e estudos técnicos rigorosos, iniciados, claramente, muito antes de serem atingidos os resultados finais.⁶

⁶ BENSUADE, Joaquim. *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*. Berna: Akad. Buch. Max Drechsel, 1912.

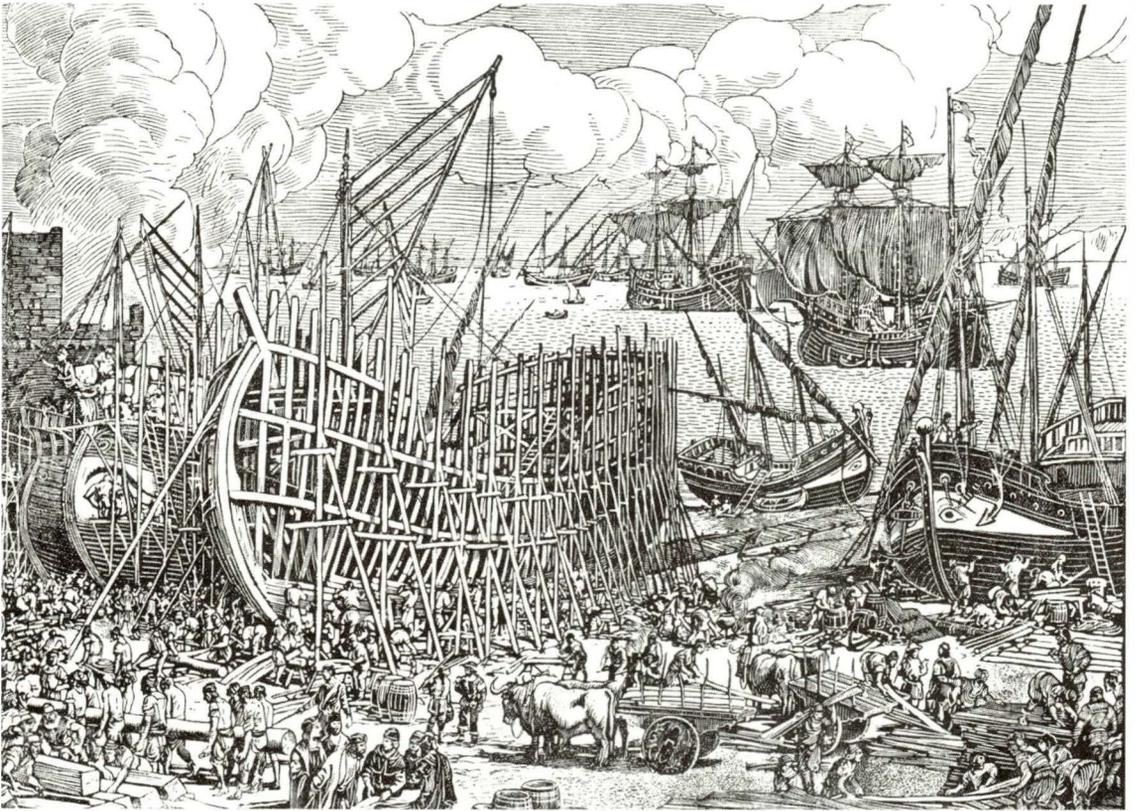


Figura 1
Estaleiro da Ribeira das Naus,
Portugal.

⁷ VARGAS, Milton. A ciência do Renascimento e D. Henrique o Navegador. In: ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; MAIA, C. (Eds.) *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1995. VARGAS, Milton. A Imagem do Mundo e as Navegações Ibéricas. *Rev. da Soc. Bras. de História da Ciência*, 14, 81, 1995.

⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica de Guiné*. J. de Bragança. Livraria Civilização Editora, 1972, a partir do manuscrito de Paris. 1453.

A ruptura com o pensamento dos antigos não é uma negação completa, mas sim uma liberdade de cotejar o escrito com o “visto” diretamente, e de submeter a autoridade dos eruditos ao crivo da “experiência”. Vargas coloca mesmo, como marca do início do Renascimento europeu, a data histórica em que Gil Eanes parte para a costa africana sob as ordens expressas do Infante D. Henrique de ultrapassar o Cabo do Bojador.⁷ A partir desse cabo para o Sul, segundo os antigos, não haveria possibilidade de vida:

Isto é claro – diziam os mareantes – que depois deste cabo não há aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos arenosa que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde; e o mar é tão baixo, que a uma légua de terra não há de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passe, jamais nunca poderá tornar. E portanto nossos antecessores nunca se antemeteram de o passar. E por certo não foi a eles o seu conhecimento de pequena escuridão, quando o não souberam assentar nas cartas por que se regem todos os mares e por onde gentes podem navegar.⁸

Este trecho, extraído da *Crônica da Guiné* de Gomes Eanes Zurara, cronista de D. Henrique na corte de D. Afonso V, reflete o conhecimento da época. Em primeiro lugar, temos descrições bastante razoáveis do Cabo em si, como a de suas características de tormentoso e de fundo baixo; essas descrições só poderiam vir da boca de mareantes, realmente. Em segundo lugar, temos as suposições de inviabilidade de vida animal ou vegetal, abaixo da latitude do Bojador (26° 6' N) e estas provavelmente vêm, direta ou indiretamente, da *Geografia* de Ptolomeu. Em terceiro lugar, temos a referência às cartas de marear, que nessa

época eram variantes mais ou menos precisas do mapa-múndi também de Ptolomeu.⁹ Na Figura 2 é reproduzida uma

dessa cartas,

⁹ CORTESÃO, Armando. O problema da origem da carta portulano. *Rev. da Faculdade de Ciências*, Universidade de Coimbra, 39, 5, 1966.

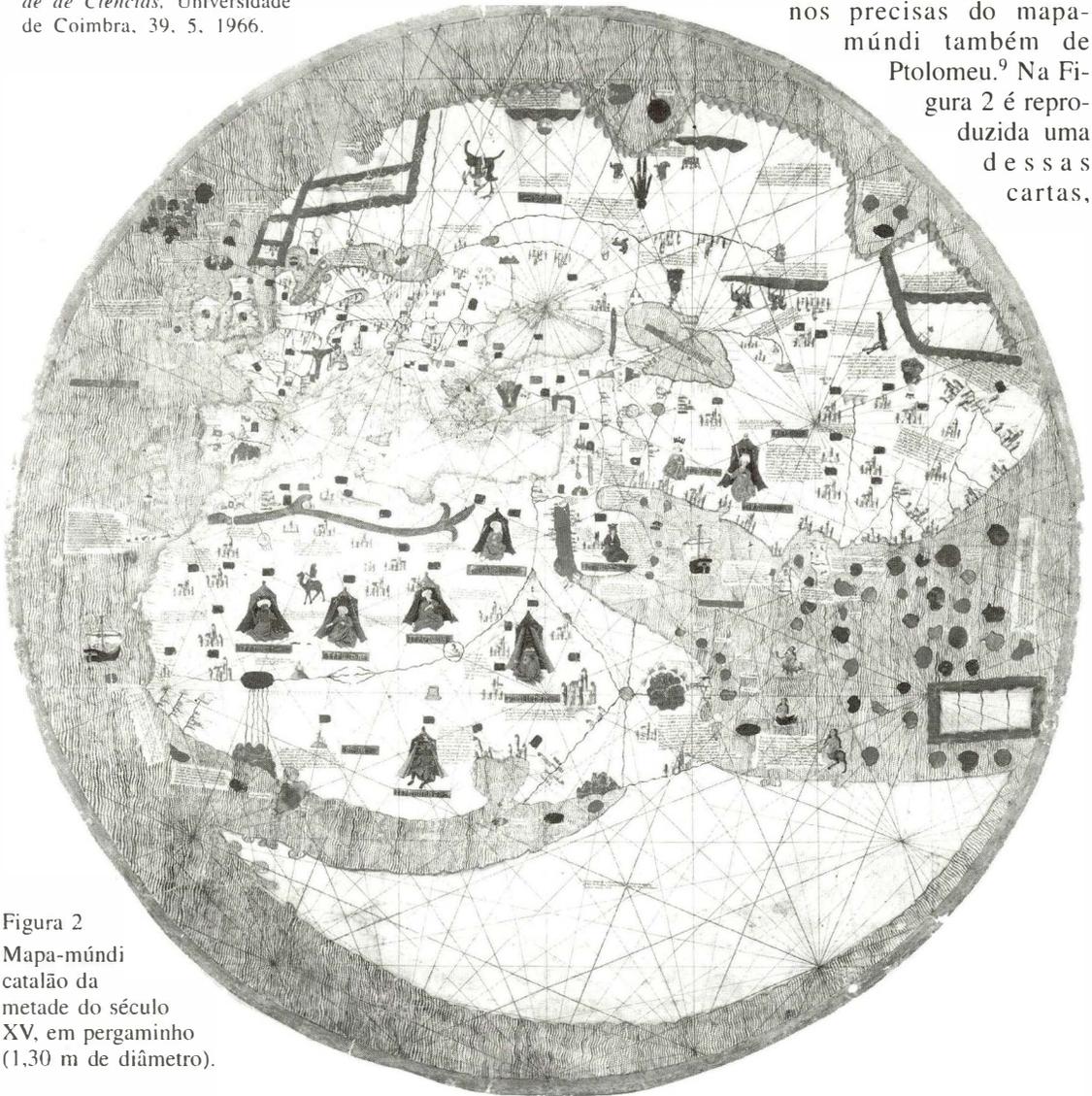


Figura 2
Mapa-múndi
catalão da
metade do século
XV, em pergaminho
(1,30 m de diâmetro).

ou mapa portulano (roteiro de portos) conhecido como Mapa ou Planisfério Catalão, de autor anônimo, provavelmente de Mallorca¹⁰, e datado (também provavelmente) da metade do século XV¹¹. O interesse por cartas geográficas (mais realistas que os diagramas fantasiosos medievais) data do século XII. Rogério II rei das Sicílias, da dinastia dos normandos invasores, encomendou já em torno de 1150-1160 a Al-Edrisi, cartógrafo árabe de renome, um mapa-múndi que segundo A. Cortesão¹² é baseado em mapa de Ptolomeu e talvez também de Marino de Tiro. Ainda segundo o autor, durante os dois séculos que se seguiram, e através de relatos de marinheiros ibéricos, catalães, italianos e portugueses, os cartógrafos foram adicionando a esses mapas portulanos os conhecimentos mais recentes, vindos não da autoridade de Ptolomeu mas da vivência cotidiana: a geografia da costa europeia partindo do Sul das Ilhas Britânicas (já contido no de Ptolomeu) para o Norte, detalhes do Mediterrâneo, e o início da costa africana.

Esse mapa ilustra bem o texto de Zurara: são povoadas a Europa, a Ásia, a Índia. A África é povoada até o Saara; um grande rio entra pela sua costa atlântica e chega quase ao Egito; certamente não existe nada em direção ao Equador, e não existe passagem para o Oriente pelo Sul. Por outro lado, vêem-se no mapa as *linhas de rumo*, que dão a menor distância entre as localidades ligadas, e são indicação do uso da bússola ou *agulha*; ainda segundo Armando Cortesão, a longitude nesses mapas portulanos é muito precisa, passando por exemplo a extensão longitudinal do Mediterrâneo dos 42° de Ptolomeu a (muito mais corretos) 62°. A inclinação do Mediterrâneo (desviada de 5° para o Sul no extremo Leste, causada pela declinação magnética local, ver Figura 2) é outra indicação do uso da bússola em lugar da tomada das latitudes pelas estrelas, em terra, usada por Ptolomeu.

A própria existência desses mapas demonstra que, se a cultura oficial apegava-se aos “escritos antigos” como única fonte de sabedoria, a experiência se impunha cada vez mais como o caminho para o conhecimento. A erudição escolástica, derivada da leitura e interpretação dos antigos, que coloca a Matemática como a ciência da quantidade, é confrontada pela perspectiva matemática de Brunelleschi, e pela sua arquitetura precisa que ergue a Cúpula da Catedral de Firenze. Brunelleschi, como Leonardo da Vinci, não é versado em estudos Latinos, entretanto participa ativamente do círculo de intelectuais e eruditos que fazem surgir o Renascimento Florentino. O Humanismo, se traz inicialmente o culto dos antigos e da Antiguidade Clássica, traz também escondido em seu seio a volta aos valores humanos e terrenos. Isto já pode ser notado no discurso do chanceler florentino Coluccio Salutati, em carta de 1390, contra a disciplina de reclusão e contemplação e em favor da ação e criação:

¹⁰Quase todos os mapas eram na época associados aos grandes cartógrafos catalães de Mallorca, mas D. Henrique contrata “pintores” que provavelmente faziam as cartas de marear portuguesas, também citado por Zurara.

¹¹CORTESÃO, Jaime. *A expansão dos portugueses no período henriquino*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

¹²CORTESÃO, Armando. Op. cit., 1966.

*Na labuta e no trabalho, cuidando da tua família, teus amigos, tua cidade que contém todos, não podes deixar de seguir a rota certa para agradar a Deus.*¹³

¹³SANTILLANA, Giorgio de. The role of art in the Scientific Renaissance. In: *Reflections on Men and Ideas*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press, 1970.

¹⁴Natural de Cues, no Moselle, viveu de 1401 a 1464, estudou em Padova, e ligou-se indissolúvelmente à vida intelectual italiana.

¹⁵SANTILLANA, Giorgio de. Op. cit., 1970.

¹⁶SANTILLANA, Giorgio de. *The age of adventure*. Cambridge: Riverside Press, 1957.

¹⁷A primeira tradução em latim dessa obra de que se tem registro é de 1410 na Itália, mas não há porque supor que não fosse conhecida dos árabes, moçárabes e judeus do Mediterrâneo.

¹⁸BENSAUDE, Joaquim. Op. cit.

¹⁹O currículo de Medicina à época incluía Astronomia e Matemática, e por isso os médicos eram chamados, apropriadamente, de físicos. Além disso, a Astronomia era uma das matérias da Astrologia.

Vê-se ainda no discurso de Nicolau Cusano¹⁴, cardeal e executivo de Pio XI: “A Verdade é simples, e fala às claras nos mercados”.¹⁵ É o mesmo Nicolau Cusano que joga com a noção de *infinito* na Matemática, conceito até então ligado apenas ao Divino, e que a coloca assim como meio de chegar a Deus¹⁶ (outra alternativa além da Filosofia, até então a única via).

Assim como os textos clássicos de Filosofia foram redescobertos na Europa por intermédio dos árabes, também foram os árabes que traduziram o *Almagest* e a *Geografia* de Ptolomeu em torno do ano 900, e os reintroduziram na Europa¹⁷. O *Almagest*, um tratado de Astronomia com capítulos sobre geometria e trigonometria esférica, é provavelmente a inspiração do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, um dos textos mais importantes para a Astronomia e cartografia náutica dos séculos XV e XVI. O contato com os árabes era extenso em todo o Mediterrâneo e em particular na península ibérica. Mesmo com a existência de ódio arraigado entre cristãos e árabes, as culturas se misturaram. Depois da reconquista e antes da Contra-Reforma era comum que judeus e talvez moçárabes (mouras convertidos ao cristianismo) ensinassem nas Universidades, como em Salamanca por exemplo. Os judeus, muito provavelmente, contribuíram para a difusão da cultura árabe, pois freqüentavam sem problemas os dois mundos¹⁸. Certamente, astrólogos e médicos¹⁹ judeus faziam parte da corte de D. João I e de seu filho D. Duarte, e da “corte” ou “escola” de D. Henrique.

Podemos agora nos perguntar quais desses textos, e quais outros, eram conhecidos em Portugal à época dos Príncipes. Aqui cabe lembrar que Portugal era antes de tudo uma nação formada através de portos. Sua localização na entrada do Mediterrâneo cunhou sua vocação mercante: seus portos eram escala natural do comércio medieval por mar, ligando Bruges na Holanda e os portos ingleses, a Genova ou Venezia; os próprios portugueses instalavam colônias de mercadores seja em Bruges, seja em Montpellier ou Marseilles. A nacionalidade inglesa de D. Filipa, a origem francesa da dinastia anterior, a mescla de nacionalidades nos seus portos, e principalmente sua ligação com a burguesia mercante, tudo isso contribuía para o caráter cosmopolita da Corte de Lisboa. Entre 1418 e 1428 o próprio D. Pedro visitava as grandes capitais, incluindo Venezia e Firenze. Não temos porque imaginar que a biblioteca da Corte fosse pobre ou incompleta. Ao contrário, podemos imaginá-la bem guarnecida.

²⁰VARGAS, Milton. A Ciência do Renascimento. *Ciência e Filosofia*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2, 65, 1980.

²¹BENSAUDE, Joaquim. Op. cit.

²²Tal manual, o Regimento do Astrolábio, acompanhado de um Tratado da Esfera, só foi redescoberto no início deste século na Biblioteca de Munich. Como dissemos, nada disso ficou em Portugal, apesar de ser certo, dado o fato de que grande parte do conhecimento náutico e astronômico da época ter sido gerado lá.

²³Não restaram tampouco as “cartas de marear que o Infante mandou fazer”, segundo Zurara.

²⁴Este famoso mapa é o primeiro grande documento cartográfico da série de mapas portulanos; também coloca o Cabo Bojador como “Cap de Finisterra occidental de Affricha”, e inclui uma referência ao rei Preste João, como sendo da Etiópia.

²⁵ZURARA, Gomes Eanes de. Op. cit.

²⁶Daqui para o final do texto, reunirei sob D. Henrique, e depois D. João II, os feitos da nação portuguesa, mas seguramente enquanto viveram D. João I e D. Pedro, a discussão envolvia a Coroa em sentido amplo.

Vargas²⁰ sugere que na biblioteca de D. Henrique compariam *Viagens* de Marco Polo, livro que teria sido trazido por D. Pedro; *Imago Mundi* de Pierre d’Ailly, que é mesmo citado por Zurara, 1453; e os trabalhos já citados de Ptolomeu. São outras possibilidades, o *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, os *Livros del Saber* de Afonso de Castela, o *Libro del Conoscimiento*, de um padre mendicante anônimo, e, porque não, o *Tabula Declinationis Solis* de R. Anglés de Montpellier, de 1276. Segundo Cortesão, o *Libro del Conoscimiento* é interessante por citar Preste João, mítico rei cristão da África, cujo reino foi um dos objetivos buscados com insistência por D. Henrique e por D. João II. O tratado de Andrés tem claramente uma importância capital para a determinação da latitude pelo quadrante ou pelo astrolábio. Estes instrumentos, certamente em uso pelos portugueses, foram estudados e aperfeiçoados pela escola de D. Henrique, e pela Junta dos Matemáticos de D. João II, a ponto de ter sido redigido um manual específico²¹ para permitir sua correta utilização pelos comandantes e pilotos da frota portuguesa do final do século XV²². Além disso, deveriam existir mapas²³ e instrumentos variados, já que D. Henrique contratou físicos e cartógrafos, entre os quais Mestre Jacome de Mallorca, que tem sido identificado como Jafuda Cresques, mestre maiorquino de primeira grandeza, e possivelmente filho do grande Cresques, autor do Mapa Catalão²⁴ de 1375.

A ciência renascentista caracteriza-se pela negação de uma teoria já conhecida, negação esta circunstanciada pelo fenômeno natural “visto” e “descrito” de forma quantitativa. Nesse ponto, é de fundamental importância a adoção dos algarismos e do sistema numérico árabe, pois qualquer operação simples torna-se impraticável com o sistema romano de numeração (adotado até o século XV em Portugal, inclusive na Universidade de Lisboa). Por outro lado, não se nega a teoria como um todo: sempre que ela fosse aplicável, ou nas circunstâncias em que ela fosse aplicável, continuava sendo utilizada – mas não mais acatada sem contestação. Como ilustração, selecionamos outro texto de Zurara, ainda sobre o porquê de não se ultrapassar o Bojador:

*E isto por dizer a verdade, nom era com mingua de forteza nem de boa vontade, mas por a novidade do caso, misturado com geral e antiga fama, ...*²⁵

A novidade do caso, sem dúvida, era a contestação do conhecimento antigo, ainda mais se confirmado por relatos de mareantes (fantasiosos, aumentando os perigos reais do local). D. Henrique²⁶, entretanto, não se limitava a contestar a autoridade do antigo; empreendia também a tarefa de *medir o Globo*, e para tal encarregava seus capitães e pilotos de tomar as latitudes das terras encontradas, o que se fazia com precisão

através do astrolábio e das tabelas de declinações solares; e as longitudes o mais exatamente que fosse possível, através da bússola e da “corda com nós” ou cadeia, relógios de areia ou de sol (métodos que levavam a erros por vezes enormes, mas cujo problema só foi resolvido dois séculos mais tarde²⁷). Foi assim que se mapeou a costa da África durante todo o período henriquino.

Uma característica da ciência moderna que não existe ainda na ciência renascentista²⁸ é a formulação clara de experimentos mentais, de acordo com uma teoria pré-estabelecida, que vise a provar ou desaprovar tal teoria. Por outro lado, é de se supor que a especulação de acordo com a teoria estava presente no pensamento henriquino, de tal modo que já entre 1457 e 1459, antes portanto da chegada de fato ao Equador (em 1471), e muito antes da passagem do Cabo da Boa Esperança, D. Afonso V (com certeza sob as diretrizes de D. Henrique) mandava fazer por Fra Mauro, cartógrafo italiano famoso, um *novo mapa-múndi em que a África já era circunavegável pelo Sul*, contestação clara à geografia ptolomaica²⁹. Se esses conhecimentos portugueses eram secretos ou não, é quase impossível saber. Entretanto, deve ser dito que em 1482 um mapa, conhecido como mapa de Ulm, foi desenhado ainda seguindo a tradição quanto à “terra incognita secund. Ptolomeu” ao Sul, com a passagem do Atlântico ao Índico bloqueada.

De D. Henrique a D. João II, a Terra continuou a ser vista e medida pelos portugueses, não somente a África e suas ilhas, mas também o Atlântico Norte. O resultado dessa investigação sistemática pode ser visto na Figura 3, onde é reproduzida a Carta del Cantino, mapa-múndi confeccionado em 1502, por encomenda do Duque de Ferrara através de Alberto Cantino, em que está incluído todo o conhecimento dos portugueses até ali. Esse mapa é de uma beleza indescritível não só pelas suas cores e ilustrações, mas também pela precisão com que a África é mapeada, além da presença já da costa do Brasil. A comparação do Mapa Catalão com o Mapa de Cantino (atualmente na mesma sala da Biblioteca Estense de Modena) nos mostra como, separados por menos de 50 anos em tempo cronológico, os envolvidos na empreitada estavam separados por uma visão de mundo esfacelada e em reconstrução (mas ainda não de todo completada). As costas do Brasil, imprevistas e, segundo os antigos, em região sem vida possível, são representadas por bosques e aves (ver Figura 4). Na região do Forte da Mina, igualmente dentro da Zona Tórrida, vêem-se aves e homens negros³⁰. Quanto ao Atlântico Norte, é dado como muito provável que o grande Colombo tenha sabido da existência da América do Norte através de um relato de um piloto português³¹. Entretanto, a descoberta de Colombo não conflitava em absoluto com a idéia ptolomaica, e nem mesmo com citações

²⁷SOBEL, Dava. *Longitude: the story of a lone genius who solved the greatest scientific problem of his time*. London: Fourth Estate, 1998.

²⁸VARGAS, Milton. Op. cit., 1980.

²⁹CORTESÃO, Jaime. Op. cit., 1975.

³⁰O capítulo mais nefando da História desse século é o início do tráfico de escravos africanos, que na verdade é um dos pontos de sustentação econômica dos Descobrimentos.

³¹VIGNAUD, Henry. *Toscanelli and Columbus: the letter and chart of Toscanelli, a critical study*. Freeport: Books for Libraries Press, 1902 (2ª edição de 1971).



Figura 3
Mapa de Cantino de 1502,
em pergaminho (1,05 por
2,20 m).

bíblicas, conquanto se pensasse que a terra alcançada era, não a América do Norte, e sim a Ásia (o Japão, mais precisamente). Nesse Mapa, a América já está separada da Ásia, entretanto o grande conflito filosófico está no Hemisfério Sul e não no Norte.

Em Direção à Ciência Moderna

Podemos afirmar, sem grande probabilidade de erro, que o conhecimento existente em Portugal era a soma e a sinergia do conhecimento europeu. Por que sinergia? Porque a partir da convivência entre cientistas e estadistas, ali se criou uma nova maneira de investigar a natureza, que caracteriza a ciência renascen-



tista e que em vários sentidos abre espaço para a maneira moderna de fazer ciência. Durante mais de 80 anos, um grupo desenvolveu pesquisas com uma finalidade bem definida: conhecer o Planeta, e descrevê-lo. Para tal, foram desenvolvidos ou aperfeiçoados os recursos tecnológicos necessários, desde astrolábios de suspensão até navios de formas novas como o barinel e a caravela. Foram gastos recursos imensos do Estado, e da Ordem de Cristo (da qual D. Henrique era administrador, e bom), e foram feitas leis específicas de proteção e incentivo. Que as pesquisas científicas servissem a finalidades comerciais e mercantes, isso é pouco romântico, pouco cavalheiresco, mas moderno. Delas de-

³²A própria Crônica da Guiné, de Zurara, teria sido escrita sobre outra mais antiga, encomendada por D. Pedro, em momento crítico para convencer a Santa Sé da posse que Portugal teria sobre as terras descobertas na África.

pendia a soberania da nação. Que fossem utilizados vários discursos em sua defesa³², frente principalmente à Santa Sé, isso é algo que hoje podemos compreender.

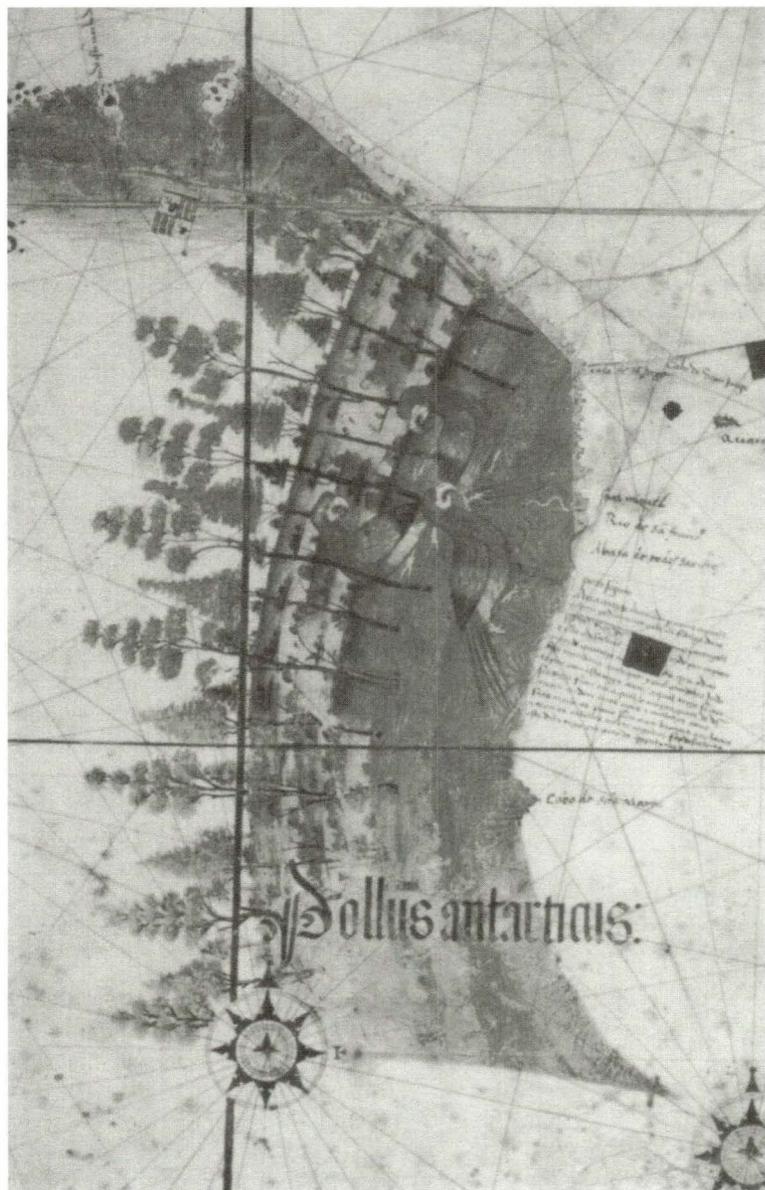


Figura 4

Detalhe da costa do Brasil no Mapa de Cantino, mostrando araras e bosques. A linha forte vertical é do Tratado de Tordesilhas, e traz o texto “Este he o marco dantre castella e portugall”.

A sinergia entre cientistas e estadistas fica evidenciada na assinatura do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Castela, em 1494. Em primeiro lugar, vê-se a importância dada pelos Reis Católicos de Castela à descoberta de Colombo em 1492, que, segundo o Navegador, seria o caminho para as Índias pelo Ocidente. Em segundo lugar, e mais importante, vê-se a argúcia do negociador português D. João II, que, melhor conhecedor dos fatos³³, protegeu os Descobrimientos de sua Nação garantindo sua posição no caminho pela África, e ao mesmo tempo assegurando a posse do Brasil³⁴. Ainda mais importante para o estadista, é o fato de o Tratado ter sido negociado diretamente entre as duas nações, sem interferência da Santa Sé.

Essa sinergia está ao longo de todo o caminho dos descobridores. Como dissemos, a “visão direta” e a “descrição” dos fenômenos são palavra de ordem dos técnicos portugueses do período, e, se a matematização do real ainda não se faz presente, a Coroa certamente não subestima o poder da ciência estabelecida (ou artes maiores, como era chamada). Pelo contrário, a Universidade de Lisboa, que D. Diniz havia fundado em 1290, e que sofrera idas e vindas entre Coimbra e Lisboa durante o século XIV, estava novamente em Lisboa e fora reforçada e ampliada sob o patrocínio de D. Henrique. Havia sido criada inicialmente com apenas disciplinas de humanas (no sentido atual da palavra): D. Henrique fez iniciar em 1431 cursos das sete artes liberais, incluindo Astronomia, Aritmética e Geometria. Nessa Universidade viria a ensinar, no século XVI, o grande matemático Pedro Nunes, que continuaria a interagir estreitamente com os técnicos das Navegações³⁵. Tudo isso nos indica que os passos principais para o estabelecimento de uma civilização moderna, baseada em ciência e tecnologia, estavam sendo dados.

Traços desse caminho em direção à ciência moderna foram levantados por Barradas de Carvalho³⁶, que analisa textos portugueses remanescentes, desde a época henriquina até o final do século XVI. O autor separa esses textos em períodos de aproximadamente 50 anos, e em categorias específicas à época: crônicas, descrições de terras, diários de bordo, roteiros, e manuais náuticos. Ele agrupa ainda essas categorias em crônicas e literatura de viagens, e literatura técnica ou científica. Os resultados de suas pesquisas são bastante impressionantes, e os resumo a seguir:

1. Os algarismos árabes são registrados pela primeira vez em Portugal no texto de D. Pedro, de 1415; em 1505-1508 no Esmeraldo de Situ Orbis de D. Duarte Pacheco Pereira, os algarismos árabes prevalecem sobre os romanos, e nas obras de D. João de Castro, da metade do século XVI, os números romanos praticamente desaparecem.

³³ ALBUQUERQUE, Luís de. *As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura*. Lisboa: Gradiva Publs Ltda, 1987.

³⁴ Duarte Pacheco Pereira narra em seu *Esmeraldo de Situ Orbis* que, em 1498, teria sido enviado por D. Manuel a investigar o Atlântico Sul ocidental “... passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas ilhas...” (SÉRGIO, António. Op. cit.); o mesmo Duarte Pacheco Pereira fazia parte dos negociadores do Tratado, e a inferência que quase se impõe, dada a longitude fixada em Tordesilhas, é de que D. João II tivesse uma idéia razoavelmente clara dos limites orientais do Brasil.

³⁵ Não só é citado em textos contemporâneos de navegantes, como escreve um *Tratado em Defensam da Carta de Marear*, em que novamente faz um manual mais preciso e completo de uso do astrolábio com tabelas de declinação solar (BENSAUDE, Joaquim. Op. cit.).

³⁶ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O Renascimento português* (em busca de sua especificidade). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980.

2. A palavra *experiência* com o significado de fonte de conhecimento aparece também pela primeira vez no mesmo texto de D. Pedro, e torna a aparecer com muito mais frequência em todos os textos de literatura técnica ou científica dali em diante. Como frase exemplar, escolho uma de Duarte Pacheco Pereira: “a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de toda a dúvida nos tira”.

3. Nos textos de João de Castro já se encontra a semente da ligação entre *Ciência e Fenomenologia*: “É cousa que se possa saber quantas léguas tenha a redondeza de todo este globo do mar e da terra? Causa é que se tem alcançado assim por ciência como por experiência”; e mais ainda, *divisa-se o papel da matemática na previsão e explicação de fenômenos*: “... e porque ao presente eu não sei determinar, fique a dúvida pera o doctor Pero Nunez”

Apesar de todos esses indícios favoráveis, sabemos que não se deu em Portugal a esperada transição para a sociedade moderna, e os séculos seguintes viram, infelizmente, os países da península ibérica resvalarem para um sistema colonial envelhecido e dependente de ciência e tecnologia estrangeira. De todas as razões aventadas para esse retrocesso, a mais plausível, o único infortúnio que ainda não havia sido experimentado (e vencido) por aquelas nações, é a esterilização intelectual levada a cabo pelo fanatismo religioso da Contra-Reforma, com o braço feroz da Inquisição. Por mais que se recitem hoje em dia quase de cor os pecados da Inquisição, talvez não seja nunca demais lembrar seus efeitos sobre a Ciência portuguesa, que, sabemos hoje e espero ter conseguido trazer também a claro, existiu de fato. A Inquisição não é o único mal que pode produzir esse efeito, pois a Ciência de uma nação precisa de estímulo para florescer.

Assim, termino este breve ensaio lembrando a atenção com que D. Henrique desempenhou o papel de governador e protetor da Universidade de Lisboa. Para tal, reproduzo a partir de Cortesão³⁷ uma frase do Infante, no ato em que dotava a Universidade de mais casas, em 1431: ... *e desejando o bem e acrescentamento desses regnos e especialmente em sabedoria donde todo o bem nasce...*

³⁷CORTESÃO, Jaime. Op. cit., 1975.

Marília Junqueira Caldas é doutora em Física e professora da Universidade de São Paulo.

HISTÓRIA DO
BRASIL-COLÔNIA
do pau-brasil ao açúcar,
da mandioca às crises
de subsistência

Helen Osório

A comemoração (comemorar: trazer à memória; fazer recordar; lembrar) dos quinhentos anos da conquista/descobrimto do Brasil pelos portugueses é uma oportunidade para se questionar visões arraigadas acerca de nosso passado. No caso da história econômica do Brasil colonial, uma das visões é a da abundância das novas terras. No entanto, novos estudos que se debruçaram sobre a realidade agrária da colônia, têm demonstrado que as crises de subsistência e as fomes atingiam a população urbana com uma constância surpreendente. Convém, portanto, examinar com mais vagar alguns dos elementos conformadores destas crises, em particular, o papel da cultura da mandioca nas relações entre europeus e indígenas.

A interpretação da história do Brasil através de “ciclos econômicos”, ainda que recente, deitou raízes profundas na historiografia e no ensino de história. Foi inaugurada em 1937 por Roberto C. Simonsen com sua obra *História econômica do Brasil*.¹ Ainda hoje muitos estudantes aprendem a história do Brasil através dos “ciclos”. A sucessão pau-brasil/açúcar/ouro, no período colonial, explicaria a economia do país, através de uma cronologia na qual, em cada momento, um “produto-rei” estruturaria e comandaria toda a atividade econômica através de sua exportação, relacionando a colônia à metrópole e ao mercado mundial em formação.

Esta concepção só tem favorecido uma visão estanque e compartimentada da história da América portuguesa, futuro Brasil. Durante a fase de dominância do ouro e diamantes, o aluno de história poderia, legitimamente, perguntar se o açúcar ou mesmo o Nordeste continuavam a existir. Ora, a linearidade cronológica de tais produções não se verificou: o cultivo da cana-de-açúcar conviveu com a extração do pau-brasil ou do ouro. Tais produtos não “surgiram” somente após a “decadência” ou desaparecimento do anterior. Além disso, as análises historiográficas que identificam a noção de ciclos com produtos acabam por “expulsar da história regiões como o Norte, o Sul, o Nordeste setentrional e quase todo o *hinterland* brasileiro, contentando-se com a história da região da Mata e do litoral nordestinos, das Minas Gerais e do Vale do Paraíba fluminense e paulista”.² Ou seja, nesta abordagem desconsidera-se tudo o que não seja o setor exportador escravista: as populações que se mestiçavam e praticavam agricultura de subsistência em todas as regiões da América portuguesa, bem como todas as atividades agrícolas, pecuárias e extrativas cujos produtos abasteciam não só os núcleos urbanos em formação, mas também as áreas responsáveis pelos produtos de exportação. Enfim, desatende-se a existência de um mercado interno de alimentos, abastecedor dos setores exportadores e das cidades.

Assim, propõe-se aqui, a abordagem, mesmo que breve, de aspectos ainda pouco estudados de nossa realidade colonial relacionados com a sobrevivência diária da população, e que contrastam com a visão de bonança e prosperidade oferecida pelos cronistas do Novo Mundo, principalmente os do século XVI, que marcaram indelevelmente o imaginário europeu sobre as novas terras. É o caso do cultivo da mandioca, principal alimento da população colonial, e de sua escassez que, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, produziu vários momentos de crises de subsistência e fome entre a população urbana, bem como conflitos entre autoridades coloniais e, sobretudo, senhores de engenho.

O fato da mandioca, espécie autóctone cultivada pela população nativa, ter-se tornado o “pão da terra” de seus colonizadores, alerta-nos para a *continuidade* de práticas agrícolas e para

¹ LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 110.

² Idem, p. 111.

- o caráter *histórico* – cumulativo no tempo e no espaço – de toda ação do homem sobre a natureza. E obriga-nos a fazer algumas observações acerca das paisagens. As paisagens são produzidas pelo homem, conforme as “possibilidades técnicas, o nível de disponibilidade demográfica do trabalho e o direcionamento da produção”, impondo um sistema de uso dos recursos naturais.³ A sua conformação inscreve-se simultaneamente no espaço e no tempo: “não são dados quase “naturais” à força de serem antigos: têm uma História que é preciso destrinchar em detalhe, feita de continuidades, de estruturas de longa duração, mas também de descontinuidades, oposições, sucessões e transições”.⁴ Nesta perspectiva, recordemos que a Mata Atlântica foi manipulada pelas populações indígenas por milhares de anos, e que sua agricultura itinerante reduziu partes da floresta a formações secundárias. “A derrubada da floresta para fins de assentamento, agricultura, comunicação e guerra ampliou em muito a área de perturbação”.⁵ Os europeus não encontraram, pois, florestas “intocadas”.
- Warren Dean afirma que a primeira ou as duas primeiras gerações de invasores portugueses dependeram totalmente dos conhecimentos indígenas sobre a Mata Atlântica para sobreviver: “os tupis caçavam, plantavam e cozinhavam para os expedicionários, além de curar suas doenças”. A dependência chegava ao ponto de, em momentos críticos, os portugueses terem de trocar seus anzóis e facas, não por bens com valor comercial, mas por mandioca.⁶ Esta dependência das formas de vida e dos alimentos autóctones ocorreu durante a conquista de toda a América. A primeira crise de fome dos espanhóis no México, por exemplo, aconteceu em 1545-1547, momento em que a população indígena fora reduzida à metade e os conquistadores ainda não tinham iniciado sua agricultura.⁷
- A farinha “de guerra” (por ser o alimento que os indígenas levavam quando guerreavam), “dos índios” ou “de pau” (por ser feita de uma raiz) impressionou os portugueses desde sua chegada. Os relatos apontavam a produtividade da mandioca, sua versatilidade e os mais entusiasmados afirmavam a superioridade de sua farinha sobre a de trigo.⁸ Em data tão recuada quanto 1587, Gabriel Soares de Souza descrevia a importância da farinha de mandioca como segue:
- Dessa farinha de guerra usam os portugueses que não têm roças, e os que estão fora delas na cidade, com que sustentam seus criados escravos, e nos engenhos se provêm delas para sustentarem a gente... e os navios que vêm do Brasil a esses reinos, não têm outro remédio de matalotagem ... senão o da farinha de guerra; e um alqueire dela ... se dá de regra a cada homem para um mês ... é muito sadia e desenfasiada, e molhada no caldo de carne ou de peixe fica branda e tão saborosa quanto o cuscuz.*⁹
- ³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 209.
- ⁴ CARDOSO, C. F. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 38.
- ⁵ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 57.
- ⁶ Idem, p. 83 e 85.
- ⁷ FLORESCANO, Enrique. La transformación de la antigua economía y la formación de los trabajadores coloniales (1500-1560). *Revista de la Universidad de México*. México, vol. 34, n° 10, junio 1980.
- ⁸ Para um resumo das observações de diversos cronistas, inclusive holandeses, sobre a mandioca, vide SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil-Colônia* (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790). Tese de doutoramento. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990. p. 69-88.
- ⁹ SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971, p. 302, *apud* SILVA, Francisco Carlos. Op.cit., p. 82.

Elucidativa passagem, que assinala a generalização de seu consumo não só entre os escravos, mas entre os colonos europeus e nas próprias frotas que retornavam a Portugal; além disso, indica o surgimento de um precoce mercado interno de alimentos, para abastecer aqueles que “não têm roças” ou que “estão na cidade”. Portanto, simultaneamente à instalação da *plantation* açucareira e dos engenhos no recôncavo baiano, surgiram roças de mandioca, direcionadas a atender o incipiente mercado urbano. No século XVIII, para o qual existem mais estudos e fontes documentais, verificou-se, especialmente para a Bahia, que estas roças eram cultivadas por famílias de lavradores que contavam exclusivamente com seus braços, ou por “pequenos produtores escravistas”, proprietários de um a cinco escravos.¹⁰

¹⁰SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 145-165.



Engenho de açúcar na primeira fase da colonização.

No único estudo realizado sobre as crises de subsistência no Brasil, Teixeira da Silva estudou o período de 1638 a 1804 – 166 anos – nas duas principais cidades-portos da América portuguesa, Rio de Janeiro e Salvador, e detectou 25 anos de fome. Além destes, quase dois terços do período foi marcado por penúrias, faltas e carestias de alimentos. Como observa o autor, neste regime colonial a “fartura e abundância, ainda que perseguidas com afinco, tornar-se-iam estados ideais visualizados por uma sociedade sempre no limiar da crise”.¹¹ A carestia e a fome abatiam-se sobre aqueles setores urbanos mais pobres, despossuídos da terra; os abastados sempre poderiam contar com alimentos importados (trigo, azeite, bacalhau) ou com a produção de suas chácaras suburbanas.

¹¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 183-188 e 270.

Quais os fatores que incidiam para que ocorressem estas crises de subsistência? Para além das questões climáticas, “as excessivas chuvas” e a seca, a “esterilidade”, convém indicar os limites ecológicos do sistema agrário criado pelos colonizadores e a ausência de uma tecnologia (ou saber) agrário adaptado à agricultura do trópico úmido.

A mandioca enquanto padrão agrário foi tomada aos índios, agricultores da floresta úmida. No entanto, a adaptação realizada pelos colonos europeus ao padrão agrário desta floresta destruiu o implante ecológico indígena. Os autóctones plantavam em pequenas clareiras espaçadas no interior da floresta, que continuava dominando o ambiente. As trocas entre o espaço cultivado e a floresta eram permanentes e diretas, permitindo visitas dos habitantes silvestres ao espaço cultivado. O modelo de cultivo europeu, ao contrário, pressupunha a homogeneidade de grandes espaços, no mais das vezes com um cultivo único. “Foi este modelo de organização da paisagem agrária que foi adaptado a um gênero e a um padrão tecnológico nativo, estabelecendo uma superfície exposta, homogênea, com uma oferta inédita de alimentos para as pragas, fenômeno único na história das relações do homem com a natureza”.¹² A imposição da paisagem agrária européia, portanto, com seus campos abertos e homogêneos e a derrubada da cobertura florestal, produziram a lixiviação dos solos e a invasão de pragas.

¹² Idem, p. 398.

Mas não foram apenas os limites ecológicos do sistema agrário implantado que levaram à penúria de alimentos e à fome urbana. As determinações mais amplas do sistema colonial também atuavam decididamente. A hegemonia do plantacionismo, dos interesses e poder dos senhores de engenho sobre os “roceiros”, os plantadores de alimentos (mandioca, arroz, milho, dependendo da região), foram também decisivos.

A monopolização de terras sob a forma de extensos latifúndios foi uma necessidade dos engenhos de açúcar. As grandes exigências de combustível dependiam das reservas de lenha dis-

poníveis no interior da propriedade, devido aos altos custos de seu transporte em longos trajetos. Assim, os “sertões” funcionavam como reserva necessária de lenha e madeira, sendo incorporados às terras dos engenhos. Mas também os roceiros de mandioca necessitavam de lenha para os fornos de torrefação da farinha, pois era este processo de torrefação que garantia sua qualidade e durabilidade. No entanto, não tinham condições econômicas e sociais de disputarem com os senhores de engenho a doação, por parte da Coroa, de grandes extensões de terra com matas. A dependência unilateral de uma fonte energética explica um dos conflitos coloniais: senhores de engenho contra roceiros de mandioca, a fornalha da casa de purgar contra o forno da casa de farinha. Os roceiros eram obrigados, então, a aproveitarem-se de matas não apropriadas e de florestas de mangues. Suas necessidades de energia fazia-os avançar mais para as bordas das florestas, devastando-as e empurrando a fronteira cada vez mais para o interior. Além disso, o sistema de cultivo da cana exigia três campos, e o da mandioca, dois. A incapacidade dos produtores em recuperar os campos utilizados fazia com que as terras cansadas tivessem de ser abandonadas. Enfim, ambos os cultivos constituíam um sistema que necessitava de “florestas a derrubar, como condição básica para a sobrevivência da empresa”¹³.

¹³SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 331-332

A provisão de 24 de abril de 1642 exemplifica a posição da metrópole colonizadora em relação aos cultivos de exportação e aos de consumo interno. Ela facultava aos “moradores do Brasil” o cultivo do gengibre e anil apenas em terras *impróprias para a cana*, mas obrigava-os simultaneamente a “plantar de mandioca outra igual porção de terreno”. A metrópole, desejosa de diversificar os produtos de exportação permite a produção de anil e gengibre, mas não em terras aptas para o plantio de cana. Por outro lado, preocupada com motins urbanos causados pela carestia da farinha ou mesmo fome, obriga estes cultivadores a plantarem a mandioca em igual extensão de terras.

Não só nas disputas por terras e matas os senhores de engenho e plantadores de cana sobrepunham-se aos interesses do abastecimento interno e, em alguns momentos, aos da própria Coroa. Preocupada com a queda do preço do açúcar e com as crises de fome (1650-51 na Bahia e 1653-54 no Rio de Janeiro) a Coroa proibiu temporariamente o erguimento de novos engenhos. Teixeira da Silva considera que tais determinações nunca foram efetivas. Em 1688 o Conselho Ultramarino, órgão superior da administração das colônias, emite provisão determinando que os moradores de “beira-mar” plantassem 500 covas de mandioca por escravo que tivessem em serviço, não importando em que tipo de cultura.



“Mandioca” (1624), desenho de Frei Cristóvão de Lisboa.

A obrigatoriedade do plantio de mandioca se repetirá através de portarias, provisões, ordens e bandos em 1690, 1700, 1701, 1703, 1704, 1705, 1712, 1715, 1718, 1740, 1774, 1775, 1781, 1793 (quando se ampliou a obrigatoriedade ao cultivo do feijão, milho e arroz) e 1798. O ano das ordens acompanha, em geral, as crises de subsistência. A recorrência destas disposições faz supor que não fossem cumpridas pelos plantadores de cana e senhores de engenho. Com tais medidas pretendia-se que estes plantassem, pelo menos, o alimento necessário aos seus escravos, interiorizando nos engenhos a produção de alimentos necessária à própria empresa, afastando assim do mercado colonial um setor de clientes. A folga resultante daí permitiria um melhor abastecimento dos núcleos urbanos e ainda, das necessidades governa-

¹⁴SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez...* Op. cit., p. 364.

mentais portuguesas: as frotas (que transportavam para Europa os produtos de exportação), os quartéis e as colônias em crise.¹⁴

As contradições da sociedade colonial foram expressas com verve e brilhantismo pelo poeta Gregório de Mattos, que sofreu a fome que se abateu sobre Salvador em 1691. A oposição entre uma população esfaimada, os poderes locais (a Câmara municipal, representante dos interesses dos senhores de engenho, no caso da Bahia) e o poder metropolitano (a frota que transporta a riqueza, o açúcar, e ainda por cima, rouba-lhes o alimento), ficou registrada com ironia em seus versos:

*Toda a cidade derrota
Esta fome universal
E uns dão a culpa total
A Câmara, outros à frota;
A frota tudo abarrota
Dentro dos escotilhões,
A carne, o peixe, os feijões:
E se a Câmara olha e ri,
Porque anda farta até aqui
É cousa que me não toca
Ponto em boca!*

*Se dizem que o marinheiro
Nos precede a toda a lei
Por que é serviço do Rei
Concedo que está primeiro:
Mas tudo por mais inteiro
O conselho que reparte
Com igual mão e igual arte
Por todos jantar e ceiar;
Mas frota com tripa cheia
E povo com pança oca,
Ponto em boca!*

*A fome me tem já mudo
Que é muda a boca esfaimada
Mas se a frota não traz nada
Por que razão leva tudo?
Que o povo por sisudo
Largue o ouro, largue a prata
A uma frota patarata
Que entrando com vela cheia,
O lastro que traz de areia
Por lastro de açúcar troca:
Ponto em boca!*

(Gregório de Matos, *Romances*, XXI).

Helen Osório é doutora em História e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SERTÃO, FRONTEIRA E REGIÃO NO PENSAMENTO BRASILEIRO

Lúcia Lippi Oliveira

O Novo Mundo e o Brasil tiveram no domínio do espaço geográfico a base do processo que acompanhou a formação da sociedade e do Estado. A ausência de um passado histórico remoto, exemplificada na ausência de catedrais góticas, produziu a busca de raízes em passados mitológicos ou em traços culturais primeiros do português, do índio e do negro. Entretanto, essas construções simbólicas têm produzido mais a consciência das distinções do que a da integração. A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação. Tal premissa nos ajuda a entender a importância e a permanência do “ufanismo” como ideologia fundada na natureza e na relação desta com o caráter do povo, produzindo o sentimento de identidade nacional. A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil. O ufanismo baseado nos atributos naturais não aparece sozinho. Seu reverso também faz parte do imaginário sobre o país desde seus primórdios e assinala os perigos, as ameaças relacionadas à natureza dos trópicos.

I

A versão da terra como natureza paradisíaca está presente desde sua “certidão de nascimento” com a carta de Pero Vaz de Caminha e vem sendo retomada como mito de origem que perdura até os dias de hoje.¹ A versão oposta, a que fala dos perigos da natureza tropical, pode ser encontrada também desde os primórdios da colonização no discurso dos “soldados de Cristo”, ou seja, dos jesuítas no Brasil. As novas terras são apresentadas como tendo uma natureza ainda intocada parecendo ter sido abandonada por Deus após a criação. A natureza parece rica mas é natureza bruta, não transformada pela mão do homem e necessitando da ação purificadora dos súditos de Cristo. “Nega-se, assim, qualquer presença naturalista-panteísta do Senhor em todas as suas criações e afirma-se uma eficácia *humana* sobre a terra”.² A natureza brasileira é descrita pelos jesuítas portugueses de forma quase oposta a dos ideólogos de uma natureza tropical edênica. “O jesuíta vê a natureza como algo luxuriante, soberbo, avassalador, misterioso. Grávido de perigos e surpresas. Como algo que lhe é estranho e terrível”.³ Há assim tanto uma genealogia de autores que trata a natureza como paraíso quanto outra que trata dos “tristes trópicos”.

O lugar geográfico ou social identificado como sertão acompanha este caminho que recebe ora uma avaliação positiva, ora negativa. As definições de sertão fazem referência a traços geográficos, demográficos e culturais: região agreste, semi-árida, longe do litoral, distante de povoações ou de terras cultivadas, pouco povoada e onde predominam tradições e costumes antigos. Lugar inóspito, desconhecido, que proporciona uma vida difícil, mas habitado por pessoas fortíssimas. A força de seu habitante aparece relacionada à capacidade de interagir com a natureza múltipla. O cabra – o cangaceiro – aparece como a encarnação do herói sertanejo. Para além destes atributos, aparece no imaginário social a idéia de que não há um sertão mas muitos sertões e que o sertão pode e deve ser tomado como metáfora do Brasil.⁴

O sertão, para o habitante da cidade, aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis. Para o bandeirante, era interior perigoso, mas fonte de riquezas. Para os governantes lusos das capitanias, era exílio temporário. Para os expulsos da sociedade colonial significava liberdade e esperança de uma vida melhor. Como nos diz Janaína Amado, “desde o início da História do Brasil, portanto, sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”.⁵

Dois perspectivas na conotação de sertão podem ser identificadas com a tradição romântica e a realista no trato do espaço geográfico e do homem que o habita. Na perspectiva romântica, o

¹ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 38, outubro, 1998 a, p. 63-79.

² NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. p. 51.

³ Idem, p. 53.

⁴ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

⁵ AMADO, Janaína. Construindo mitos; a conquista do Oeste no Brasil e nos Estados Unidos. In: Sidney Valadares Pimentel e Janaína Amado (orgs.). *Passando dos limites*. Goiânia: Ed. UFG, 1995. p. 51-78.

sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade. Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Na perspectiva realista, a vida interior perde esta visão idealizada. O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre os tipos miscigenados portadores da degeneração.



Litografia da *Flora Brasiliensis*, "Caatinga ao sul da Província da Bahia", de Carl Friedrich Phillip von Martius.

O sertão e o sertanejo têm sido apresentados na literatura sob a categoria de regionalismo. Em suas origens, o regionalismo do romance de José de Alencar, de Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Alfredo D'Escagnolle Taunay era forma de definição da nacionalidade. No fim do século XIX e início do XX, o regionalismo se transforma em conto sertanejo, que trata o homem rural sob o ângulo do pitoresco, do jocoso e do sentimental. Alfredo Taunay autor de *Inocência* e de *A retirada da Laguna*, este último romance inspirado na Guerra do Paraguai, pode ser tomado como um exemplo da literatura regional romântica. Entre os representantes do regionalismo/conto sertanejo destaca-se, entre outros, Afonso Arinos. É preciso lembrar que uma das primeiras obras literárias sobre Canudos antecipando Euclides da Cunha, foi a de Afonso Arinos, que, sob o pseudônimo de Olívio de Barros, escreveu o romance *Os jagunços*, publicado primeiro como folhetim no jornal *O Comércio de São Paulo* e em 1898 como livro. Afonso Arinos vem sendo redescoberto e citado como uma importante figura que fazia a mediação entre as culturas erudita e

popular, entre os mundos cosmopolita e regional. Frequentando roda de músicos populares da qual faziam parte Donga e Catulo da Paixão Cearense entre outros, convidando-os para se apresentarem em sua residência ou para se hospedarem em sua fazenda, Afonso Arinos colocava em contato mundos culturais distintos. Catulo da Paixão Cearense a ele assim de refere:

Este imortal, que é deveras imortal pelas obras que escreveu sobre a vida e os costumes sertanejos, foi um dos meus maiores amigos. Arinos foi um adorador de tudo que é brasileiro. A natureza o enfeitiçava. Parecia que o seu sangue era a seiva de nosso pau-brasil.⁶

⁶ VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ UFRJ, 1995. p. 51.

Suas conferências sobre lendas e tradições brasileiras seguidas da representação do auto da *Nau Catarineta*, a apresentação do *cateretê* em baile no seu palacete paulista são mencionadas como manifestações deste amor a tudo que é brasileiro ainda que este tudo seja o Brasil rural, o Brasil do interior. Afonso Arinos, vivendo em Paris, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, foi um dos que comandou o movimento de “redescoberta” do Brasil popular, folclórico, regional.

Sua obra, *O contratador de diamantes*, encenada em 1919 (Arinos morreu em Paris em 1916) pela Sociedade de Cultura Artística, recebeu apoio do prefeito Washington Luis e de famílias ilustres de São Paulo. Artigo de jornal citado por Nicolau Sevckenko menciona que sua peça coloca em cena quadros do “Brasil colonial, do Brasil das Bandeiras e das minas, do Brasil heróico” e que pela primeira vez se apresenta no palco do Teatro Municipal de São Paulo um congado, interpretado por “pretos de verdade” e por dançadores e violeiros da roça.⁷

⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia. das Letras. 1992. p. 239-44.

Nicolau Sevckenko considera que a atuação de Afonso Arinos estava sintonizada com o movimento nacionalista que se segue ao início da Primeira Guerra Mundial e que tem na figura de Olavo Bilac e na criação da Liga Nacionalista suas expressões mais conhecidas. Estas manifestações tinham uma linha de continuidade com uma tradição cuja raiz e modelo é *Os Sertões*. A denúncia do descaso e irresponsabilidade das elites para com o sertanejo do norte, inaugurada por Euclides, teria sido continuada por Monteiro Lobato ao denunciar o abandono do sertanejo do sul, o caipira, caricaturado na figura do Jeca Tatu.

No início dos anos 20 prospera uma literatura regionalista paulista que se dedica à vida rural e à cultura caipira. Frente a esta se coloca o movimento modernista paulista. Saraus regionalistas então em voga apresentam tanto figuras da sociedade vestidas de caipira e cantando canções sertanejas quanto verdadeiros cantadores e violeiros sertanejos. Ainda segundo Sevckenko, este movimento de revalorização do regional, do Brasil “verdadeiro” também se faz presente no cinema e teve como um dos mais expres-

sivos sucessos a exibição do filme rodado por Rondon e sua equipe sobre a vida e costumes dos índios Coroados, da região do Alto São Lourenço. “Era a primeira vez que a população da cidade podia ver índios de verdade”. O jornal também informa que esse filme tinha sido apresentado por Roosevelt no *Carnegie Hall* em Nova York e teria tido extraordinário sucesso.

A associação entre sentimentos nativistas que valorizam caipiras e índios assim como o cruzamento das trajetórias do general Rondon e do ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt é muito interessante. Roosevelt, que teve papel fundamental na reeleitura da fronteira e do *cowboy* no nacionalismo americano,⁸ após deixar a presidência fez uma viagem aos sertões do Brasil. O governo brasileiro através de seu Ministro de Relações Exteriores, Lauro Müller, designou o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon para acompanhá-lo nesta viagem. A visita de Roosevelt ao Brasil e sua transformação na expedição científica Roosevelt-Rondon (1913-1914) se insere na política de preservar a Amazônia sob soberania brasileira e proteger a região das incursões “civilizatórias” que os europeus estavam fazendo à África e a partes da Ásia. A expedição assume a feição da conquista do interior do continente e dela resultou o livro *Through the Brazilian Wilderness*, publicado em Nova York em 1914 e só publicado no Brasil trinta anos depois. A primeira edição brasileira saiu pela Companhia Editora Nacional na coleção Brasiliana (vol. 232) em 1944 sob o título *Através dos sertões do Brasil*. Outra edição foi feita pela Editora Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo em 1976 na coleção Reconquista do Brasil (vol. 35) sob o título *Nas selvas do Brasil*. O mapa de Mato Grosso apresenta com o nome de Roosevelt o antigo “rio da Dúvida” cujo curso foi corrigido com a expedição Roosevelt-Rondon, assim como a região situada entre os rios Juruema e Madeira passou, em 1956, a se chamar Rondônia.⁹

Na literatura brasileira o tema do sertão aparece pelo menos sob três perspectivas.¹⁰ A primeira é o “sertão como paraíso”, que se expressa basicamente no romantismo. Evoca-se um paraíso perdido em que tudo era perfeito, belo e justo e cuja linguagem retrataria uma pureza original a ser apreciada e preservada. Esta linha romântica se mantém no século XX por figuras como as de Catulo da Paixão Cearense, no âmbito da cultura popular, e por Afonso Arinos, na veia mais erudita e de elite.

A segunda forma de lidar com o sertão o associa ao inferno. O destempero da natureza, o desespero dos que por ele perambulam (retirantes, cangaceiros, volantes, beatos), a violência como código de conduta, o fatalismo, são os principais traços apontados. Euclides da Cunha é certamente um dos representantes desta leitura do espaço do sertão como inferno, ainda que sua explicação seja de ordem político-cultural.

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A América e a fronteira: Turner e Roosevelt. In: *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 (no prelo).

⁹ ENDERS, Armelle. Uma nova África na América do Sul? A expedição Roosevelt-Rondon (1913-1914). In: Gláucia Villas Bôas (coord.). *Territórios da língua portuguesa, IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IFCS, 1998.

¹⁰ CRISTÓVÃO, Fernando. A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito. *Revista USP*, dez-jan-fev., n. 20, p. 29-41. 1993-94.

Por fim, o sertão é o purgatório. Lugar de passagem, de travessia, definido pelo exercício da liberdade e pela dramaticidade da escolha de cada um. Identificado como lugar de penitência e de reflexão, o sertão aparece como reino a ser desencantado e decifrado. Aqui estamos no mundo de Guimarães Rosa. O sertão como reino do fantástico e do mítico aparece em vários estudos sobre os movimentos messiânicos no Brasil.¹¹

Euclides da Cunha pode ser considerado como uma das matrizes do olhar sobre os sertões. Ao procurar transmitir o mundo do sertão para o público leitor, transmite a sensação de sentir-se estrangeiro em seu próprio país.

*Espantado com a radicalidade da diferença entre o ambiente e a sociedade que conhecia e aquele meio com que se deparava, (...) põe em questão a existência de um Brasil único. E mais, passa a duvidar das possibilidades de uma nacionalidade convivendo com fossos profundos entre suas regiões.*¹²

Para Euclides, a questão não se refere somente à distância espacial, mas principalmente à distância temporal, que poria em risco a nacionalidade. Para pensar e propor o encontro do litoral com o sertão (sociedades separadas, indiferentes uma à outra), Euclides terá que superar o dilema derivado das teorias raciais de seu tempo. Mesmo descrevendo os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas, resultado do cruzamento do branco com o índio, não decreta a inviabilidade da nação. A homogeneidade étnica não é apresentada como condição indispensável ao progresso civilizatório. Mais importante será colocar lado a lado sertão e litoral, unificar os diferentes ritmos civilizatórios.

Euclides da Cunha pode ser identificado como aquele que realiza uma inversão na compreensão sobre o sertão de seu tempo. Em sua obra,¹³ o sertanejo é retrógrado e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo “aqueles rudes compatriotas retardatários”. A diferença entre tempos sociais poderia ser conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade. Se há limitações a esta proposta, elas parecem advir de resistências derivadas principalmente da natureza do sertão: o deserto, a terra desolada e estéril que garante condições físicas adversas à civilização e mantém o resíduo da barbárie no interior do Brasil.

O sonho romântico de juntar tempos históricos e sociais distintos parece ser abandonado na mesma medida em que o autor vai descrevendo da República como o regime capaz de construir a nação, já que se perde na especulação financeira, produzindo a

¹¹QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. D. Sebastião no Brasil: imaginário em movimentos messiânicos nacionais. *Revista USP*, dez.-jan.-fev., n. 20, p. 29-41, 1993-1994.

¹²SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG. 1997.

¹³Sobre *Os Sertões* ver artigo de Walnice Nogueira Galvão. Euclides da Cunha – Os Sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 153-170.

decomposição de caráter dos indivíduos. Sua descrença na República e na política, anterior a Canudos e posterior ao seu livro, parece indicar os limites da ação dos intelectuais denominados por Nicolau Sevcenko de “mosqueteiros intelectuais”.

Entretanto a formação de engenheiro, de cartógrafo, de positivista cuja missão era trazer o progresso ao Brasil, são muito fortes e se fazem presentes nos escritos de Euclides da Cunha tanto em sua incursão pelo sertão quanto em sua expedição pela Amazônia.¹⁴ Na primeira parte de *Os Sertões*, Euclides refere-se a um território estranho, um vazio, um hiato, um espaço em branco a ser preenchido. Na indiferença dos brasileiros por sua própria terra estaria a raiz desta ignorância e deste desconhecimento do território sertanejo. O sertão seria mesmo a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade. Para Euclides era mister tornar a totalidade do espaço territorial um espaço nacional.

Sua expedição à Amazônia, que deveria dar origem a uma segunda grande obra intitulada *Um paraíso perdido*, não chegou a ser concluída. Seu contato com a natureza da região o leva a falar de uma terra inacabada, imprópria à ocupação humana, adversária mesmo do homem. Esta natureza poderosa e considerada invencível, entretanto, acaba cedendo lugar à demanda por uma ação organizada e sistemática do governo nacional sobre a região visando torná-la parte efetiva do território nacional.

Como missionário do progresso, Euclides da Cunha deseja integrar o sertão à vida nacional. Isto deveria começar por um trabalho de produção de um minucioso estudo da região recolhendo os elementos causadores de sua desordem climática. Defende também um plano de combate à seca pela construção de pequenos e numerosos açudes capazes de transformar o deserto em rica região agrícola. Na Amazônia, Euclides propõe a recuperação do rio Purus, a construção de uma estrada de ferro – a Transacreaana – que seria capaz de espalhar frentes de colonização e proteger as fronteiras do país. Neste sentido, Euclides pode ser visto como um precursor de idéias e projetos que foram implementados, com ou sem sucesso, anos mais tarde, como a Madeira-Mamoré, o IBGE, o DNOCS e, até mesmo, o Calha-Norte. André Rebouças, Euclides da Cunha e Cândido Rondon podem ser considerados como os mais importantes membros do panteão dos missionários do progresso e da civilização no Brasil.¹⁵

A presença de Euclides da Cunha e da natureza como uma das chaves explicativas do Brasil se faz presente em inúmeros autores. Podemos citar Ronald de Carvalho em seu artigo “As bases da nacionalidade brasileira”, que compõe a famosa coletânea *À margem da História da República*, de 1924. Para o autor, a natureza no Brasil não expressava o homem, pois estava no “espanto primitivo dos cataclismos e das transformações geológicas” expressos no

¹⁴MURARI, Luciana. O Brasil ainda chega lá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, março, p. 219-36. 1997.

¹⁵LIMA, Nísia Trindade. Op. cit.

fenômeno da “terra caída”, também mencionado por Euclides ao descrever os rios da Amazônia. E, continua Ronald de Carvalho,

*somos atraídos pela imensidão da terra, pela maravilha da natureza. Em verdade, o brasileiro encontrou uma natureza áspera e pouco generosa para as criações do homem civilizado. Faz-se mister que ele a domine continuamente, para não ser absorvido por ela, [...] pois, ao menor descuido, a terra volta novamente a sufocá-lo, na magia de sua exuberância violenta e impiedosa.*¹⁶

¹⁶CARVALHO, Ronald de. *À margem da História da República*. 1924. p. 34.

¹⁷Vale citar o livro de Viana Moog, *Uma interpretação da literatura brasileira* de 1943, no qual fala do Brasil como um “arquipélago cultural” cujas ilhas são: a Amazônia, o Nordeste, a Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e a Capital.

¹⁸AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 1945, p. 352.

¹⁹VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

A idéia de que nos diferenciamos segundo o meio geográfico permanece como chave interpretativa para a diferenciação social e cultural.¹⁷ Fernando de Azevedo, em *A cultura brasileira* fala de Machado de Assis e de Euclides de Cunha como as duas faces do espírito nacional: Machado com seu “espírito de civilização” e Euclides com o “espírito americano”. Euclides fixou o local, o que há de mais particular na nacionalidade, e com a força de seu estilo “pôde apresentar a vida dos sertões, nos seus aspectos primários e brutais, e dar-nos como ninguém a sensação estranha de tudo que é grande e poderoso, contraditório e traiçoeiro na terra e na natureza tropical”.¹⁸

Pode-se destacar como o pensamento brasileiro refletiu continuamente sobre as distinções entre litoral e interior, entre cidade e sertão, demarcando as diferenças de vida social e de tipos humanos. Civilização *versus* barbárie, cosmopolitismo *versus* brasilidade parecem marcar o paradoxo do “estilo tropical” que permanece como um dos traços do pensamento brasileiro. Roberto Ventura aponta para a ambivalência do discurso europeu que oscila entre a imagem positiva da felicidade natural e inocência dos habitantes da terra americana e a condenação dos seus costumes bárbaros.¹⁹ É preciso lembrar que um discurso negativo sobre o homem e a natureza da América permite a legitimação da expansão européia. A tese da degeneração dos animais, das plantas e do homem americano assim como a tese da juventude do continente abrem espaço para a ação civilizadora do homem branco. Viajantes e naturalistas no século XIX retomam a tese da natureza estranha e maravilhosa como no romance *Inocência* de Taunay (1872). A valorização da natureza aparece como efeito compensador à debilidade da cultura no Brasil e esta ambivalência marca, como nos lembra Roberto Ventura, a dialética cultural entre o Brasil e a Europa.

Ao comparar a conquista do Oeste no caso norte-americano e brasileiro, Janaína Amado estabelece uma distinção fundamental. Nos Estados Unidos, nos diz a autora, a história uniu-se ao mito para construir a identidade nacional; “a mito-história do Oeste fez parte da construção de uma hegemonia nacional e in-

²⁰ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, vol. 8, n° 15, p. 145-52. 1995. p. 67.

²¹ Euclides da Cunha produziu, é preciso lembrar, tanto narrativa referida ao sertão quanto à Amazônia, marcando o pensamento social brasileiro ocupado em produzir uma identidade nacional para o país.

ternacional”²⁰ através de uma narrativa única capaz de simbolizar a nação. No Brasil, diferentemente, há dois espaços simbólicos da conquista do Oeste: o sertão e a Amazônia. São ambos mitos de caráter regional e não foram capazes de incluir a nação inteira em uma única narrativa.²¹

II

Um dos desdobramentos do mito do sertão é o do bandeirante – responsável pelo aumento do espaço territorial da Colônia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. O movimento das bandeiras constitui a principal experiência de fronteira na história brasileira.

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de “vazios demográficos”. A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral – a civilidade – com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico.

Fronteira, assim como sertão, ou nação, não é conceito estático e atemporal. Seu sentido de delimitação, definição e referência territorial de unidades sócio-políticas envolveu um longo e múltiplo caminho. Através de diferentes processos, chegou-se à noção de exercício soberano do poder sobre um território, mas para isto foi necessário conseguir um controle militar, econômico, populacional, cultural e político-administrativo. O que hoje os mapas apresentam como parte “natural” do espaço dos países, seu espaço territorial, sua identidade geográfica, foi resultado de políticas; entre outras, fiscais; pelo estabelecimento de pontos de controle aduaneiro.

Confirmando a importância do espaço na construção da identidade nacional encontra-se a questão do ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação: as bandeiras. Movimento de expansão territorial, de ocupação do “vazio” que teve lugar no período colonial, bandeira e bandeirante, assim como sertão e sertanejo, volta e meia retornam à ordem do dia como componentes do imaginário nacional.

As bandeiras e os bandeirantes estiveram também no centro da polêmica de duas imagens conflitantes na construção da memória histórica do país. De um lado, foram acusados de serem assassinos cruéis, instrumentos selvagens da classe dominante. De outro, seriam os verdadeiros construtores da nacionalidade pela bravura e integridade de sua conduta. Esta versão que tem no movimento bandeirante seu tema central por vezes se confunde com a história de São Paulo no período colonial.²²

²² ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1985.

A historiografia deste movimento pode ser situada em dois momentos. O primeiro, no século XVIII, e o segundo, nas três primeiras décadas do século XX. Os trabalhos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e de Gaspar Teixeira de Azevedo (Frei Gaspar da Madre de Deus) estavam preocupados com a história “verdadeira” e trataram de citar e transcrever as fontes de seus trabalhos. Para os dois historiadores havia a questão comum de discutir a procedência dos primeiros povoadores que estariam ligados às camadas da nobreza portuguesa, submetidos às Ordenações, constituindo a categoria de “homens bons” e enquanto tal participando das Câmaras. As bandeiras seriam caminhos também da nobilitação, já que através de ofícios militares era possível galgar a nobreza. Tanto Taques quanto Gaspar valorizavam o orgulho de casta, a afirmação da tradição e dos valores aristocráticos do ócio, da ostentação, em oposição aos valores burgueses do trabalho e do comércio.

É bom lembrar que relatos contemporâneos ao movimento de ocupação do território são muito poucos. Os séculos XVI e XVII são marcados pelo tráfico de escravos, conquista de terras e apropriação de seus produtos, havendo questionamento sobre a humanidade ou não dos índios. Este período é marcado pela disputa entre paulistas e jesuítas e a questão não era a “legitimidade do uso de mão-de-obra indígena mas sim de quem deveria ter direitos sobre ela”.²³ O século XVIII recoloca a questão das bandeiras, na medida em que se discute e se fixa a posição das terras ocupadas por Portugal desde o Tratado de Tordesilhas. A descrição de caminhos, de pontos de referência e a localização de minas tinham como função preservar caminhos e roteiros que pudessem assegurar a glória dos paulistas e garantir aos portugueses o domínio da terra. Assim, as primeiras descrições e narrativas acontecem simultaneamente ao descobrimento e à exploração das minas disputadas por diferentes populações. Os Tratados de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777) acabaram por consagrar os contornos territoriais do Brasil, garantindo através do princípio do *uti possidetis* as terras que os colonos portugueses ocuparam da Espanha em sua busca de índios.²⁴

O primeiro momento das bandeiras, caracterizado pelo domínio, pela destruição e aprisionamento dos índios, apresenta problemas para a história do Brasil no século XIX, já que os índios passam a ser identificados com a liberdade e com a natureza. Por outro lado, a história do país se volta para outros temas ligados à formação da Nação. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os temas considerados relevantes estão vinculados à administração colonial e aos grandes feitos dos governantes. As bandeiras são pouco relevantes ainda que estejam presentes nas obras de Varnhagen, Rio Branco e Robert Southey. Com a Independência, a centralização do poder e o enfraquecimento do poder das

²³ ABUD, Katia Maria. Op. cit., p. 24.

²⁴ GÓES, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 1991. (Coleção Relações Internacionais nº 11).

Câmaras Municipais, a maior autoridade passa a ser das Províncias e dos Conselhos Gerais de Província. Daí o tema do bandeirante – nobre ou mameluco – ser relegado ao esquecimento ou à omissão.

No século XIX, os paulistas louvados eram os que tinham feito fortuna com os canaviais e engenhos ciosos de sua ascendência européia. Com a chegada de D. João VI “a situação invertia-se, antes ter título de nobreza assegurava prestígio, hoje o prestígio conseguia o título. E o prestígio estava sobretudo ligado à riqueza, não à tradição”.²⁵ Os comerciantes enriquecidos e os proprietários de canaviais e cafezais tinham pouca ou nenhuma vinculação com o bandeirante. Não procuravam vínculos com o passado da Província, com os primórdios da colonização ou com as bandeiras. Tinham os olhos voltados para a Corte. A defesa da Faculdade de Direito em São Paulo não se deu em nome do passado remoto, mas sim em nome do papel desempenhado pela província na revolução da Independência.

²⁵ ABUD, Kátia Maria. Op. cit., p. 112.

O café no final do século XIX fez São Paulo ocupar mais espaço no cenário político nacional, dando origem ao crescimento do núcleo urbano a partir de 1870. A entrada de escravos de outras províncias após a proibição do tráfico se esgota, passando a ser economicamente inviável. Daí o estímulo de entradas de brancos através da imigração. Com o fluxo migratório, os negros libertos passam a ocupar funções mais desclassificadas. A expansão dos cafezais ocupa terras antes deixadas aos indígenas. Os índios perderam suas terras para plantadores de café, assim como os posseiros pobres, que também foram desalojados.

No final do Império, a província de São Paulo ocupa ainda posição secundária no cenário nacional, acumula ressentimentos e desenvolve a idéia de Federação e até de separatismo. São Paulo aparece como região capaz de financiar e expandir sua economia exportadora, mas isto só seria possível com um governo republicano. A criação do Partido Republicano Paulista em 1873 congrega esta plataforma. Os “quatrocentões” (a maioria provinha de famílias com menos de um século no Brasil) não abriram mão de seu poder para permitir aos recém-chegados ascenderem politicamente. A coesão interna foi mantida por fortes ligações familiares e pela homogeneidade da elite que se formava no curso da Faculdade de Direito.

É na República que acontece a luta por manter São Paulo no controle da vida política no país, não só pelo progresso e riqueza, mas porque “sempre fora” a região mais progressista, ativa e conquistadora, que expandiu o território, enriqueceu a metrópole com o ouro, e por sua tradição de arrojo e vitalidade. Foi nesse período, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país.

No século XX, os autores que mais se destacaram na retomada da questão do bandeirante são: Afonso D'Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Junior e José de Alcântara Machado. Os três reconhecem no bandeirante o mameluco audaz que expandiu as fronteiras e descobriu o ouro. Foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e/ou de São Paulo e pertenciam à elite política paulista cuja ascendência estava nos heróis bandeirantes.

Afonso D'Escragnolle Taunay foi criador e diretor do Museu Paulista e era filho de Alfredo D'Escragnolle Taunay, o já citado autor de *Inocência* e de *A retirada da Laguna*. Produziu a monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas* iniciada em 1924 e só terminada em seu 11º volume em 1950. Foi influenciado por Capistrano de Abreu, que considerava que até o final do século XIX e início do XX a História do Brasil tinha sido a história do litoral. Defendia a necessidade de voltar os olhos para o interior, escrever a história das incursões pelos sertões, como estava indicado em seu livro *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*.

Afonso E. Taunay ao assumir a direção do Museu Paulista em 1917 o torna o espaço por excelência de celebração da memória nacional-paulista. Enquanto historiador das bandeiras e diretor do Museu é encarregado de preparar os festejos do Primeiro Centenário da Independência em 1922. Terá atuação destacada no filme de Humberto Mauro, "Os bandeirantes". Nesse filme reaparece a questão da contradição entre o papel dos bandeirantes e a atuação da Companhia de Jesus em torno da questão da escravidão. Taunay será, junto com Roquette Pinto e Bernardino José de Souza, orientador de outro filme de Humberto Mauro, "O descobrimento de Brasil", de 1937. Estes dois filmes e outros sobre episódios da história do Brasil serão produzidos no Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) dentro do espírito pedagógico nacionalista do Estado Novo.²⁶

Alfredo Ellis Júnior vai valorizar a cruzamento do branco ibérico com o ameríndio, produzindo uma sub-raça superior. Se a mestiçagem brasileira desqualifica seu povo, a mestiçagem paulista o valoriza. Os bandeirantes pertencem às melhores famílias da terra, se destacam como guerreiros e como pioneiros do individualismo, avalizando a hegemonia paulista. Ellis Jr. procurou mostrar as bases científicas e históricas da especificidade do caráter paulista, o que constituiria a base do papel econômico e político a ser desempenhado por São Paulo na República. Aluno de Afonso Taunay, teve seu interesse pela história redobrado a partir da publicação dos primeiros volumes dos *Inventários e testamentos* em 1920 por iniciativa de Washington Luís. Em 1923 ingressou no *Correio Paulistano*, onde conviveu com Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado. Foi deputado estadual antes de 1930 e participou da Revolução de 1932, quando escreveu o livro *Confederação ou separação*. Foi novamente deputado

²⁶MORETTIN, Eduardo Victorio. *Cinema e história: uma análise do filme "Os bandeirantes"*. Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 1994.

estadual em 1935, tendo seu mandato interrompido pelo golpe de 1937. Assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira na faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde permaneceu até 1956. Suas obras *O bandeirismo paulista* (1924) e *Raça de gigantes* (1926) apresentam três pressupostos fundamentais que orientam a concepção da história paulista: o isolamento do planalto durante todo o período formativo, o caráter específico da mestiçagem luso-indígena – e a correspondente ausência do negro africano – e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista. Diante do pessimismo frente ao futuro de uma nação mestiça, Alfredo Ellis Jr. e outros intelectuais paulistas procuraram resgatar o antepassado tupi e a exaltar a mestiçagem que ocorreu no planalto paulista. O mameluco assume um papel histórico sem paralelos ao se constituir como sub-raça dinâmica, selecionada e forte – sub-raça de gigantes – o que concilia o caráter específico da mestiçagem paulista aos postulados cientificistas da época.

José de Alcântara Machado, em sua obra *Vida e morte do bandeirante*, desmistifica aspectos difundidos por Pedro Taques e que foram retomados por Oliveira Vianna: São Paulo como cidade habitada por nobres refinados e cultos. Esta versão não pôde sobreviver à vista dos inventários e testamentos dos paulistas do século XVII. O autor estudou as fortunas, o povoado, o sítio da roça, o vestuário, as doenças e os remédios, a organização da família e a escravaria, a religião e o comportamento diante da morte. A mistura do sangue de um povo de marinheiros com o sangue de tribos errantes produziu um homem pobre, analfabeto, de modos grosseiros, mas com toque de austeridade e de heroísmo.

Este debate sobre a formação étnica dos bandeirantes está presente em outros autores, valendo citar Oliveira Vianna, Paulo Prado e Basílio de Magalhães. Oliveira Vianna faz uso do mesmo fundamento de Alfredo Ellis Jr. a respeito do mestiço superior, diferente dos outros mestiços do Brasil. Esta mestiçagem seria selecionada e daria ocasião à formação de uma aristocracia. Ao falar do desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional, Oliveira Vianna esclarece que no Brasil não havia “regime de opinião” e que não bastava a concessão do sufrágio para que ele surgisse. As classes não têm solidariedade alguma, dada a enorme dispersão demográfica do país. O grosso do eleitorado do país é formado pela população rural composta por párias, sem terra, sem lar, sem justiça, sem direitos e dependentes dos grandes senhores rurais.

Oliveira Vianna constrói sua interpretação sobre o Brasil associando formação territorial e dificuldades para o estabelecimento de formas de identidade. Para ele, as extensões territoriais, pulverizando a população em pequenos núcleos organizados no interior das fazendas, bloqueariam a construção de qualquer solidariedade. A forma dispersa de povoamento levou o Estado a assumir formas mais centralizadas, como no Império, ou descen-

tralizadas, como na Colônia e na República. Em todos os casos não foi resolvido o problema da unidade nacional, ameaçada pelas tendências separatistas. As profundas descontinuidades demográficas do país têm papel relevante na chave interpretativa do autor. Oliveira Vianna destaca a permanência do eugenismo paulista, revelada pela persistência dos caracteres mentais dos antigos paulistas (fazedores de estradas e descobridores de ouro) e pelos paulistas modernos (fazendeiros de café do Oeste e fundadores de cidades). São as características do “gênio americano”, marcado por grandes empreendimentos e pela capacidade de sobrevivência. Oliveira Vianna, é preciso lembrar, foi um dos defensores da criação de novos territórios para a colonização do Oeste no Brasil durante o Estado Novo.

A valorização do papel da hidrografia na história paulista e brasileira, destacado por Basílio de Magalhães, será mais tarde retomada por Plínio Salgado e por Cassiano Ricardo. A epopéia do sertão, a Independência (com José Bonifácio), a Regência (com Feijó), a luta pela Abolição e pela República e a introdução do imigrantes são todas iniciativas dos paulistas, que podem ser chamados de “yankees da América do Sul”.²⁷

²⁷ABUD, Kátia Maria. Op. cit., p. 177.

Este debate e reinterpretação do significado das bandeiras e dos bandeirantes foi acompanhado pela publicação das Atas e do Registro Geral da Câmara de São Paulo e mais tarde dos Inventários e Testamentos dos séculos XVI e XVII, realizados por Washington Luís enquanto prefeito e presidente do Estado de São Paulo.

A imagem do bandeirante foi retomada por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. A visão do homem destemido, da raça privilegiada que trouxe o progresso e anexou ao Brasil regiões distantes, é retomada na luta. Panfleto anônimo “São Paulo, sua terra e sua gente”, o *Jornal das Trincheiras* e *O Separatista*, apela para a coragem, a bravura do paulista/bandeirante.

Os versos de Menotti del Picchia para o hino “Anhangüera” corroboram esta versão. Só mais tarde Cassiano Ricardo fará novamente uso da figura histórica do bandeirante, associando-o ao Estado Novo; entretanto, esta não conseguiu ter a mesma força que tinha durante a Primeira República, ao representar simbolicamente a elite paulista.²⁸

²⁸VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos* (Os anos 20), Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, p. 89-112, 1993.

A expansão territorial conseguida através do movimento das bandeiras foi lida, relida, e reinterpretada em diferentes momentos da história paulista e nacional. O movimento de bandeiras permite acompanhar uma das vertentes da fronteira do pensamento brasileiro.

A recuperação da imagem do bandeirante na história brasileira desempenhou uma função mítica capaz de organizar o mundo simbólico principalmente para os paulistas que estavam atravessando um processo rapidíssimo de industrialização e tendo que transformar em brasileiros um enorme contingente de forasteiros,

imigrantes que dele participaram. A hipótese interpretativa que guia esta leitura pode ser assim expressa: a retomada, a revalorização do bandeirante – de seus atributos – serve não para dizer *quem* é o paulista mas para dizer *como* é o paulista e assim ser possível socializar, aculturar seus imigrantes e migrantes.

III

Agora, nos anos finais do século XX, estamos envolvidos em realizar balanços, do mesmo modo que aconteceu no final do XIX, assim como estamos dedicados a comemorar os 500 anos de Descoberta do Brasil. Comemorações, “efemérides”, datas alusivas a episódios considerados notáveis da história permitem refundar, reatualizar identidades, sejam elas nacionais ou locais, oficiais ou privadas, públicas ou pessoais. A junção de datas, fim de século, fim de milênio, permite vãos mais altos e também traz maior complexidade à análise do quadro brasileiro.

Na virada do século XIX a grande questão das sociedades estava relacionada à criação ou reestruturação dos Estados nacionais. Esse processo envolveu rupturas com os laços locais. Era preciso transformar os indivíduos, que regulavam suas vidas por valores ligados à família, à vizinhança e à religião – os chamados valores tradicionais –, em cidadãos. Foram utilizados todos os meios simbólicos à disposição, visando produzir a integração de populações, em sua maioria não-alfabetizadas, em um todo chamado nação. As estradas de ferro, as comunicações via telefone, via ondas de rádio, tinham alargado o horizonte dos indivíduos e forneciam a dimensão espacial da integração nacional. Hinos, bandeiras, festas, feriados, cartilhas, foram produzidas como rituais reafirmadores de identidade. Escola, jornais, partidos políticos, igrejas, sindicatos, rádio e televisão também fazem parte dessa longa história da construção de modernas identidades nacionais nos séculos XIX e XX.

No fim do século XX, nação passa a ser vista como “ficção” desnecessária, ao passo que no fim do século XIX, era considerada como a forma “natural” de vida em sociedade, sendo mesmo considerada como a forma mais evoluída.

É importante destacar aqui uma consequência não-esperada do processo de globalização – envolve uma exposição excessiva ao mundo –, que está dando origem a movimentos de revitalização do pequeno, do particular, do local. Há uma recomposição de tradições locais, há um esforço para manter a memória de grupos, famílias, pessoas. Há um movimento no mundo globalizado para reconhecer e valorizar as diferenças entre culturas, manter a diversidade de representações simbólicas. Isso também não está acontecendo da mesma maneira e com a mesma intensidade em todos os lugares.

O movimento de volta às origens explica o desejo da colônia japonesa da região rural de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, de reescrever sua história. A família Hida, uma das 13 famílias que chegaram a Santa Cruz em 1938, trazidas pelo presidente Getúlio Vargas para povoar a região, deseja contar suas histórias para os mais novos. Produtores do coco, os Hida desejam fazer um livro como parte das comemorações dos 60 anos em Santa Cruz e dos 90 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, como nos relata a revista Domingo do *Jornal do Brasil*.²⁹ O esforço dessa família descendente de imigrantes é também o de outros grupos, empresas, comunidades, bairros e famílias que neste final de século estão fazendo um balanço de sua história, e com isso se voltando para a recuperação de eventos do passado e para a construção da memória local. Os jornais e revistas estão fornecendo diariamente os indícios desse processo.

Ligia Chiappini observa que o regionalismo, considerado por setores da crítica literária brasileira como categoria ultrapassada, continua não só presente mas em pleno florescimento como objeto de estudo da área de literatura em diversas universidades européias. O regionalismo, enquanto tendência literária, é um fenômeno universal, e não deve ser visto como tema fora de moda. Frente a maior parte das obras da literatura regional o pesquisador manifesta seu desgosto, considerando-as “estreitas, esquemáticas, pitorescas, superficiais e condenadas ‘ao beco que não sai do beco e se contenta com o beco’, no dizer de Mário de Andrade”.³⁰ Questionando os juízos críticos sobre o regionalismo a autora apresenta 10 teses discutindo os estereótipos – limitações estéticas e ideológicas – que costumam acompanhar as análises das obras que o regionalismo tem produzido.

A história do regionalismo mostra que ele surgiu e se desenvolveu em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização. Ele é, portanto, um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano. A primeira geração modernista no Brasil fez do regionalismo o principal alvo a atacar, considerando-o mesmo como “praga nacional”. Separado da “grande literatura” o regionalismo foi muitas vezes confundido com o folclore, este também marginalizado do espaço das ciências sociais que eram praticadas na universidade.

“Estudar o regionalismo hoje nos leva a constatar seu caráter universal e moderno. Surgindo como reação ao iluminismo e à centralização do Estado-nação, hoje se reatualiza como reação à chamada globalização”.³¹ Questiona a crítica literária que vê no escrito regionalista apenas o pitoresco, a cor local, dominado pelo conservadorismo tanto estético quanto ideológico. A literatura regional, ainda segundo Ligia Chiappini, aponta para um mundo histórico-social e uma região geográfica existentes, mas também alcança uma amplitude simbólica que transcende o espaço fechado

²⁹ *Jornal do Brasil*, revista Domingo, ano 23, n. 1185, 17 de janeiro de 1999.

CHIAPPINI, Ligia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos* (História e região), v. 8, n. 15, p. 153-159, 1995. p. 154.

³¹ *Idem*, p. 154.

e o mundo particular. Na “boa” literatura regional a dicotomia local e universal se torna falsa, sendo importante verificar como o universal se realiza no particular.

*A função da crítica diante de obras que se enquadram na tendência regionalista é, por isso, indagar da função que a regionalidade exerce nelas; e perguntar como a arte da palavra faz com que, através de um material que parece confiná-las ao beco a que se referem, algumas alcancem a dimensão geral da beleza e, com ela, a possibilidade de falar a leitores de outros becos de espaço e tempo.*³²

³²CHIAPPINI, Ligia. Op. cit.

O caipira, personagem da literatura e da vida do interior, tão desprezado ao longo do século, volta sob roupagem moderna, moderníssima. Parece que estamos retomando uma trilha que já foi percorrida nos anos 10 e 20, antes do movimento modernista, e que foi abandonada ao longo do século já que era vista como tradicional, arcaica, pertencente a um tempo histórico que iria desaparecer. Só que agora não se está falando do tipo social do caipira ou do Jeca Tatu e sim do peão, com todos os elementos culturais de valorização da cultura local/internacional, valendo o exemplo da famosa festa do peão de boiadeiro em Barretos.³³ O avanço da globalização convive bem com a revitalização da cultura local. E assim as identidades nacionais podem se tornar mais plurais valorizando a convivência de diferentes representações simbólicas, de culturas diversificadas.

³³NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira: da roça ao rodeio*. São Paulo: Editora 34, 1999.

Há um interessante artigo de Vera Follain de Figueiredo denominado “Em busca da terra prometida” que nos ajuda a entender como o universo regional/local faz sua aparição em diversos campos da cultura brasileira.³⁴ Para a autora no final do século XX, é novamente o cinema que toma posição para reorganizar o imaginário brasileiro.

³⁴FIGUEIREDO, Vera Follain de. Em busca da terra prometida. *Cinemas* (Revista de cinema e outras questões audiovisuais), Rio de Janeiro, número 15, janeiro/fevereiro, 1999, p. 73-83.

*Diante do processo de desinvenção da nação desencadeado pela estratégia globalizadora (...), a narrativa cinematográfica registra o impasse decorrente das exigências da nova ordem mundial e tenta inventar outras formas de solidariedade que ocupem o lugar deixado pelo afrouxamento dos laços nacionais. Novas narrativas são gestadas problematizando a desinvenção do Brasil e buscando criar um imaginário que trabalhe o sentimento de orfandade decorrente do fato de a pátria-mãe querer sair do cenário antes do filho atingir a maioridade.*³⁵

³⁵Idem, p. 78.

A autora passa então a analisar dois filmes recentes de Walter Salles Junior: *Terra estrangeira* (1995) e *Central do Brasil* (1997) e observa que “em ambos, o que desencadeia a ação do

enredo é a perda da mãe, numa família em que o pai é ausente”(…), “este acontecimento gera a migração”. Em *Terra estrangeira* o filho fica desprotegido quando o pai-estado (a voz do governo Collor) trai sua confiança e usurpa os poucos recursos da mãe. O jovem emigra, refazendo na direção inversa o movimento dos descobridores, e busca uma origem mais remota onde tudo teria começado. Aponta a falsidade do discurso que quer fazer crer que os homens estão em uma aldeia global, em total comunhão planetária. “Os personagens do filme tornam-se estrangeiros em qualquer parte da terra à medida que a nação não lhes serve mais de referencial, mas é um referencial para que sejam marginalizados no exterior, alimentando a criação de estereótipos discriminadores”.³⁶ Temos a inversão do eixo migratório, a idéia de retorno, que também estará presente em *Central do Brasil* com o nordestino que volta ao lugar de onde partiu. Através da migração interna vai-se buscar um tipo de solidariedade que possa preencher o vazio de laços nacionais. Dora – “a pátria-mãe não gentil” – explora o analfabetismo e o desenraizamento de um lugar adequado, a estação de trem Central do Brasil. Os milhares de trabalhadores pobres que por lá circulam perderam os laços de comunicação com seus lugares de origem. Precisam de Dora, como mediadora de códigos que eles, analfabetos, não dominam. A viagem para o interior do Brasil em companhia do menino órfão é também a viagem de Dora em direção a si mesma.

³⁶FIGUEIREDO, Vera Follain de. Op. cit. p. 79.

*O vazio ético deixado pela perda dos valores coletivos que a nação encarnava, (...) será preenchido pelo reencontro com o local (...). No lugar da alienação promovida pela grande cidade e seus espaços desterritorializados, o filme propõe a redescoberta da dimensão local para suprir a perda de sentido dos vínculos mais amplos.*³⁷

³⁷Idem, p. 81.

O vazio ético deixado pela perda dos valores coletivos será preenchido pelo encontro com o local, com os jovens irmãos.

*A narrativa de Walter Salles Junior propõe, assim, uma nova descoberta do Brasil, através de uma viagem em direção ao que seria o seu verdadeiro centro, que se confunde com o país simples, mais arcaico do interior (...) Cada brasileiro teria em seu coração a saída que se realizaria no campo pessoal, através do afeto existente no pequeno grupo familiar. Retoma-se a imagem do Brasil menino e, ao contrário da leitura antropofágica ou da leitura do Cinema Novo, trata-se de um menino que não devora nem mata o pai. Em Central do Brasil, o chamado Brasil ‘atrasado’ teria uma lição a ensinar ao ‘falso’ Brasil moderno.*³⁸

³⁸Idem, p. 82.

Lúcia Lippi Oliveira é socióloga e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

NOTAS SOBRE FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Antonio Carlos Robert Moraes

A formação territorial brasileira é marcada por um padrão de ocupação do solo e de uso dos recursos altamente dilapidador do patrimônio natural do país, que remonta ao seu passado colonial. A ação estatal sempre se qualificou pela geração de meios de apropriação e produção de espaços, tendo a modernização como meta de orientação das suas políticas territoriais no presente século, numa ótica não raro informada pela geopolítica. A preocupação ambiental emerge no Brasil em tempos bem mais recentes, com as instituições governamentais atuando no setor a partir da década de setenta. Hoje, a política ambiental encontra-se bem amparada em termos técnicos, institucionais e legais, porém encontra grandes dificuldades para objetivar-se. Eis o desafio colocado para os geógrafos que se dedicam ao tema do planejamento e da gestão territoriais.

Nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire singular relevo na explicação dos processos sociais e da vida política em particular. Neles, a geografia emerge como uma determinação básica, reveladora de motivações e como instância explicativa de estruturas e práticas históricas. Trata-se de países formados na conquista de espaços, e que tem na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas. Difícil entendê-los sem recorrer a tal vício de origem.

A determinação colonial se inscreve nos padrões de organização do espaço, na conformação da estrutura territorial, nos modos de apropriação da natureza e de usos dos recursos naturais, na fixação de valor ao solo e nas formas de relacionamento entre os lugares. Enfim, permeia todo o campo da *geografia material*. Porém – daí talvez a singularidade aludida – extrapola-o, influenciando também nos modos de pensar e de agir, na sociabilidade reinante, incrustando-se no universo da cultura e da política. As ideologias geográficas povoam o imaginário social das ex-colônias.

Nestes países, mais do que em qualquer outra parte, o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço, um gestor do território. Por isso, a prática estatal manifesta-se fortemente em suas histórias enquanto políticas territoriais, isto é, como ações de modelagem e produção de espaços. A dotação de infraestruturas, a normalização dos usos do solo, a regulação da propriedade fundiária, a distribuição das populações, tudo se enfeixa na atuação governamental. O Estado se impondo como mediação básica na relação social entre a sociedade e o meio que a abriga.

Nesse contexto, o fazer política trafega em muito pelas formas e modos de valorização dos lugares. Já disse um presidente brasileiro: “governar é construir estradas”. Tal frase traduz em muito a concepção das elites governamentais: o país sendo visto como um espaço (e não como uma nação), que deve ser conquistado e explorado. O mote colonial da conquista repõe-se cotidianamente na prática estatal. O território, e não o povo, sendo o alvo prioritário das políticas públicas. E a geografia toma sentido como inventário de recursos, como descrição dos lugares, como orientação dos planos de governo. No mundo colonial é fácil cartografar as políticas e os interesses que as conduzem.

No que importa à formação cultural, os argumentos de corte geográfico ganham importância nos processos de legitimação dos discursos. Sempre que rareiam as razões de ordem histórica, a geografia socorre as teorias interpretativas das realidades nacionais, que geralmente trazem em seu bojo projetos ou justificativas que implicam (ou implicaram) em intervenções sobre o território. Foi assim no aniquilamento das populações autóctones, ou para justificar a vigência (“inevitável”) do escravismo, ou mesmo para explicar o subdesenvolvimento. Amiúde espacializam-se as contradições sociais, tomando as disputas classistas ou setoriais enquanto conflitos entre

lugares. Não raro, os próprios espaços se tornam sujeitos da prática histórica, nos discursos de doutrinação patriótica ou na construção de identidades de base espacial.

Enfim, a dimensão territorial recorta profundamente as formações sociais geradas na expansão européia moderna, que cria a economia-mundo capitalista. Os processos econômicos, políticos e culturais trazem forte marca da geografia nos países de passado colonial.

A formação brasileira é exemplar em face das características expostas. A expansão territorial – despovoadora na perspectiva dos índios, povoadora na ótica do colonizador – marcou o desenvolvimento histórico do Brasil. O país foi construído consoante com a apropriação de terras, tendo na conquista espacial um forte elemento de identidade e coesão sociais. Um padrão de ocupação intensivo do ponto de vista dos recursos e extensivo no que tange ao espaço domina genericamente a história nacional, atribuindo-lhe um sentido expansionista “civilizador”.

A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado. O discurso que reitera tal projeto é, no império, o do “país a se construir”, e na república o do “país em construção”. O mote imperial é o da *civilização*, brandido pelo Visconde de São Leopoldo na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1837. A meta da era republicana é a *modernização*, perseguida por Vargas, por Juscelino, e pelos governos militares. O objeto da ação é sempre o território, confundido com o próprio país.

Neste quadro, a natureza brasileira é vista como pura riqueza a ser apropriada, e o espaço e os recursos naturais são tomados como inesgotáveis. Daí a idéia do país-celeiro de riquezas, o “gigante deitado em berço esplêndido”, em certo momento “a vaquinha-deleite de Portugal”. Uma ótica expropriativa domina a relação da sociedade com o meio no Brasil, a qual se expressa no ritmo e na forma com que avançam as “frentes pioneiras” na história do país, deixando ambientes degradados em suas retaguardas. O bom governo, nesse sentido, é o que propicia, antes de tudo, o acesso aos lugares e aos seus recursos. Por isso que “governar é construir estradas”.

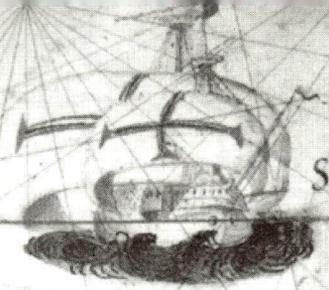
O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor da ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais, e garantidor da integridade do território, valor supremo da geopolítica nacional e pressuposto geral de todas as demais funções enumeradas. A ação governamental é pensada como geográfica por excelência.

Essa concepção aparece já na gênese do aparelho estatal, no processo de independência brasileira. A forma monárquica de governo adotada visava em muito garantir a soberania sobre o vasto território (em grande parte ainda não incorporado) definido nos

Tabula haec Regem magni brasilia est: ad partem occidentalem
 Antillas castelle regis obtinet. Bene uero eius nigrescentis coloris
 fea & immatissima caribus humanis uesunt. Hec eadem gens arca
 & lignis egregie uniu. hic phytas uerbi dicitur alieq; uniuere u
 ues fereq; monstruose: et Scymnar plura genera reperiuntur plu
 rimaq; arbor: nascitur que brasilia muncipata uehibus purpureo colo
 re tingendis opportuna censetur: —

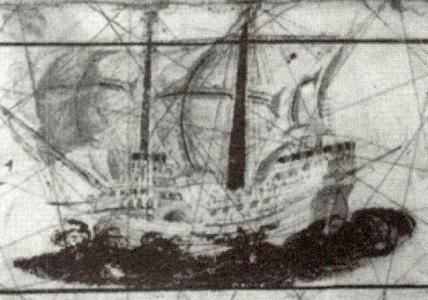
RC CV

LV



TEIRA BRASILIS

CLIMA



CLIMA



tratados de Madri e Santo Ildefonso. A manutenção da Casa de Bragança no domínio desse espaço trazia o argumento da legitimidade dinástica para a afirmação internacional do movimento de emancipação política. Garantir seu território foi a primeira tarefa posta para o Estado recém-constituído.

A meta de controlar os fundos territoriais, para na sua ocupação “construir o país”, atuou como forte cimento na manutenção da unidade e integridade da antiga colônia no novo país, pois associava o interesse de elites regionais pouco conectadas internamente em termos econômicos. Urde-se em tal objetivo geopolítico um projeto nacional: construir a nação na expansão territorial. Na mesma argumentação, justifica-se o Estado forte e centralizador, que deverá conduzir e comandar o processo.

No contraponto, também o povo é qualificado como instrumento de concretização desta meta. Daí o tema recorrente do pensamento conservador brasileiro: com que povo contamos para construir o país? A visão elitista vai além, não raro defendendo a tutela popular em nome da integridade territorial, como na Lei de Segurança Nacional do período da ditadura militar. Claramente, o país é o espaço, na ótica do “Estado do Mal Estar Social”, na arguta definição de Francisco de Oliveira.

Pode-se dizer que a lógica colonial revive na condição periférica reiterada na formação do país, a qual repõe a necessidade de uma contínua acumulação primitiva que tem por alvo as novas terras. A dependência externa apresenta como contrapartida a voracidade interna na ocupação do solo, o expansionismo sendo praticado em ritmo cada vez mais veloz. O produto de conjuntura circunscreve seu espaço, regionalizando a história brasileira em ciclos econômicos. É possível estabelecer um zoneamento da ocupação territorial em função dos recursos naturais explorados, cada um com sua temporalidade própria, geralmente associadas às conjunturas do mercado internacional.

As determinações externas atuam continuamente na história do Brasil, pois as economias periféricas são estruturalmente “áreas de ajuste”, que necessitam de tempos em tempos adequar sua produção às inovações empreendidas no centro do sistema mundial. Cada redefinição das matrizes produtivas nos países hegemônicos, reverbera nos territórios da periferia, estimulando ou contendo fluxos, direcionando explorações, intensificando ou estagnando atividades. Tais ajustes se manifestam como vagas modernizantes que periodicamente emergem na formação brasileira.

Um destes surtos, nos anos trinta, institui o moderno aparelho de Estado no Brasil, gerando várias agências e normas governamentais de ordenamento do espaço. Entre as agências, salienta-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Secretaria do Patrimônio da União, e o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural; quanto às normas cabe assinalar o Código Florestal e o

Ilustração

Terra Brasilis, mapa do *Atlas Miller*, 1505-1519.

Código das Águas. Vale também lembrar as pioneiras ações conservacionistas, com a criação dos primeiros parques nacionais do país.

Na década de 1950, consolida-se uma estrutura de planejamento estatal, que tem na intervenção sobre o território a linha mestra de sua atuação. O papel desempenhado pela construção de Brasília, no plano simbólico e material, já foi bastante destacado por vários comentaristas. A capacidade geográfica do Estado, enquanto produtor de espaço, se mostra em sua plena potência nessa obra e no adensamento da malha rodoviária realizado no governo JK. Teorias de ponta da melhor geografia internacional estão na base da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Mais do que nunca, “governar é construir estradas”.

O progressivo aparelhamento do Estado brasileiro para o planejamento e gestão do território, conheceu um reforço nos anos iniciais do período militar, no bojo de uma nova fase de desenvolvimentismo, agora mais explicitamente orientado por uma ótica geopolítica. Contudo a conjuntura internacional começa a reverter em meados da década de setenta, findando os “Trinta Anos Gloriosos” de ascensão contínua do capitalismo. E os ventos da crise e da recessão acabam por se impor à economia brasileira, levando de roldão muito da capacidade de intervenção do Estado, alimentada – desde a década de cinquenta – pelo endividamento externo.

Faltam recursos para concluir sequer as estradas projetadas, sendo o abandono das obras na rodovia Transamazônica uma clara imagem da nova conjuntura recessiva. A estrutura de planejamento estatal se retrai e é, em grande parte, desmontada ao longo da “década perdida”. O Brasil vive a democratização das instituições políticas numa situação de crise econômica, ao longo dos anos oitenta. À vontade da nação recuperada se alia uma forte redução da capacidade de ação do Estado, que pulveriza as políticas públicas em programas setoriais não articulados.

A visão integrada do território se perde nesse processo de “balconização” das políticas públicas. A crise freia o próprio ritmo da expansão territorial. E as fronteiras *virtuais* de acumulação tornam-se mais atrativas que os investimentos *materiais*, envolvendo a economia brasileira pesadamente nos circuitos da circulação financeira. A valorização “fictícia” do capital comanda este novo momento, que tem como diretrizes o “mercado” e a “globalização”. Talvez seja esse o mote contemporâneo da velha maldição colonial: construir o país é agora globalizá-lo, como já foi no passado civilizá-lo e modernizá-lo.

A nova plataforma hegemônica introduz uma revalorização da natureza e, notadamente, da “originalidade natural”: o “mito moderno da natureza intocada”, como definiu com precisão Antonio Carlos Diegues. Tal fato, em parte, requalifica o Brasil na divisão internacional do trabalho, por ser o país dotado ainda de vastos fundos territoriais. O espaço inculto (o sertão) torna-se uma vantagem comparativa no novo contexto global.

Bibliografia Consultada

- ANDRADE, Manoel Correia de. *O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BECKER, Bertha *et alli*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BRESSAN, Delmar. *Gestão Racional da Natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BURTSZIN, Marcel *et alii*. (1994) *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CAVALCANTI, Clovis *et alii*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERREIRA, Leila da Costa *et alii*. *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LEONEL, Mauro. *A Morte Social dos Rios*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

A composição da estrutura de planejamento e gestão do meio ambiente no aparato governamental brasileiro ocorre na contra-mão da tendência geral de desmonte do aparelho de Estado operada nas últimas décadas. A Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República, assim como diversos órgãos estaduais do setor, foi criada na primeira metade dos anos setenta. Nessa fase pioneira do setor, a política ambiental é pensada prioritariamente como ação de combate à poluição, e uma ótica tecnicista permeia as propostas elaboradas.

Em 1981 é promulgada, com força de lei, a Política Nacional de Meio Ambiente, que disciplina o Sistema Nacional de Meio Ambiente (integrando as esferas federal e estaduais) e cria o Conselho Nacional de Meio Ambiente (organismo intergovernamental e com ampla representação da sociedade civil). Os ecos da democratização começam a se fazer sentir na estrutura setorial. Nessa segunda fase, a concepção imperante prioriza as ações de conservação e preservação de áreas dotadas de condições naturais pouco alteradas pela ação antrópica. São criadas inúmeras unidades de conservação, e uma visão biológica predomina no setor. Cabe assinalar também o início de uma presença mais significativa dos organismos internacionais (públicos e privados) na ações e discussões interessando o meio ambiente no Brasil.

Uma terceira fase da política ambiental brasileira pode ser identificada a partir do Programa "Nossa Natureza", de 1988, o qual cria o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, agrupando os vários órgãos dedicados à matéria existentes no governo federal, como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca. A criação de um ministério específico para tratar do tema, e, principalmente, a escolha do Brasil como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, completam a nova orientação do setor, que terá por guia teórico a noção de "desenvolvimento sustentável". Essa última fase, na qual ainda nos encontramos, resgata a discussão econômica da questão ambiental e se preocupa bem mais com os aspectos institucionais dos programas e projetos. A índole descentralizante da Constituição Federal de 1988 anima em muito tal preocupação, que entre outros componentes introduz o estilo de planejamento participativo, o qual encontrará muitas dificuldades para se realizar num país marcado por uma tradição de cultura política autoritária e centralizadora. Também a alta disparidade regional e local jogará contra tal intuito.

Uma das novidades introduzidas por essa nova orientação é a retomada de um enfoque territorial na condução das ações, com uma maior espacialização dos projetos e programas desenvolvidos. Uma série de propostas de zoneamento bem ilustra tal diretriz, exercitada em macroescala na Zona Costeira, na Amazônia e no Pantanal. Essas ações acabam por transcender a área ambiental, galvanizando interes-

ses difusos que acabam por imprimir um sentido transsetorial aos planos elaborados. Na falta de outros fóruns de integração, o planejamento ambiental especializado permite a integração e articulação das diversas políticas setoriais.

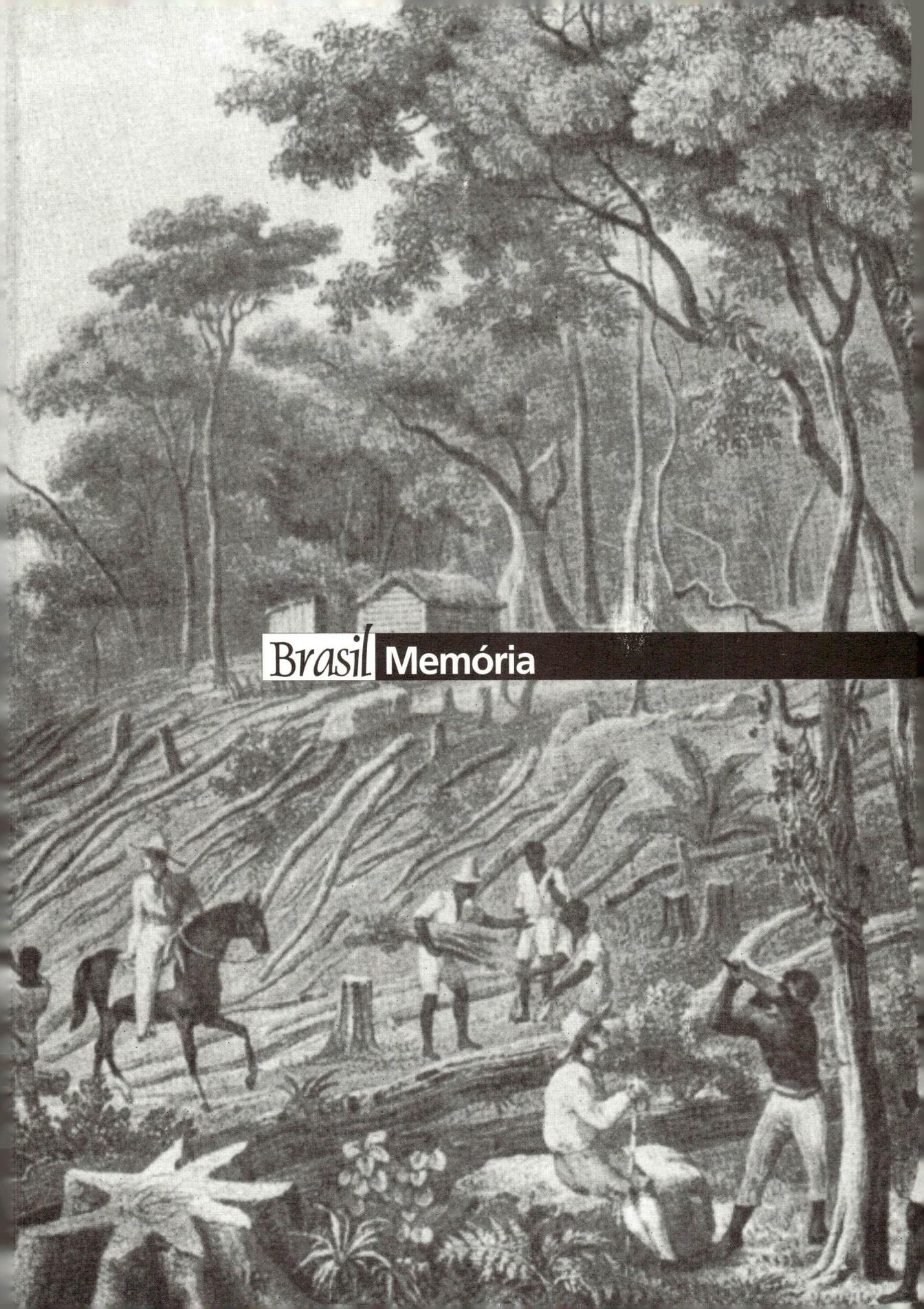
Todavia, os propósitos enunciados tem de operar no complicado quadro político e econômico em que trafega o país, marcado por uma dívida social imensa e em meio a uma conjuntura internacional altamente insegura do ponto de vista financeiro. Pode-se dizer que o aprimoramento teórico conseguido não se acompanhou de uma capacitação operativa compatível, ao contrário, o que se observa é uma menor capacidade de intervenção do Estado, decorrente de cortes orçamentários e do enxugamento da máquina administrativa.

Em função disso, a vantagem comparativa representada pelos fundos territoriais não se objetiva enquanto riqueza nacional realizada, restando como um potencial continuamente dilapidado por formas tradicionais de exploração, muitas delas de baixíssimo rendimento econômico. Nesse processo dilapidador histórico – que não cessou, apenas arrefeceu o ritmo – vão sendo degradadas áreas significativas e destruídos recursos de alto valor potencial. As formas de valorização do espaço praticadas empobrecem progressivamente os lugares onde se exercitam.

Enfim, vê-se o patrimônio natural do país sendo exaurido, sem que seja gerada uma riqueza que minimamente corresponda ao dano causado. Isto para não falar na grave questão social que torna ainda mais complexo o cenário em que opera o planejamento ambiental brasileiro, a qual impõe prioridades de ação (como a geração de renda e emprego) que muitas vezes estimulam os próprios vetores de expansão e exploração inadequados (“não sustentáveis”, para utilizar o jargão do setor).

Em síntese, o Brasil dispõe de instrumentos sofisticados de planejamento e gestão ambiental, que contemplam a espacialização dos processos, que estimulam a participação dos atores locais das áreas de ação, que possuem uma retaguarda técnica substantiva, e que amparam-se num quadro legislativo bem discriminado. Existem leis, metodologias, colegiados e propostas definidas à exaustão. Contudo, a efetivação das ações e metas revela-se ainda bastante problemática, muito aquém do requerido pela dinâmica territorial e populacional vivenciada pelo país.

Num país construído na apropriação de espaços, onde “governar é construir estradas”, a idéia da natureza como valor em si tem dificuldade em se enraizar nas práticas sociais. A contradição entre o padrão colonial de ocupação do solo e exploração dos recursos e a nova valoração dos fundos territoriais (e do patrimônio natural) subjacente à etapa contemporânea de globalização das relações econômicas, emerge como uma questão central para uma geografia preocupada com um projeto nacional socialmente justo e ambientalmente correto para o Brasil.



Brasil Memória

Ilustração (Fragmento)
"Derrubada" de Johann Moritz Rugendas.

ENTREVISTA

José Goldemberg

Físico, professor universitário, diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, reitor da mesma Universidade, presidente da Sociedade Brasileira de Física, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Companhia Energética de São Paulo, secretário do Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, ministro da Educação e membro de conselhos científicos da Organização das Nações Unidas. Estas são algumas das participações que marcaram a trajetória de José Goldemberg, gaúcho de Santo Ângelo e ex-aluno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o Julinho de Porto Alegre – “uma escola de formação de homens públicos”, segundo suas próprias palavras. No momento de reflexão sobre o passado e o futuro do país, Ciência & Ambiente foi ouvir o relato do professor Goldemberg, personagem importante da história brasileira, nos últimos 50 anos, quando se trata de ciência e de meio ambiente. A seguir, a íntegra da entrevista concedida aos professores Ronaldo Mota, do Departamento de Física da Universidade Federal de Santa Maria e membro do Conselho Editorial de Ciência & Ambiente, Sílvio Roberto Salinas e Adalberto Fazzio, respectivamente diretor e vice-diretor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

C&A – *Parece que os grandes personagens da ciência e mesmo da política gaúcha tiveram uma trajetória comum. Todos eles passaram pela mesma escola de 2º grau, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos de Porto Alegre. Esta passagem teve ao que parece papel importante na formação de todos, o que a torna emblemática. O que o senhor tem a dizer sobre o Julinho?*

JG – O Colégio Estadual Júlio de Castilhos foi muito importante na minha vida como foi importante na vida de outras pessoas, porque tinha a imagem correta de ser uma escola laica num Estado em que as grandes escolas eram religiosas – o Colégio Anchieta, entre outras escolas dirigidas por padres. O Júlio de Castilhos era uma escola laica que tinha sido fundada pelos positivistas, cujos ideais ainda estavam lá. Isto é curioso porque na atividade científica, se diz que começar como positivista é sempre um bom começo. Alguns argumentam que você se torna hegeliano mais tarde, não é mesmo? E eu fui muito influenciado pelos positivistas, inclusive porque alguns professores do Julinho tinham um centro positivista, não na escola, mas em outro lugar, que eu freqüentava de vez em quando. Era uma escola na qual os professores não estavam submetidos à disciplina da Igreja, nem a interesses comerciais, e o diretor na época era uma pessoa muito interessante e impunha respeito. A propósito, eu participei de um episódio, acho que nunca contei, e que vai ilustrar esta entrevista. Os professores, de modo geral, eram bastante progressistas, porém, havia alguns mais autoritários. Um dos hábitos daquela época – isto ocorreu durante a guerra – era o dos alunos levantarem quando o professor entrava na sala.

C&A – *A velha tradição...*

JG – A velha tradição. Certo dia, quando um dos professores, que era particularmente antipático, entrou na sala eu não levantei. Acho que foi meu primeiro ato de rebeldia – depois fiz outros – e ele me botou para fora da sala e mandou conversar com o diretor, uma figura extremamente severa. O diretor me recebeu e perguntou: Escuta, por que você não levantou? Eu respondi: Olha, eu até levantaria se fosse o meu professor de Física (risos), mas este cidadão não é um bom professor e ele usa isto como autoridade. Quer dizer, o que ele quer representar com o ato de levantar é o exercício da autoridade que não é respaldada numa competência. O diretor me bateu no ombro e deu o assunto por encerrado. De modo que o Julinho é uma escola de homens públicos. Uma escola não só de aprender coisas, mas de formação de homens públicos.

C&A – *Professor, olhando em retrospectiva, está fazendo 50 anos de sua graduação. Como o senhor vê a ciência no Brasil hoje, não só a Física, comparativamente há 50 anos atrás?*

JG – Olha, o Salinas e o Adalberto são mais jovens do que eu, mas não tão mais jovens assim. Conhecem um pouco da história. Veja: há 50 anos atrás quando vim fazer o curso na Faculdade de Filosofia, ela já era conhecida como um templo da ciência no Brasil e atraiu os melhores cérebros como o Mário Schemberg e tantos outros, muitos de fora de São Paulo. As pessoas reconheciam que aqui se fazia a ciência moderna. Fora daqui, as escolas ministravam um ensino repetitivo. Então, o que víamos na ocasião é que nós entrávamos num banho de modernidade. Agora, olhando em retrospectiva, na época nós exagerávamos extraordinariamente o papel da ciência no desenvolvimento do país. É a visão de todo cientista. É como pensar que se entendermos a formação das galáxias, vamos contribuir para um mundo melhor. Não necessariamente. É capaz de contribuirmos para fazer umas bombas atômicas um pouco melhores. Então, a idéia de que o bom cientista tem que ser bom cidadão e vai ajudar o desenvolvimento do país e ajudar os outros, era partilhada por todos nós. Era, digamos, uma idéia muito romântica e o governo, é claro, tinha muita simpatia por aquilo, pois era uma atividade da elite. O professor Schemberg entendia bem essa idéia que tínhamos de enfatizar a importância da ciência para o desenvolvimento do país, mas não concordava inteiramente com ela. Ele dizia sempre que a ciência que nós fazíamos, que era ciência pura, tinha uma componente cultural. E aí naturalmente só com cultura se conseguia uma certa quantidade de verbas, finita. Portanto, durante 20 a 25 anos, de 1950 a 1970, o impulso que a ciência teve foi mais por razões culturais do que por qualquer outra coisa. Isso explica toda a grande publicidade que ocorreu em torno do Lattes, o físico brasileiro que chegou mais perto do Prêmio Nobel – aliás, a grande maioria das pessoas concorda que ele merecia o prêmio, não sozinho, mas todo o grupo. Foi com o Lattes que iniciou a ciência, as pesquisas. Todas coisas muito boas, mas em nome da atividade cultural. É a elite brasileira, sobretudo a do Estado de São Paulo – o jornal *O Estado de S. Paulo* representa a elite paulista – que acha que aqui não é um país de bugres – bugres é uma expressão lá do Rio Grande –, de índios. O país tem uma elite que, no fundo, descende dos que fugiram de Portugal há 500 anos, inclusive os Mesquita, notoriamente. De modo que a visão nestes primeiros 20 anos, a partir de 1950, era sempre de um certo empirismo, de um certo sabor romântico, que o professor Schemberg capturava muito bem, em razão da facilidade com que ele se movia no mundo artístico. Mas quando chegou ao mundo real mesmo, que exigia verbas grandes, então não era mais com ele, era com o Damy de Souza Santos e outras pessoas que prometiam ao governo fazer a bomba atômica. Era isso mesmo no governo Jânio Quadros. A idéia sensata aceita hoje pela maioria das pessoas de que o papel da ciência básica é dar suporte para

a tecnologia moderna é mais recente. Acho que começou – e nisso vou tomar um certo mérito – comigo e com gente como o Salinas. Foi quando eu me tornei catedrático da Escola Politécnica, uma decisão absolutamente deliberada porque as duas cátedras estavam vagas, a da Faculdade de Filosofia e a da Escola Politécnica. Então fiz concurso na Escola Politécnica, porque achei que a Física só poderia influir efetivamente no desenvolvimento tecnológico do país se fosse mais moderna. Foi aí que identifiquei gente como o Salinas que se tornaram meus assistentes. A Física que se ensinava nas escolas de Engenharia até a ocasião era a dos livros franceses do começo do século, quer dizer, que perdiam completamente a revolução científica da era atômica. O próprio Instituto de Física deixou de fazer só raios cósmicos e começou a fazer coisas mais próximas. Eu me lembro dos debates da época. O pessoal achava que sendo próxima era de baixo nível. Não é verdade, absolutamente. Física teórica de estado sólido não é de baixo nível. Ao contrário, é extremamente sofisticada e pode eventualmente resolver o problema de computadores.

C&A – *Quem era inteligente fazia Física Matemática...*

JG – É mesmo, havia estas síndromes. E foi uma dificuldade grande. Mas, em seguida, surgiram discussões sérias porque as atividades científicas começaram a custar muito dinheiro. Quer dizer, aí é macrociência, não é a macrociência americana mas é grande, estes aceleradores são caros, exigem centenas de técnicos. Como se pode justificar isso num país como o Brasil que precisa de ensino primário? Não foi fácil, inclusive porque eu vi a moeda pelos dois lados: como líder da comunidade científica tentando conseguir mais recursos até com bastante eficácia – nós criamos a Sociedade Brasileira de Física que foi um aríete importante – e depois como Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, responsável pelo sistema todo. Olhando em retrospecto, acho até que nós tivemos uma sorte razoável nos aproveitando de certas situações especiais como foram os militares. Eu acho que se não tivesse havido governos militares a ciência provavelmente não teria tantos resultados. Os militares nunca entendiam isso completamente, entendiam apenas parcialmente. Para fazer lançamento espacial, bomba atômica, precisa de uma porção de gente e eles ficavam embaraçados. Veja que, inclusive, áreas nossas não foram tão duramente atingidas pela repressão militar. O movimento estudantil, o movimento sindical foram duramente atingidos.

C&A – *Comparativamente com as áreas sociais e humanas.*

JG – Exatamente, as áreas sociais e humanas foram bem atingidas, mas as áreas científicas foram menos, é claro com exceções como o

professor Schemberg, mas ele era um líder importante do Partido Comunista, de modo que para o governo tornava-se embaraçoso. Mas outros líderes, como nós na Sociedade Brasileira de Física, não fomos atingidos. E nós criamos um caso considerável com o Programa Nuclear.

C&A – *Foi uma posição forte.*

JG – Foi uma posição forte e acho que foi uma coisa educativa para o próprio sistema. Acho que eles aprenderam neste episódio que certas coisas não adianta você dar ordens. Tem que ter um mínimo de debate. Por outro lado, acho que houve também certas distorções, pois quando vieram os governos civis foi esta tragédia, começando em 1985. Desde então, os Ministros da Fazenda se parecem. Eles se comportam como autistas, é a impressão que dá. A visão dos militares era um pouco melhor, é claro que com os erros deles. Eles vão fazer foguetes e não utilizam os cientistas civis. E aí não dá. Começam a fazer energia nuclear e discriminam todos os cientistas que acham que eram esquerdistas. Nestas áreas praticamente todo o mundo é esquerdista.

C&A – *Pelo menos na época quase todos eram. E o Programa ARAMAR, mantido pelo Ministério da Marinha, o senhor sabe como está?*

JG – Agora caiu muito. Era um programa tocado pelos militares que gente como nós só poderia apoiar. Tentava fazer energia nuclear a partir dos primeiros princípios, com tecnologia nacional, com ciência nacional. É o que nós sempre defendemos. Agora não era para fazer bomba atômica, eles dizem que não era. Mas do ponto de vista do desenvolvimento de tecnologia era correto. O argumento fundamental é válido, como é válido hoje ter grupos sofisticadíssimos trabalhando em estados sólidos e em computação. Por quê? Porque você abre o jornal e daqui a pouco vamos ter computadores quânticos. Tem que estar por dentro. É até possível que um dos nossos estudantes resolva o problema e faça o primeiro computador quântico. Mas, supondo que não ocorra, no momento em que forem feitos, vocês vão entender o que eles fizeram, na semana seguinte. Esta é a justificativa fundamental para tudo o que se gasta. Não adianta dizer: Para que vocês têm este acelerador de partículas PELLETRON que não serve para nada? Ele pode não servir para fazer os automóveis da Volkswagen funcionarem melhor, mas forma gente que entende das coisas. E toda a utilização de isótopos, importante agora na Medicina e na Engenharia, só pode ser feita por gente que tenha sido treinada por nós.

C&A – *Professor, na década de 70, o senhor dirigiu o Instituto de Física da Universidade de São Paulo, presidiu a Sociedade Brasileira de Física e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e começou a ter uma vida pública mais acentuada. Mais adiante,*

na Companhia Energética de São Paulo, o senhor teve seu perfil associado à idéia de convivência entre a exploração dos recursos naturais e a sustentabilidade, fato que também marcou a sua trajetória. Poderia nos falar um pouco sobre isto?

JG – Na realidade, até 1975 eu era um professor de Física nos moldes tradicionais. Queria fazer minha pesquisa, queria publicar e ser convidado para ir a congressos. Aí, o que aconteceu? O regime militar começou a atingir colegas nossos de maneira arbitrária e acordou a gente para o fato de que não queríamos viver numa redoma de cristal. Mas, o que marcou mesmo foi o debate nuclear, porque a posição que o governo tomou comprando um pacote de tecnologia na Alemanha, provavelmente com intenções de levar o país para o caminho das armas, era o contrário de tudo o que nós acreditávamos que devia ser o papel da Física brasileira. Ou seja, servir de base para o desenvolvimento de capacitação que permitisse fazer melhores escolhas de tecnologia. Veja agora, para comprar computadores se sabe perfeitamente distinguir o que eles oferecem, não se pode comprar qualquer equipamento. E aí, a posição da Sociedade Brasileira de Física colocou um bom freio no programa nuclear, não total é verdade, e acabou me projetando como uma figura conhecida. Então me tornei presidente da SBPC, já no período de transição, mas à medida em que o regime começou a acabar ela se desvirtuou – desvirtuar é uma palavra forte, não é mesmo? – porque havia outros fóruns para fazer política, os partidos, por exemplo, tanto que eu fui um dos presidentes que ficou pouco tempo na SBPC. Esta atividade toda me aproximou muito do senador Franco Montoro, líder da oposição no Senado. Logo que foi eleito governador, ele me disse que queria que eu fosse Secretário. A escolha natural seria ser Secretário de Educação, mas ele tinha um político para o cargo. Então ele disse: Você entende de energia – e me tornei presidente da CESP. Acho que foi uma experiência muito boa. Só então percebi que a CESP, as empresas de energia, são empresas de engenheiros e ponto final. Engenheiros que constroem pontes, constroem barragens. Para um engenheiro clássico, perguntar porque ele está construindo uma ponte é perguntar porque ele come. Não tem resposta. Este conceito de responsabilidade social que o cientista de modo geral tem, era inexistente dentro da CESP e havia os problemas ambientais. Eu criei um Departamento de Meio Ambiente, não que não houvesse atividade de meio ambiente, mas era mais para não despertar oposições. Eu criei um departamento sério que logo depois se refletiu na criação de um departamento equivalente na ELETROBRÁS. E mais ainda, até na ELETROPAULO, que é uma empresa distribuidora de energia, e portanto não cria problemas ambientais no sentido usual da expressão, como inundar áreas, nós fizemos um programa muito interessante de eletrifica-

ção em favelas, que teve um impacto social tremendo. Aliás, este programa iniciado há 16 anos quando eu estava lá – houve um rapaz que me ajudou e depois fez doutorado sobre o tema – só agora está sendo citado na literatura no exterior. Tem que cuidar também do meio ambiente humano. Como era presidente da CESP, participei ainda como membro do Conselho de Administração da ELETROBRÁS, que, nesse período, criou um programa de conservação de energia, o PROCEL, na direção correta, para racionalizar um pouco o uso da energia. Depois virei Reitor da Universidade de São Paulo, cargo que tinha pouco a ver com a ciência, exceto por manter o nível da universidade. Se eu já era controvertido, fiquei ainda mais. Mas, neste caso, em defesa de padrões.

C&A – *Na sua gestão como Reitor da USP, foi encaminhada a discussão sobre a autonomia universitária. Atualmente, o senhor está acompanhando estas discussões nas universidades federais?*

JG – Estou. Na ocasião, as discussões começaram porque o governo federal resolveu ampliar a lista para a escolha do reitor de tríplice para sêxtupla. A escolha de reitores das universidades federais e estaduais é baseada numa idéia interessante, a de que, de alguma maneira, a comunidade universitária, ou por votação direta ou indireta pelo Conselho Universitário, faz uma lista com alguns nomes e o governo escolhe. Eu acho razoável isto porque a comunidade universitária tem direito de expressar suas opiniões e o governo vai entregar o dinheiro para alguém nomeado por ele. Há muitas opiniões divergentes. Tem alguns que não concordam com isso e acham que as universidades devem se autogovernar. O governo federal estava tão mal naquela época, que não conseguia fazer sequer uma lista de três apaniguados. Então aumentou para seis e as universidades federais obedeceram. Na USP a lista era tríplice e alguém inventou que aqui também a lista deveria ser sêxtupla. O reitor anterior, que era ligado aos militares, foi escolhido nesta base. Logo que cheguei na reitoria entrei com uma ação no Supremo Tribunal Federal e ganhamos. A USP então voltou à lista tríplice e ficou evidente que ela tinha mais autonomia do que as outras. Na ocasião, o Franco Montoro havia sido substituído pelo Orestes Quércia, um governador bem mais difícil. Aí era aquele negócio de arrancar verba, de agradar o Secretário da Fazenda e houve uma negociação seríssima. Logo vi que, nos termos da Constituição, a autonomia da universidade só se referia à autonomia de cátedra. De resto, tinha que pedir tudo aos Secretários da Fazenda e da Administração. Então nós negociamos com o governador Quércia e é curioso como às vezes um sujeito mais simplório como era o caso do governador faz as coisas mais certas. É como o Alceu Collares lá do sul, que não tinha nada de bobo. O Quércia disse: Sabe que sempre que tem uma greve o

peçoal vem fazer manifestação aqui na frente do palácio. Então eu vou passar o dinheiro e vocês administram do jeito que quiserem. Se vocês gastarem demais não venham pedir mais verbas.

C&A – *Mas, o balanço final é positivo?*

JG – É extremamente positivo. Primeiro nós reformamos os estatutos. Isso foi a primeira fase para manter o nível da universidade. Nesse campo, fizemos algumas coisas que o pessoal começou a reclamar, como fazer uma publicação de todas as publicações.

C&A – *Identificar os produtivos e os improdutivos...*

JG – Isso já foi um negócio de jornalismo, mas a idéia básica era correta. É assim que se avalia a universidade.

C&A – *Aí foi criada a avaliação?*

JG – De uma maneira traumática nós introduzimos esta idéia. Havia também o problema da autonomia e nós mudamos os estatutos para evitar algumas coisas. Eu acho que a universidade não deve ser governada por estudantes e funcionários. Eles devem ser ouvidos, mas quem tem que governar é quem tem um envolvimento permanente com a universidade, que são os professores. Então era preciso inventar um mecanismo permanente de representação e nós fizemos um estatuto cem por cento. Você vê que agora aqui na USP os reitores não concorrem por fora, esse negócio de UFRJ, de eleição popular, aqui não tem disso. E conseguimos a autonomia. Na ocasião eu fiz uma coisa curiosa com a autonomia que as pessoas em geral não notaram, mas os advogados sim. Baixei o decreto promulgando o novo estatuto.

C&A – *Até quiseram cassar o decreto, não é mesmo?*

JG – É, quiseram cassar, mas ele permaneceu. Eu achei que era simbólico o reitor baixar o decreto. E a autonomia já está estabelecida há 10 anos, e mesmo com os Planos Cruzado e Real, a universidade tem-se mantido relativamente pacífica. E na USP as despesas com pessoal se mantiveram em torno de 80 a 85%.

C&A – *E a sua passagem pelo Ministério da Educação, como foi?*

JG – Bem, logo que assumi o Ministério da Educação é que percebi a razão do estado em que se encontravam as universidades federais. Era porque elas não tinham nenhuma autonomia e o negócio era resolvido ou pelo ministro ou pelo segundo e terceiro escalões. E o ministro fazia então aquela farsa toda de orçamento que não tinha nenhuma componente de racionalidade. Começamos aí a fazer algumas correções. Não era possível fazer grandes correções porque 95% dos recursos eram para pagamento de pessoal. Mas, mesmo com 5% eu tentei e sabe o que aconteceu imediatamente? Os senadores e deputados apresentavam emendas desmontando o orçamento. Eu dizia aos reitores, isso é do interesse

de vocês, ter autonomia, saber com quanto vai contar. Então os reitores, sobretudo os do norte, diziam: Quando acabar o dinheiro a gente vem aí e quebra o galho. Este tipo de humilhação acabou no Ministério. Agora eu vejo como extremamente negativo o que o atual governo fez, porque nós chegamos a mandar uma proposta de autonomia universitária copiando mais ou menos o sistema de São Paulo. O governo retirou a proposta e mandou outras emendas que estão sendo negociadas até hoje e a última versão ficou tão complicada que não dá para entender. Eu sou contrário a estas complicações. O decreto de autonomia das universidades é simplíssimo, deve ter uns cinco ou dez artigos. O que se tentou desde que eu saí, há sete anos, foi fazer uma lei tão complexa que é inimplementável. E o Sindicato Nacional, a ANDES, contribuiu bem, porque a proposta deles, sem entrar no mérito, peca pelo mesmo problema. O ministro da Educação tenta fazer uma autonomia em que ele acabe mantendo um bocado de controles e a ANDES tenta fazer um negócio que proteja todos os corporativismos. Não dá. A lei de autonomia não vai eliminar os conflitos, não é mesmo? Os conflitos terão que ser negociados à medida em que forem surgindo. Não dá para regulamentar *a priori*. Então, a experiência mostra que as coisas funcionaram relativamente bem em São Paulo, menos por um aspecto que na época não me dei conta. É o problema dos aposentados.

C&A – *Esse é um grande problema e que não foi resolvido ainda. É incrível porque passa o tempo e não se resolve. Agora mesmo houve uma tentativa e não deu em nada. No entanto, a autonomia federal que estava sendo gestada pelo Ministério resolvia o problema. Parece que eles aprenderam.*

JG – Os aposentados no meu tempo eram 8%, mas agora são mais. Acho que não me esforcei o suficiente. Naquela ocasião eu devolvi o dinheiro ao Estado. Agora, acho que uma das coisas mais negativas do atual governo federal é não ter feito um esforço real para dar autonomia para as universidades. É verdade que também falta entusiasmo dos reitores.

C&A – *Professor Goldemberg, retomando a questão ambiental, o senhor assumiu como interino a Secretaria de Meio Ambiente do governo federal e conduziu a participação brasileira na Rio 92. Que balanço se pode fazer hoje do meio ambiente no Brasil?*

JG – Olha, as questões na época eram duas. Uma delas, a Amazônia, era um problema sério que estava sendo maquiado pelo governo. Provavelmente uma das coisas boas que acho que fiz como Secretário foi dar instruções para o INPE estudar as fotografias do desmatamento. Os satélites estavam colhendo fotografias há anos, só que elas não eram usadas por razões políticas, porque se veria a realidade. Então este tipo de problema desapareceu e houve uma

redução do desmatamento, porque o movimento ambientalista de 1992 criava um embaraço muito grande para o governo. Isso foi uma coisa positiva. Depois o desmatamento aumentou violentamente, após o Plano Real. Em relação à Conferência do Meio Ambiente, ela deu origem a duas Convenções importantes, a do Clima e a da Biodiversidade. A da Biodiversidade não deu certo até hoje por uma razão muito simples. É que os grupos ambientalistas, que eram muito influentes, não se deram conta de certas realidades deste mundo, isto é, das Monsanto da vida. Você pode reclamar, reclamar e reclamar, mas acontece que quem produz remédios, por exemplo, são empresas como estas. Eles criaram uma batalha tremenda pela propriedade intelectual das ervas que existem na Amazônia e em outras florestas, esquecendo que para converter uma erva daquelas em remédio que se compra na farmácia é preciso investir centenas de milhões de dólares. Acho que este foi um exemplo de que se você empurra demais para um lado acaba alijando os outros. Então, nós ficamos com a Convenção da Biodiversidade meio no ar. A Convenção do Clima foi melhor. Ela foi assinada em 1992 e embora não fosse muito operacional, está se operacionalizando como demonstram os protocolos que vieram depois, como o Protocolo de Kyoto. De modo que acho o balanço positivo. Agora há uma oportunidade nova que os ambientalistas têm que discutir. No ano 2002 teremos os dez anos da Conferência do Rio e a Assembléia Geral das Nações Unidas está planejando montar outra Conferência. Talvez seja no Brasil, talvez não. Eu soube recentemente e mandei uma carta ao pessoal do governo alertando para isso. Acho que seria ótimo se fosse no Brasil, porque serviria como instrumento de mobilização em defesa do meio ambiente. Seria a Rio mais dez. A Assembléia Geral vai fazer um evento, mas nada impede que venham Chefes de Estado ao Brasil. Seria uma maneira excelente de relançar o movimento ambientalista no país, que acho que perdeu muito do pique.

C&A – *O senhor citou a Monsanto. Qual a sua opinião sobre os transgênicos?*

JG – Sabe que não me sinto muito qualificado para responder a esta pergunta. Eu leio a *Ciência & Cultura*, aqueles artigos da Glaci Zancan, e sinceramente acho que ela exagera. Esse negócio de manipular o código genético está aí para ficar. Às vezes é bom travar algumas batalhas que atrasam um pouco o que a gente não conhece direito, mas não tem jeito. Foi quebrado o segredo. É possível manipular o código genético. Quando me explicaram pela primeira vez esta questão foi com o exemplo da Índia. Lá, eles estavam usando variedades de milho que não servem para reprodução. Na agricultura tradicional você conservava as espigas e no ano seguinte usava aquilo como semente. A princípio me pareceu uma safadeza. Porém, é uma safadeza que tem vantagens. Esta

variedade é super resistente às pragas e tem uma produtividade enorme. Então, é uma questão de custo e benefício. É bem verdade que para os agricultores mais pobres evidentemente deve ser um choque. Eu acho que se tivesse que decidir sobre isso, não faria como o Bresser, que autorizou os transgênicos todos na semana seguinte. Mas acho inevitável.

C&A – *Atualmente o senhor faz parte de uma Comissão Internacional da Organização das Nações Unidas para a Energia. De que se trata?*

JG – O que ocorreu foi o seguinte. Em preparação à Assembléia Geral das Nações Unidas no ano 2002 que fará um evento especial comemorando a Rio 92, eles encarregaram a Comissão de Desenvolvimento Sustentável – esta comissão é um filhote da Conferência de 92 – de preparar relatórios sobre temas que dizem respeito à sustentabilidade. Entre os temas analisados, uma questão central é a da energia. Os problemas ambientais que estamos vivendo podem ser pensados em três níveis – local, regional e global. No nível local, problemas como o de São Paulo, a inversão térmica e a qualidade do ar; no nível regional, o caso da chuva ácida e no nível global o aquecimento do planeta, a destruição da camada de ozônio. Quando olhamos estas coisas, o que está na origem de todas elas? É o tipo de energia usada. E quando olhamos no mundo todo, 75% da energia usada vem do carvão e do petróleo. Até que deste ponto de vista, o Brasil é um dos melhores países, tem muita energia hidrelétrica, o Programa do Álcool. Mas, no mundo todo, a dependência de combustíveis fósseis é uma coisa dramática. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável encarregou, então, o PNUD de preparar um grande estudo sobre o tema, grupo que é presidido por mim. O trabalho é feito em conjunto com o Conselho Mundial de Energia que reúne os produtores. Esta é uma decisão que tomei e não me arrependo. Acho que ao fazer um estudo sobre as perspectivas energéticas sem envolver os seus agentes, corre-se o risco de produzir mais um estudo acadêmico, entre tantos que já existem. Já estamos bem adiantados e procuramos olhar tudo, problemas ambientais e sociais. Esta é a minha principal ocupação atualmente.

C&A – *Professor Goldemberg, muito obrigado pela entrevista.*



Ciência & Ambiente é uma publicação semestral da Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil.

Cada número trata de temas específicos, previamente selecionados pelo Conselho Editorial e anunciados na edição anterior.

ESCOLHA DOS TEMAS

Os temas escolhidos para cada número da revista devem enfocar questões relativas à ciência, ao meio ambiente e à sociedade, considerando a totalidade das relações que se estabelecem entre eles e os princípios de um desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentável. Incluem-se reflexões sobre o progresso científico, a relação homem-natureza, a geração de tecnologia e sua influência nas relações de poder. Podem ser abordados, ainda, assuntos referentes ao modelo de organização das instituições de ensino, pesquisa e extensão, e seus efeitos sobre a formação de recursos humanos e sobre a produção e difusão do conhecimento, entre outros.

ORIENTAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

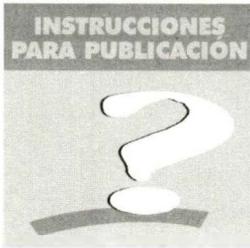
Os artigos apresentados podem ser redigidos em português ou espanhol. Os autores devem informar sua função e instituição de procedência. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista e ao seu projeto gráfico.

Os artigos encomendados têm prioridade na publicação. Trabalhos enviados espontaneamente poderão ser publicados, desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Estes devem ser encaminhados à revista no período de 1º a 30 de abril e outubro, respectivamente. Recomendam-se aos autores textos com, no máximo, vinte laudas.

DISTRIBUIÇÃO

*A revista **Ciência & Ambiente** circula em todo o Brasil e em países da América Latina e Europa. Os interessados na sua aquisição (números individuais, assinatura) podem dirigir-se ao editor.*



La Editorial de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil, edita semestralmente la revista **Ciência & Ambiente**. Cada número de la misma trata de temas específicos, los que son previamente seleccionados por el Consejo Editorial y anunciados en la edición anterior.

SELECCIÓN DE LOS TEMAS

Cada número de la revista aborda temas relativos a la ciencia, al medio ambiente y a la sociedad, considerando la totalidad de las relaciones que se establecen entre ellos y los principios de un desarrollo económico, social y ecológico sustentable. Se incluyen reflexiones sobre la relación hombre-naturaleza, el progreso científico, la generación de tecnología y su influencia en las relaciones de poder.

Pueden ser tratados también temas referentes al modelo de organización de las instituciones de enseñanza, investigación y extensión, y sus reflejos en la formación de recursos humanos y en la producción y difusión del conocimiento, entre otros.

ORIENTACIÓN PARA LA PUBLICACIÓN DE ARTÍCULOS

Los artículos presentados pueden ser redactados en portugués o español. Los autores deben indicar su función y la institución a que están vinculados. El Consejo Editorial reserva para sí el derecho de sugerir modificaciones de forma, con el objetivo de adecuar los artículos a las dimensiones de la revista y a su padrón editorial y gráfico. Las colaboraciones solicitadas por los editores tienen prioridad en la publicación. Los trabajos espontáneamente enviados deben ser remitidos a la revista en el período de **1º a 30 de abril y durante el mes de octubre**. Se recomienda a los autores textos de, a lo máximo, **veinte páginas**.

DISTRIBUCIÓN

La revista **Ciência & Ambiente** circula en todo el Brasil y en diversos países de Latino America y Europa. Los interesados en su adquisición (números individuales, suscripción) pueden dirigirse al editor.